

cadernos do

# terceiro mundo

Brasil:  
os japoneses  
querem ocupar  
o cerrado

Setembro • 1980 Esc. 60\$00 • Kz 60,00 • MT 60,00 • PG 60 • CV 60,00 • Cr\$ 80,00 Ano III • nº 27



JERUSALÉM,  
O DESAFIO  
ISRAELENSE



UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 33671/2 - CP. 242  
TODOS OS CAFÉS - LUANDA



## **Palestina, longos anos de observação**

A idéia de se fazer uma grande reportagem sobre os palestinos não é nova. Durante as segundas passagens de Neiva Moreira e Beatriz Bissio, editores de **cadernos**, pelo Oriente Médio, a idéia se renovava: os vivos contatos com a cultura e os problemas sócio-político-econômicos dos palestinos abriam perspectivas não só para uma grande matéria jornalística mas também para uma manifestação editorial, a nível internacional, de apoio, solidariedade e justiça à causa desse povo sem pátria.

Não poderia haver momento melhor para se falar dos palestinos depois da decisão onipotente de Begin, declarando a cidade de Jerusalém como "a capital eterna e indivisível de Israel". Todas as observações feitas durante longos anos cristalizaram-se com as entrevistas, visitas aos acampamentos, contatos com o povo feitos pelos nossos repórteres. O resultado está nas 40 páginas dedicadas ao assunto, que é a matéria de capa.

A reportagem nos deixa três marcantes impressões: a determinação de um povo que jamais se sentirá derrotado até atingir todos os seus objetivos, a riqueza cultural e o estigma da tradição freando a emancipação da mulher palestina. Tudo é muito explosivo no Oriente Médio e a guerra, com seus requintes de crueldade, esconde, ou pelo menos reduz a um plano secundário, diversas questões culturais que se colocam no dia-a-dia de um povo em busca da sua libertação nacional. As mulheres, por exemplo, consideram que a sua emancipação está intimamente ligada à vitória palestina. Apesar delas já terem avançado bastante, é realmente muito difícil modificar tradições milenares que incidem sobre o sexo feminino. É, também, uma luta importante no seio da sociedade palestina — é a nossa opinião e também da vice-presidente da União Geral das Mulheres Palestinas, May Sayeh.

Poderíamos falar de inúmeros aspectos diferentes e importantes da vida dos palestinos inseridos neste um terço de revista: a educação das crianças, a arte e até mesmo uma autogestão econômica. Mas gostaríamos de destacar também outros assuntos deste número, como é o caso das oito páginas dedicadas à Guiné-Bissau, um país de língua portuguesa e com vínculos históricos com o povo brasileiro, que pouco sabe a respeito desse valente país africano.

Sobre o Brasil, não poderíamos deixar de falar das desesperadas manifestações da direita, distribuindo bombas pelas bancas de jornais e em instituições democráticas comprometidas com o retorno às garantias individuais do cidadão e os direitos humanos. A penetração das multinacionais japonesas na região do cerrado é outro assunto brasileiro, denúncia do deputado do PMDB, Hélio Duque, um economista dedicado ao estudo da problemática do seu país.

Na América Latina, continuamos a observar e analisar o golpe boliviano, que até hoje não conseguiu se estabilizar completamente no poder. Siles Zuazo incentiva a luta. Esse clima de instabilidade, tão comum na parte sul do continente, estende-se também à América Central, onde, após a revolução sandinista, Guatemala, El Salvador e Honduras vivem momentos de indefinição política, com uma escalada da direita amedrontada com a possibilidade de libertação nacional.

Finalmente, na Ásia, a situação política do Kampuchea é analisada detalhadamente no contexto do sudeste asiático, que vive ainda momentos de grande tensão. E fechando a edição, uma interessante matéria sobre aspectos da literatura argelina amplia os horizontes culturais de todos nós, um tanto fechados em torno da cultura ocidental.



Editor Geral  
Neiva Moreira

Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

N.º 27 Edições em português

▲ BRASIL

Diretor e Editor  
Neiva Moreira

Diretor Administrativo  
Altair Campos

Secretário de Redação  
Nilton Caparelli

Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Cx. Postal 60.086

Arte  
David Gomes Araújo (Editor)  
Maria Nakano

Revisão  
José Gondim

Publicidade  
Jesus Antunes

Circulação  
Mauro Fernandes de Souza

Documentação e Arquivo  
Maria Goretti Moreira e  
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180  
(sobreloja "A") Tel. 242-1957  
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —  
Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registro no SCDP/SRI/DFP  
Protocolo n.º 008915  
Composição: SERTHEL Editora Ltda.  
Rua da Lapa, 180 — 506/507  
Impressão: Brasgraf Ltda.  
PREÇO DO EXEMPLAR: Cr\$ 80,00.  
Assinatura anual: Cr\$ 900,00

▲ ANGOLA • CABO VERDE •  
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •  
PORTUGAL • SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor  
A. L. Campos

Administração  
Ernesto Padua

Redação  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
João Escadinha

tricontinental editora ltda.  
Calçada do Combro, 10/1.º  
telefone 32 06 50 — Lisboa • 1200

Representações

Angola  
Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

Edições em espanhol N.º 41

Editor  
Roberto Remo

▲ MÉXICO • AMÉRICA CENTRAL •  
AMÉRICA DO NORTE • CARIBE

Gerente Geral  
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —  
calle California, 98A - Coyoacán  
México, 21 DF - Teléfono 689 1740  
Correspondência: Apartado Postal. 20 572 —  
México, 20. DF.

▲ BOLÍVIA • CHILE • COLÔMBIA •  
EQUADOR • PERU • VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712.

Edição em inglês N.º 7

▲ ESTADOS UNIDOS • CANADÁ •  
EUROPA • PAÍSES DE LINGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor  
Fernando Molina

Editor Consultivo  
Cedric Beffrage

Apartado Postal. 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 66 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade e Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietnã — Zâmbia — Zimbábue.

Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda, BE-LIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro de Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdoba 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Artaaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijoto, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1478 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Bookellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÃ BRETAGNA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitan de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramera, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamar, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djijon, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esc. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 156, 2102 Hamburg, S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.



Nesta edição

6 **Editorial:** Só a estrela de David brilha sobre Jerusalém

Matéria de capa: Jerusalém, o desafio israelense

8 O desafio da anexação, *Neiva Moreira*

16 Os sionistas ocupam a Cidade Santa, *Dina Nascetti*

**Especial** — Um povo sem Pátria

20 Os Palestinos, *Beatriz Bissio*

22 OLP: as bases de um novo Estado

30 Mapas históricos da Palestina

32 A história desde os cananeus

34 Quem são e onde estão os palestinos

38 Uma visita aos campos de refugiados

40 A batalha pela auto-suficiência

43 O Lar

44 A mulher, entre a tradição e a resistência

48 Os filhos da Revolução, *Nádia Kalime*

52 Cinema, uma arma política

**Ásia**

54 **Kampuchea:** A tensão no Sudeste Asiático, *M. Venugopala Rao*

**África**

58 **Guiné-Bissau:** Viagem ao país de Amílcar Cabral, *Baptista da Silva*

66 **Angola:** Petróleo: uma política independente, *Luis Henrique*

69 **Moçambique:** "Pamberi ne Chimurenga", a Zanu saúda Samora Machel, *Etevaldo Hipólito*

74 **África do Sul:** Sasolburg não será a última vez, *Maria Fialho/Sus Van Elzen*

78 **Mauritânia:** O alto preço de um grave erro, *Said Madani*

81 **Eritreia:** A inviabilidade da solução militar, *Mohamed Salem*

85 **Bérbera:** "Quero-quero's operation"

86 **Panorama Tricontinental**

**América Latina**

91 **Bolívia:** O isolamento de García Meza, *Renato Andrade*

93 **O Pacto do Cone Sul,** entrevista com a viúva do general Torres

95 **Brasil:** A Abertura ameaçada, *J. Kappa*

98 **Multinacionais,** o perigo também vem do Oriente, *Hélio Duque*

**Cultura**

102 Aspectos da literatura argelina, *Elza Rodrigues dos Santos*

108 **Humor**



Os palestinos



Siles Zuazo falando à imprensa



## Correio do leitor

(...) Foram excelentes as entrevistas com o Presidente José Eduardo dos Santos e com o grande dirigente angolano que é Lúcio Lara. Devemos dar todo o nosso apoio à Swapo, pois com a libertação da Namíbia, o grupo fantoche da Unita desaparecerá. *Antônio M. Pereira, Luanda, Angola.*

(...) Agora, com o Zimbabue livre, por que não fazem uma reportagem sobre esse país vizinho e irmão? *Oscar F. Silva, Maputo, Moçambique.*

(...) O Terceiro Mundo deveria ser informado do que se passa hoje em Portugal. O atual governo sabota o bom relacionamento com os novos países independentes. *Carlos A. Fonseca, Lisboa, Portugal.*

Ao parabenizar editores e colaboradores (...), venho retificar uma informação da edição de julho do corrente ano. No lançamento da Revista na ABI, foi apresentada uma cena do Grupo Roda-Viva, Teatro do Metalúrgico, único grupo teatral do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A cena faz parte da criação coletiva *Nós não usamos terno e gravata*, sendo o grupo formado de operários, que além de representarem, compuseram a música, além de colaborarem no script. A cena vista na ABI é de autoria de um operário metalúrgico. *Bárbara Arruda, Rio de Janeiro, Brasil.*

(...) É um instrumento essencial para a educação dos movimentos políticos e revolucionários do país (...) na medida em que se divulguem experiências onde povos que viviam em condições econômico-sociais mais atrasadas que no Brasil estão encontrando as vias para a libertação. *Editora Ciência, Cultura e Política Ltda., São Paulo, Brasil.*

(...) Parabenizo-os pela revista *cadernos do terceiro mundo*, e acho-a totalmente válida e imprescindível para a informação do povo sobre os movimentos de libertação e pós-libertação africanos, pois, afinidades nós temos, e muitas, com a África. *Antônio L. de Souza, Goiânia, Brasil.*

(...) Os *cadernos do terceiro mundo* são publicados atualmente em três edições (espanhol, português e inglês) e estuda-se, como vocês dizem, uma nova publicação em árabe.

Para completar as edições dos Cadernos, formulo um pedido: que se faça uma edição em francês (...). *Francisco Dantas Ramos, Luanda, Angola.*

(...) De qualquer modo, penso que deram uma contribuição particularmente positiva para a compreensão do processo histórico português. Penso ser de algum modo didático para os povos do terceiro mundo em luta pela sua liberdade a abordagem da temática portuguesa. *Luís Santiago, Rio Maior, Portugal.*

(...) Sou leitor atento da vossa revista praticamente desde que ela saiu, aqui, em Portugal. Reconheço como será difícil para vós, não dispondo dos meios das grandes multinacionais da "informação", estabelecer um contato permanente e regular com a rede de colaboradores da vossa revista espalhados um pouco por todo o mundo (...). *Ernesto Cardoso, Coimbra Portugal.*

(...) Se realmente somos anticolonialistas e antiimperialistas, se defendemos os interesses do Terceiro Mundo, então não será difícil discutir as nossas idéias. Mas se definirmos outras forças como sendo o inimigo principal, então o debate será difícil. Mas mesmo assim... A nossa unidade não vem da discussão sobre se somos "pró-isto" ou "pró-aquilo". O nosso "pró" é o Terceiro Mundo, é a defesa dos nossos interesses, é a luta pela nossa libertação política, econômica e social, é a Revolução. O imperialismo sabe disto. Por isso joga acirrando divergências. *Carlos Vilares, Maputo, Moçambique.*



# DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO:

uma referência segura e atual para os profissionais, professores e estudantes sobre 21 áreas da Comunicação

Você abre o Dicionário e logo entende o que significa a palavra que procura.

Semiologia não precisa de explicações super-herméticas e Metalinguagem não é nenhum bicho de sete cabeças.

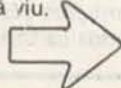
Isso você vai perceber em todas as páginas do Dicionário. Muita informação, sobre tudo o que existe (inclusive sobre as novidades mais recentes) em Comunicação de Massa. A teoria da comunicação é apresentada sem mistérios, com ilustrações inéditas e esquemas muito bem transados.

Quem se interessa por Artes Gráficas, Programação Visual ou por qualquer outra atividade da Editoração vai encontrar no Dicionário de Comunicação tudo o que precisa, desde os dados técnicos até a gíria usada nos meios gráficos. Os processos de impressão, todos os gêneros de edição, as famílias de tipos, as técnicas de diagramação, rafe, leiaute, arte-final, marcação de textos, revisão, montagem, composição, formatos, tipos de papel, medidas tipográficas etc.

E um detalhe a mais. As iniciais de cada capítulo foram desenhadas especialmente pelos maiores, cartunistas, desenhistas e artistas gráficos brasileiros: Adail, Borjalo, Claudius, Duayer, Emil, Fortuna, Guidacci, Henfil, Ivan Fernandes, Jaguar, Mariano, Lapi, Millôr, Nássara, Calicut, Marco, Mariza, Redi, Hélio, Agner, Nani, Vilmar, Zélio, Claudio Paiva e Ziraldo.

## Do Gibi à Imprensa Nanica

A literatura de Massa pela primeira vez é registrada num Dicionário. Tudo sobre a narrativa das Histórias em Quadrinhos, da Fotonovela, dos folhetins, impressos ou eletrônicos. E mais: a diferença entre cartum, charge, caricatura e desenho de humor, exemplos incríveis de tiras e fotopotocas e a mais completa definição de humor que você já viu.



- Mais de 4.000 verbetes.
- Iniciais capitulares desenhadas pelos mais importantes artistas gráficos brasileiros.
- Centenas de fotografias, mapas e diagramas.
- Encadernação luxuosa com capa dura plastificada impressa a duas cores.
- Mais de 500 páginas em papel offset de 1ª qualidade.

**DEVOLVA ESTE PEDIDO AINDA HOJE**

À EDITORA CODECRI — Reembolso Postal  
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana  
22.071 — Rio de Janeiro — RJ



## CERTIFICADO ESPECIAL DE RESERVA

**SIM**, queiram enviar-me pelo Reembolso Postal o DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO pelo qual pagarei apenas Cr\$ 420,00 - US\$ 8,50 (mais porte-aéreo)

NOME

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

EST.

PROFISSÃO

IDADE

ASSINATURA



# Só a estrela de David brilha sobre Jerusalém

Ao anexar formalmente Jerusalém como "capital eterna e indivisível da nação hebraica", o poder israelense nada mais fez do que seguir a implacável lógica do ocupante, ao mesmo tempo que mostrava ao mundo o real conteúdo dessa lógica. A partir desse ato de força, que é uma nova prova do seu desprezo pelos direitos naturais do povo palestino, o governo do primeiro-ministro Menahem Begin lançou um desafio à comunidade internacional, que pode ser assim resumido: a intenção de se construir um grande Estado israelita como potência soberana de todos os judeus, deve ser admitida e respeitada. Dessa maneira, o anseio dos palestinos em recuperar a sua pátria deve ser ignorado e negado.

Se bem analisado, não há nada de novo nesse desafio e, tampouco, na anexação da antiga Jerusalém. A afirmação acima é a essência do sionismo, que adquire com o atual chefe de governo israelense a sua expressão mais crua, e que é compartilhada, à exceção de alguns detalhes, por seus opositores trabalhistas. E quanto à legislação sobre Jerusalém, essa é a consagração do "direito" de uma situação de fato sobre uma cidade que sofre o mesmo que todos os territórios ocupados, que é também um símbolo, não somente para uns poucos milhões de judeus, mas também para mais de setecentos milhões de muçulmanos e para mais de novecentos milhões de cristãos.

A pretensão de que esta cidade (que cristãos e muçulmanos consideram santa e meta das suas peregrinações, da mesma forma que os crentes judeus), fique sob o controle dos sionistas, é contrária às aspirações das duas maiores religiões do mundo. Essas aspirações consistem no livre acesso a Jerusalém, assim como garantias para o culto nos locais e templos que consideram sagrados. E isso explica em parte a repulsa que teve o ato anexionista, que é somente parte de todo um programa de ocupação que, paradoxalmente, foi estimulado pela política de "boa vizinhança" do presidente egípcio Anwar Sadat e pelos acordos de Campo David.

Essa evidência produziu importantes efeitos: um maior isolamento de Sadat na região árabe, a virtual evidência do fracasso da mediação norte-americana, quando o presidente Carter luta pela sua reeleição, e a maior reação de repúdio que Israel já recebeu da comunidade internacional. Nesse último aspecto, destaca-se a posição das Nações Unidas, que convidaram o regime de Telavive a se retirar de todos os territórios ocupados, aprovada pela esmagadora maioria de 112 votos, com 7 países contra e 24 abstenções. Resta dizer que o golpe-de-mão sobre Jerusalém deu-se num contexto expansionista de Israel, cujo governo reafirmou a política de estabelecimento de colonatos nos territórios ocupados.

No seu debate com Sadat, Begin assegurou que todos os colonatos instalados nos territórios ocupados são legais, legítimos, e "parte integrante da nossa segurança". E as perspectivas são ainda mais inquietantes: a deputada Gueoula Cohen, que promoveu no *knesset* (parlamento israelense) a lei que "unificava" Jerusalém, já anunciou que apresentará um projeto para a anexação definitiva do Monte Golan, arrebatado à Síria durante a guerra. E "o duro entre os duros" do governo, o ministro da Agricultura e general Sharon, sugeriu "a rápida implantação de colonatos na Cisjordânia para que se crie uma situação irreversível".

Esses fatos revelam o alcance do projeto de Begin. Trata-se de levar às últimas consequências a absorção pelo Estado israelense de todos os territórios conquistados na guerra de 1967, com exceção do Sinai. É uma marcha forçada para a construção da Grande Israel, e a modificação do mapa do Oriente Médio, segundo a dimensão da ambição sionista. No meio de todos esses avanços, que sentido pode ter o fato de se fingir que é possível um diálogo com Israel para se alcançar a convivência de árabes e judeus na região e, também, condições para a negociação da "autonomia" palestina na Cisjordânia e em Gaza?



al editorial editorial editorial editorial editorial editorial edi  
torial editorial editorial editorial editorial editorial editorial  
al editorial editorial editorial editorial editorial editorial edi  
torial editorial editorial editorial editorial editorial editorial  
al editorial editorial editorial editorial editorial editorial edi  
torial editorial editorial editorial editorial editorial editorial  
al editorial editorial editorial editorial editorial editorial edi  
torial editorial editorial editorial editorial editorial editorial

A resposta é *nenhum*. O próprio ditador egípcio viu-se forçado a suspender as discussões com Telavive, com um protesto retórico à atitude israelense. E o fez através de uma curiosa carta enviada a Begin — e divulgada em meados de agosto —, na qual diz que “não seria cortês e nem justa a imposição deste problema ao nosso amigo e interlocutor, o presidente Carter, num momento em que ele tem outras preocupações, obviamente mais prementes”.

Com essa alusão cheia de servilismo pró-imperialista, Sadat procura ganhar tempo, situando o próximo passo a ser dado para depois das eleições norte-americanas de novembro, à espera de ver que ventos soprarão na Casa Branca.

A reação de Sadat não causou qualquer inquietação em Telavive, onde foi dito, oficiosamente, que era compreensível que o general Sadat procurasse salvar a sua cara e que os seus gestos mais duros não deveriam ser interpretados ao pé da letra, pois quando chegasse o momento ele voltaria para o caminho das negociações.

Essa segurança israelense não é de se estranhar. Sadat queimou os seus navios e seria muito difícil voltar atrás. Romper com Israel significaria reconhecer que toda a sua diplomacia regional foi um fracasso histórico. Seria como assinar, com sua própria mão, a acusação de ter traído a causa palestina, bem como a de ter dividido a nação árabe sem nenhuma possibilidade de conseguir o que se propôs fazer.

Mas, pondo de lado o aspecto diplomático, a chave da atitude judia reside no Sinai, uma vez que a devolução ao Egito só se completará em 1982. E, também, porque existe a convicção de que a dureza verbal de Sadat não resultará em ruptura. É fato conhecido que os judeus não devolverão o Sinai ao Egito se não tiverem previamente garantias de um comportamento favorável do país vizinho. E é por isso que, como uma réplica à decisão de Sadat de suspender o diálogo,

no seio da maioria parlamentar e no próprio governo israelense, está sendo formado um movimento de opinião a favor de que não se complete a evacuação se as negociações forem bloqueadas.

Na verdade, para além das ocas proclamações de solidariedade de Sadat, o seu interesse concreto e unilateral está na recuperação do Sinai, e os judeus sabendo desse desejo o utilizaram para extorqui-lo e impor as suas condições no jogo.

Desse trágico episódio, que culmina na declaração sobre Jerusalém e com a interrupção das negociações sobre o destino do povo palestino por governos que lhe são alheios, pode-se dizer, ao menos, que existe o mérito de que se tenha tornado transparente o que antes já era claro. É por isso que até os governos árabes conservadores, que na realidade desejaram o êxito de Campo David e a garantia da tutela norte-americana sobre a área, elevaram o tom da voz e reprovaram severamente a atitude de Sadat.

Está claro que essa posição está muito distante daquela em que as agressões sionistas sejam adequadamente contestadas pelo conjunto dos povos árabes. Conforme afirmou o presidente do Iraque, Sadam Hussein, “se os árabes tivessem dado aos palestinos a metade do que pedem, há muito tempo já teriam recuperado as suas terras”.

Na verdade, o eixo Cairo-Telavive encontra-se no maior isolamento. E concretamente, a situação geral pode ser resumida da seguinte maneira: Israel demonstrou que pode aplicar a sua política de fato consumado e prosseguir o seu expansionismo. Mas, na medida em que o faz, põe entre a espada e a parede o seu interlocutor egípcio e desfaz os entendimentos feitos em Campo David, sem que para isso deixe uma alternativa pacífica. A própria potência sionista força os árabes a utilizar a guerra como único meio de resolução da questão palestina.





# Jerusalém: o desafio da anexação

*A decisão unilateral israelense revoltou os árabes e os muçulmanos em geral, irritou os antigos aliados ocidentais de Israel e acelerou o isolamento internacional do governo de Telavive. Mais do que isso: sofreu a condenação de setores judeus que não se sentem comprometidos com o projeto da direita sionista*

Neiva Moreira





**P**or 14 votos a zero, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou Israel pela decisão unilateral de declarar Jerusalém sua "capital una e indivisível", denunciou o ato como violação do direito internacional e exortou os países que ainda mantêm representação diplomática naquela cidade a transferi-la para Telavive.

A delegação norte-americana se absteve. Esse é um dado novo e, em certo sentido, sintomático. Num período eleitoral, quando o destino da reeleição de Carter pode depender do voto judeu, os Estados Unidos não usaram o direito de veto como era de praxe em votações dessa natureza.

O próprio secretário de Estado, Edmond Muskie, foi o orador pela delegação dos Estados Unidos e o tom do seu discurso foi mais cauteloso do que o dos seus antecessores. Ele considerou que a decisão do Conselho era "fundamentalmente falha", porque não atingia o objetivo de "todas as fés que consideram Jerusalém como sagrada". Foi clara a sua declaração: "Precisamos de uma Jerusalém não dividida, com acesso livre aos lugares santos de todas as religiões". Ora, convertendo Jerusalém em capital do Estado de Israel, no contexto de uma mudança total do caráter da cidade, o que se fez foi acentuar a sua divisão e, mais do que isso, dificultar o acesso aos lugares que as outras religiões consideram sagrados.

É evidente que novas realidades influenciaram o tom menos comprometido da intervenção norte-americana. Uma delas é o peso diplomático do bloco islâmico, no qual se incluem notórios aliados dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita, o Paquistão e a Indonésia. A outra, a po-

lêmica interna que se trava no seio da comunidade judaica norte-americana.

Já se notam certos sintomas de inquietação e cansaço de amplos setores judeus frente à política extremista do atual governo de Telavive.

Foi sintomático o fato, de que, quase simultaneamente com o debate no Conselho de Segurança, cinquenta líderes judeus dos Estados Unidos — na lista figuram o atual e os dois últimos presidentes da poderosa confederação de associações da comunidade israelita — tenham rompido publicamente com Begin, denunciando as posições "extremistas dos falcões que atuam no seu governo".

Essa posição pode ter dado a Carter — sempre com o olho no voto judeu — certa liberdade de movimento para trocar o veto pela abstenção, numa atitude diplomática mais cautelosa, apesar dos protestos do governo israelense.

O debate no Conselho também revelou uma irritação quase generalizada com o governo de Begin. Israel não encontrou, desta vez, as vozes compreensivas ou solidárias de antes. A política expansionista do seu governo foi duramente criticada.

Um dos discursos mais enérgicos foi o do representante permanente do México nas Nações Unidas, Porfirio Muñoz Ledo. "Às medidas que, desde 1967, Israel tem adotado para mudar o caráter físico e a composição demográfica de Jerusalém, junta-se agora o intento de impor unilateralmente um novo status à cidade. Assim, contraria duplamente um princípio medular de ordem jurídica internacional ao qual o México atribui particular

valor: a conquista não pode ser título de nenhum direito. O problema não é optar por uma Jerusalém unificada ou por uma Jerusalém dividida. A cidade está, hoje, unificada de fato mas como resultado de uma conquista que não gera direito algum", declarou Muñoz Ledo.

## Oposição em Israel

Também cresceu significativamente a oposição dos próprios israelenses a esse tipo de política. O ex-primeiro-ministro Ytzhak Rabin, longe de ser um liberal, considerou "inoporuna" a decisão do Parlamento, embora apoiasse, no fundo, a anexação. Na esquerda, 15 deputados (foram 69 os votos a favor) votaram contra, enquanto três centristas se abstiveram.

Duas observações feitas na discussão parlamentar refletem prudentes preocupações dos setores progressistas de Israel sobre essa lei expansionista. Para o deputado Amnow Rubinstein "serão necessários anos de trabalho paciente para superar o dano político que Israel sofreu com a lei sobre Jerusalém". Outro parlamentar, o deputado Uri Avneri, advertiu o país quanto ao sentido provocativo da decisão. "É um desafio, uma declaração de guerra ao mundo muçulmano", disse ele.

Aliás, vários correspondentes estrangeiros em Israel caracterizaram a iniciativa como um desafio, "um claro desafio à opinião pública e às pressões internacionais sobre Jerusalém", como escreveram comentaristas de diferentes meios de comunicação.

Às declarações condenatórias sucederam-se atos concretos de hostilidade à decisão. Vários países que mantinham embaixadas



em Jerusalém logo anunciaram a sua mudança para Telavive. O primeiro foi a Venezuela, provocando uma declaração irritada de um porta-voz do gabinete israelense: "Essa decisão serve aos Estados árabes da Frente de Rejeição (Argélia, Líbia, Síria, Iêmen do Sul) e aos inimigos do processo de paz no Oriente Médio".

A retirada da embaixada da Holanda levou o porta-voz a aumentar o tom: "O governo holandês cedeu à chantagem petrolífera", assinalando que a Holanda depende muito do petróleo da Arábia Saudita.

É evidente que o petróleo desempenhou nesse caso um papel influente mas não é possível reduzir o acatamento às decisões da ONU exclusivamente ao fator petróleo. Venezuela e Equador produzem e exportam petróleo e foram uns dos primeiros a anunciarem a mudança de suas embaixadas.

O fato é que o clamor internacional contra a anexação de Jerusalém por Israel parece não haver comovido a Begin e seus partidários da direita sionista. Tanto ele, como seu chanceler, Ytzhak Shamir, também um extremista, foram peremptórios: não acatarão a decisão do Conselho de Segurança, como não acatarão mais de cem resoluções das Nações Unidas, exigindo a evacuação dos territórios ocupados.

### Um novo tipo de colonialismo

Era natural que a nova legislação sobre Jerusalém alcançasse uma repercussão maior no campo internacional. No entanto, se observarmos o desdobramento cotidiano da política de Israel, essa decisão não podia surpreender. Desde que começou a ocupa-

ção militar dos territórios árabes, há cerca de quarenta anos, não há um dia em que, em um ou outro plano, não se registrem fatos e atos que tendem a eternizar o domínio religioso e cultural sionista sobre as populações árabes e o controle político e econômico de suas instituições.

Aí está o problema das novas colônias na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nações Unidas e desde Washington a Moscou, passando pelo Terceiro Mundo todo, há um protesto generalizado contra a política de instalar essas novas colônias, que traduzem o propósito do governo de Israel em permanecer nas terras ocupadas. Também em Israel grandes manifestações populares desaprovaram essa linha de ação.

O dirigente do Partido Trabalhista, Abba Eban, hoje na oposição, declarou o seguinte: "Essas colônias desperdiçam os recursos nacionais e deterioram a imagem de Israel no exterior, sem que prestem o menor serviço à autêntica causa sionista".

Segundo o depoimento do presidente do Comitê especial criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para a defesa dos inalienáveis direitos palestinos (Resolução nº 452, de 1979), o senegalês Falifú Kane, Israel projeta instalar até a metade desta década mais de 85 colônias em áreas tomadas aos palestinos. Até agora, 31 por cento das terras de propriedades árabes foram ocupadas para que nelas sejam implantadas colônias judias.

Depois que o primeiro ministro Menahem Begin e seu partido direitista, o Likud, assumiram o poder, o número dessas colônias aumentou consideravelmente: passou de 37 para 64.

O relatório Kane aponta algumas medidas tomadas pelas autoridades israelenses de ocupação para obrigar os pequenos proprietários palestinos a "deixarem suas ocupações tradicionais e a abandonarem sua pátria". Uma das mais graves é "reduzir o fornecimento de água às populações palestinas, com efeitos desastrosos sobre suas atividades agrícolas". E faz essa advertência: "Dessa forma, os habitantes árabes correm o risco, se o Conselho de Segurança não atuar com celeridade e firmeza, de serem progressivamente arruinados e obrigados a abandonar suas terras aos colonos israelenses".

O Conselho exigiu que Israel cesse "rapidamente a preparação, o estabelecimento e a construção de colônias nos territórios árabes ocupados desde 1967". Begin respondeu: "Essas colônias jamais serão desmanteladas e o Conselho de Segurança que tome nota disso".

### Da exploração ao terrorismo

O único paralelo ao tratamento de populações em territórios ocupados que se pode estabelecer com o de Israel é o da África do Sul. Ali, também, as melhores terras das populações negras, majoritárias, são ocupadas pelos brancos. Os nativos são reunidos à força em áreas pré-determinadas, as únicas que lhes permitem habitar, ou seja, os *bantustões*.

Apesar dos argumentos bíblicos, há nos territórios ocupados uma exploração econômica visível. Através de mecanismos alfandegários impostos pela força, mais de 90 por cento do que consomem os palestinos tem que ser comprado em Israel que, por sua vez, absorve cerca de dois terços de sua produção. Antiga-



mente esse fluxo comercial era com a Jordânia.

Os israelenses têm liberdade de instalar qualquer tipo de empresas nas áreas ocupadas. O mesmo não ocorre com os palestinos. Mesmo os que trabalham em Israel não têm o direito de residir no país, devendo fazer longos percursos da Cisjordânia até os seus lugares de emprego. Também são mínimas as garantias sociais de que desfrutam. A exploração da mão-de-obra árabe é livre para os israelenses.

Tradicionalmente, os palestinos foram produtores de cítricos, sobretudo na Faixa de Gaza. Mas hoje já não têm o direito de concorrer com a produção israelense nos mercados externos.

A lista das restrições é grande. No campo do ensino, são quase insuperáveis as dificuldades que os jovens palestinos encontram para ingressar nas universidades israelenses, quase todas domina-

das pelos extratos europeus da imigração, apesar de que os judeus de origem afro-asiática são maioria. (Ver reportagem neste número: "Quem são e onde estão os Palestinos")

As autoridades militares, quando não incentivam abertamente, fazem vista grossa sobre o terrorismo antipalestino, embora sejam violentos na repressão a qualquer ato de desobediência dos árabes. Recentemente, três prefeitos palestinos da Cisjordânia ocupada, Bassam Chakaa, de Nablus, Karim Khalaf, de Ramalah e Ibrahim Tawil, de El-Bireh, foram vítimas de atentados. Bassam perdeu duas pernas, Khalaf uma e Tawil escapou por pouco de uma bomba.

A direita sionista acredita erroneamente que, com essas medidas, cria o pânico entre os palestinos e modifica sua militância patriótica. Os resultados, entretanto, têm sido o contrário dis-

so. A OLP é reconhecida nas áreas ocupadas como sua verdadeira expressão política e Arafat como o seu líder inconteste.

Fuad Jabr, um jornalista do *Al Anba*, de Jerusalém, fazia a um correspondente francês o seguinte comentário: "Antigamente, os pais obedeciam ao rei Hussein e os filhos obedeciam aos pais. Hoje, é tão mal visto nos territórios ocupados elogiar a dinastia dos hachemitas (dominante na Jordânia e da qual Hussein é membro) como atribuir mérito aos israelenses. E se fazem algum reparo a Yasser Arafat, é para criticar sua moderação. . ."

Depois de operado, o prefeito Bassam Chakaa declarou: "Podem assassinar, deportar, torturar, porém nunca nos renderemos. O povo palestino continuará na luta para conquistar os seus direitos". Na cama desse bravo lutador, hoje de pernas amputadas, foi colocada uma placa que diz: "Quando arrancam as



"Podem assassinar, deportar, torturar, porém nunca nos renderemos" — afirmou o prefeito palestino Bassam Chakaa depois de sofrer um atentado em que perdeu as duas pernas



pernas de um patriota, enraizam-no mais à sua terra”.

### As reações árabes e muçulmanas

A posição dos árabes no problema de Jerusalém tem sido muito firme e não apenas emocional como em outras oportunidades. Do mesmo modo, na diáspora palestina e nos países muçulmanos não-árabes, as repercussões da anexação da Cidade Santa têm sido profundas.

Um grande movimento diplomático, a partir de Bagdá, ganhou o apoio imediato dos países do Golfo, historicamente solidários com os palestinos, mas sempre muito cautelosos na ação práti-

ca. Do outro lado do Mundo Árabe, a Argélia, membro da Frente de Rejeição, se pronunciou a favor da iniciativa iraquiana, concretizada no encontro do presidente Saddam Hussein com o rei Khaled Bin Abdul Aziz, da Arábia Saudita, realizado na pequena aldeia saudita de Al-Taif.

Aí, durante um dia, os dois dirigentes árabes, que mantinham divergências sobretudo em relação ao emprego do petróleo como arma política, analisaram o panorama da área e as medidas a tomar para enfrentar o desafio israelense. As decisões fundamentais ficaram, naturalmente, secretas, mas às chancelarias européias e americanas não passou

desapercebida uma advertência contida no comunicado conjunto emitido em Al-Taif: os dois países — respectivamente o segundo (Arábia Saudita) e o terceiro (Irake) produtores de petróleo do mundo — cortariam seus vínculos políticos e econômicos com qualquer Estado que reconhecesse Jerusalém como capital de Israel ou que mantivesse sua embaixada na Cidade Santa. O apoio imediato de mais oito países árabes — Argélia, Bahrein, Emiratos, Katar, Kuwait, Jordânia, Mauritânia e Iêmen do Norte — deu dimensão ainda maior à declaração de Saddam e Khaled.

“Não há dúvida de que essa decisiva posição representa a



Hussein e Kahled: superando divergências em defesa da cidade santa



vontade árabe e islâmica", declarou um porta-voz do Kuwait. "Talvez seja este momento o ponto de mudança na ação do Mundo Árabe", comentou o diário *Al Fajr*, de Abu-Dhabi.

Poucos dias antes, o príncipe Fahd, herdeiro do trono saudita, havia chamado os países árabes e islâmicos a uma guerra santa para a libertação de Jerusalém. Alguns comentaristas ocidentais tentaram reduzir a importância do apelo. Outros, ao contrário, chamaram a atenção para o fato de que são sempre cautelosas as opiniões dos membros da casa real saudita. Advertiram que seria um erro não tomar em consideração o peso político e as implicações econômicas que estavam por trás desse chamado. Um dos que levaram a sério a declaração do príncipe Fahd foi o general Ariel Sharon, ministro da Agricultura de Israel e um "falcão" da extrema-direita sionista.

Outra iniciativa árabe foi a proposta do coronel Khadafi, dirigente da Líbia, à Síria, no sentido de que, para enfrentar o desafio de Israel, as duas nações se unissem em um só Estado.

Recentemente, Iraque e Síria pareciam se dirigir para um caminho de unidade, dentro do esquema de fortalecimento da frente árabe que o governo iraquiano vem impulsionando. Esse projeto, pelo menos temporariamente, encontrou dificuldades para concretizar-se. As mesmas forças que, na Síria, criaram barreiras à união com o Egito de Nasser, conseguiram bloquear esse projeto unitário que nascia sob condições muito objetivas.

Os líbios já tentaram fusões semelhantes não só com o Egito e a Síria, mas também com o Su-



Jovens palestinos fazem uma manifestação na Cisjordânia contra a ocupação militar de Jerusalém

dão e a Tunísia. Têm, assim, uma experiência nesse campo e deve-se esperar que tenham avaliado adequadamente os prós e os contras do projeto do coronel Khadafi. Só o fortalecimento da unidade global dos árabes, e não a formação de grupos regionais hostis a outros grupos, permitiria forjar um instrumento eficaz na luta em favor da causa palestina.

No entanto, o que importa é que a necessidade de congregar esforços e meios esteja inspirando iniciativas de unidade no Mundo Árabe e, mais além, no bloco de nações islâmicas.

Essa resposta a um governo expansionista e intolerante como o de Menahem Begin que ainda sonha (e está avançando nesse projeto) no Israel do Eufrates ao Nilo, terá, ainda, uma repercussão adicional: maior isolamento do governo de Anwar Sadat que, a cada dia, encontra menos justificativa para a sua aventura de comprometer o Egito na capitulação

de Campo David. E mais ainda: alenta a resistência egípcia, que dá sinais de crescente atividade. Recentes incidentes entre oficiais da Força Aérea egípcia e aviadores norte-americanos que estão usando bases no interior do Egito, não seriam fatos isolados, mas uma oposição que se fortalece nas forças armadas nacionais.

#### Por que Begin ataca?

Além da anexação "jurídica" de Jerusalém, o governo de Telavive está em ofensiva em outras frentes: ataques maciços no sul do Líbano, multiplicação das colônias em terras palestinas, repressão maior nas áreas ocupadas.

É possível que a direita sionista e os militaristas de Israel temam o futuro e considerem que esse é um momento propício para consolidar suas conquistas, antes que melhore mais ainda a posição árabe. Eles não desconhecem que a conjuntura internacio-





A anexação de Jerusalém põe em risco até os limitados acordos feitos em Campo David

terceiro mundo

nal passou a favorecer os árabes, mas essa tendência não apresenta indícios de modificação nos próximos tempos.

A diplomacia dos Estados árabes e também a dos palestinos têm marcado êxitos ressonantes. O uso do petróleo como arma política, amplia a capacidade de pressão dos árabes, na medida em que haja entre eles uma coordenação real e oportuna e os seus governos contem com o apoio dos principais produtores não-árabes.

É importante ressaltar ainda que o fortalecimento do poder tecnológico dos árabes aumenta sem cessar. O Iraque entra na área nuclear podendo, dentro de poucos anos, contrabalançar a capacidade israelense nesse campo. Os países do Golfo, que estão entre os mais conservadores do Mundo Árabe, se industrializam. Suas universidades se multiplicam e o ensino ganha melhores níveis. Dezenas de milhares de jovens árabes freqüentam cursos de especialização nas universidades européias, norte-americanas e do campo socialista. Argélia e Líbia empregam seus recursos petrolíferos em vastos programas econômicos e sociais que transformam a qualidade de vida dos seus povos.

Os "falcões" de Telavive sabem que esses avanços estão respaldados por tradições culturais milenares e, contemporaneamente, por recursos econômicos ilimitados. O tempo, assim, já não trabalha para Israel e sim para os árabes.

No contexto propriamente palestino, o que esse povo perseguido e disperso vem fazendo nesses últimos tempos, inclusive para mudar a sua imagem no mundo, atrai as simpatias inter-



Passatas, discursos, demonstraões:  
todo o mundo ficou  
chocado com a insensibilidade  
política da Junta Israelense



nacionais. O semanário *Time*, dos Estados Unidos, que não tem motivos para maiores concessões aos árabes, escreve que "os palestinos são a chave de uma paz duradoura" e reconhece que "a exigência palestina para a sua autodeterminação ganha apoio".

Seus avanços culturais, políticos, econômicos, tecnológicos e sociais, credenciam-nos ao reconhecimento da comunidade internacional, cada vez mais sensibilizada por seus feitos, sua resistência patriótica, seus sofrimen-

tos, por uma vida independente e soberana de um Estado democrático, multi-racial e aberto a todos os credos religiosos.

Dominadas por uma direita extremista, as forças que, em Israel, se opõem ao expansionismo e à dominação pela força, estão lutando, mas sem condições de oferecer uma alternativa a essa incontrolável corrida para a aventura.

Na verdade, as possibilidades de uma solução negociada têm sido desprezadas e substituídas por novos atos de força e de violência. A anexação unilateral de

Jerusalém é não apenas um ato de prepotência e fanatismo, mas, sobretudo, uma prova de incompetência política. Dificulta ainda mais uma solução de paz que reconheça aos palestinos os seus direitos e deles exija o respeito aos direitos dos judeus. Begin deve estar atento à sábia advertência que foi feita recentemente por uma autoridade no campo judaico, o rabino Alexander Schindler, presidente da União das Congregações Hebraicas dos Estados Unidos: "Nunca haverá paz até que haja um entendimento de Israel com os palestinos" □





# Os sionistas ocupam a Cidade Santa

*A decisão do parlamento israelense de considerar Jerusalém como "capital única e indivisível de Israel". A posição da Igreja Católica, da ONU, da OLP e da maioria dos países do mundo contrária à intenção sionista de monopolizar uma cidade que não é sua*

Dina Nascetti

Em Jerusalém circula uma frase sobre o primeiro-ministro Menahem Begin, dita há tempos por Ben Gurion: "Se esse homem chega ao poder, poderá levar Israel à destruição, ou na melhor das hipóteses, transformará o país numa feira. A decisão do parlamento hebreu que passou a considerar Jerusalém como "a capital única e indivisível de Israel" parece dar razão ao fundador do Estado de Israel e converte-se num fator de tensão no Oriente Médio. Esta medida promovida pelo intransigente Begin provocou protestos em todo o mundo, mas o primeiro-ministro não se mostra preocupado com isso.

## Jerusalém: o símbolo

De fato, Jerusalém era a capital de Israel desde junho de 1967, quando o *knesset* (parlamento israelense), poucos dias depois da vitória sobre a Jordânia, decidiu unificar a legislação em vigor nas duas partes da cidade — a parte velha, árabe, e a parte nova, hebraica. Preparou assim uma anexação que, no momento, não

considerou oportuno afirmá-la explicitamente.

Mais tarde, durante as negociações de Campo David, os delegados de Israel não cessavam de repetir que Jerusalém era indivisível e que fazia parte integrante do Estado judeu. Com a primeira votação de 23 de julho e a posterior ratificação no dia 30, tal unificação assumiu caráter legal.

Jesus Cristo disse dessa cidade, com a dor de não poder deter a sua ruína: "Jerusalém, Jerusalém, se tu conhecesses aquele que serve à tua paz"; e Maomé afirmou: "Ó Jerusalém, terra eleita de Alá e pátria dos seus servos. Dos teus muros, o mundo converteu-se em mundo". E os hebreus, durante os longos anos de diáspora, repetiam nas suas rezas: "Se te esqueço, Jerusalém, que fique sem a minha mão direita".

Jerusalém é um símbolo de todas as contradições e conflitos que são atualmente uma tormenta: colonização e descolonização, divisões e invasões, emigração e expulsão, ocupação e resistência, terrorismo e repressão, guerra e ilusões de paz. Tudo o

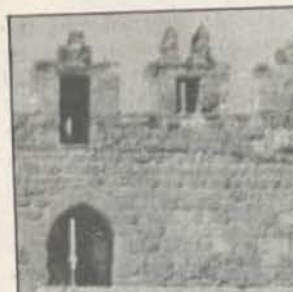
que durante este século devastou e devasta esta ou aquela região do globo, este ou aquele povo, aconteceu e continua a acontecer em Jerusalém, com uma concentração e intensidade absolutamente desconcertantes.

É certo que Jerusalém não é a única cidade dividida, invadida e disputada no mundo. Neste século, ela sofreu, mas também sofreram Berlim e Hanói, Praga e Santiago, Pretória e Belfast, Beirute e Kabul. Mas, entre todos os signos de contradição, o de Jerusalém mostra-se como o mais irredutível e permanente, o que parece mostrar por si mesmo toda a dor e toda a impotência do mundo para restabelecer a paz.

Por um lado, está o direito dos árabes oriundos da Palestina de viver onde nasceram, no seu país, na sua própria pátria, sem sofrer com a dominação estrangeira, dentro de um pluralismo de religiões e de culturas, segundo o modelo laico que eles mesmos criaram.

Por outro lado, está o imperativo categórico dos hebreus formados na escola do sionismo, de





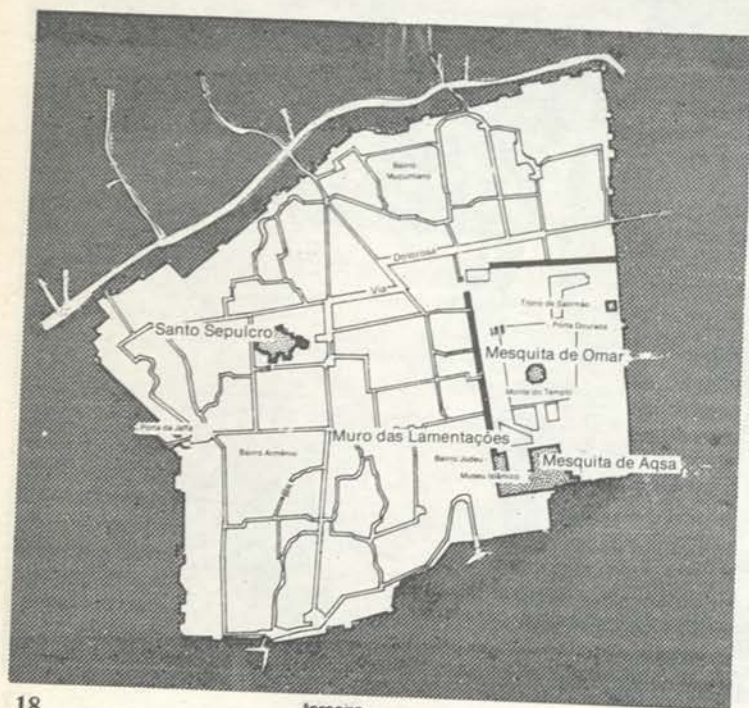
Porta de Damasco na Jerusalém ocupada.  
Entrada para os locais sagrados islâmicos



ter em Jerusalém a capital indivi-  
sível de um Estado judeu conce-  
bido como o Estado de um só  
povo e de uma só religião, no  
qual, reviver o sonho teocrático  
do antigo Reino de Israel, cons-  
titui uma vontade divina da qual  
o povo hebreu seria o único her-  
deiro.

É precisamente sobre esta  
concepção sionista que esbarram,  
não só mais de setecentos mil-  
hões de muçulmanos, como tam-  
bém mais de novecentos milhões  
de cristãos, que têm em Jerusa-  
lém a sua cidade santa.

“Que poderão fazer os trinta  
e cinco milhões de judeus disper-  
sos pelo mundo contra mais de  
mil e quinhentos milhões de cris-  
tãos e muçulmanos?”, perguntava  
recentemente em Jerusalém  
um influente prelado católico.



## O Vaticano reclama

O papa João Paulo II, ao rece-  
ber o presidente norte-americano  
James Carter no dia 21 de junho  
no Vaticano, disse-lhe: “A ques-  
tão de Jerusalém, que precisa-  
mente nestes dias desperta de  
um modo especial a atenção de  
todo o mundo, é fundamental  
para uma paz justa nessa região  
do mundo (Oriente Médio), pois  
a Cidade Santa reúne interesses e  
aspirações compartilhados de di-  
ferentes maneiras, por diversos  
povos. Tenho a esperança de que  
uma tradição de fé monoteísta  
contribua para promover a har-  
monia entre todos aqueles que  
evocam Deus”.

O papa Wojtila reiterou a Car-  
ter o que havia afirmado a 2 de  
outubro de 1979 perante a  
Assembléia Geral das Nações Uni-  
das, desejando em particular

“um estatuto especial que, sob  
garantias internacionais, assegure  
o respeito da natureza especial  
de Jerusalém, patrimônio sagra-  
do da veneração de milhões de  
crentes das três grandes religiões  
monoteístas: cristã, judia e islâ-  
mica”.

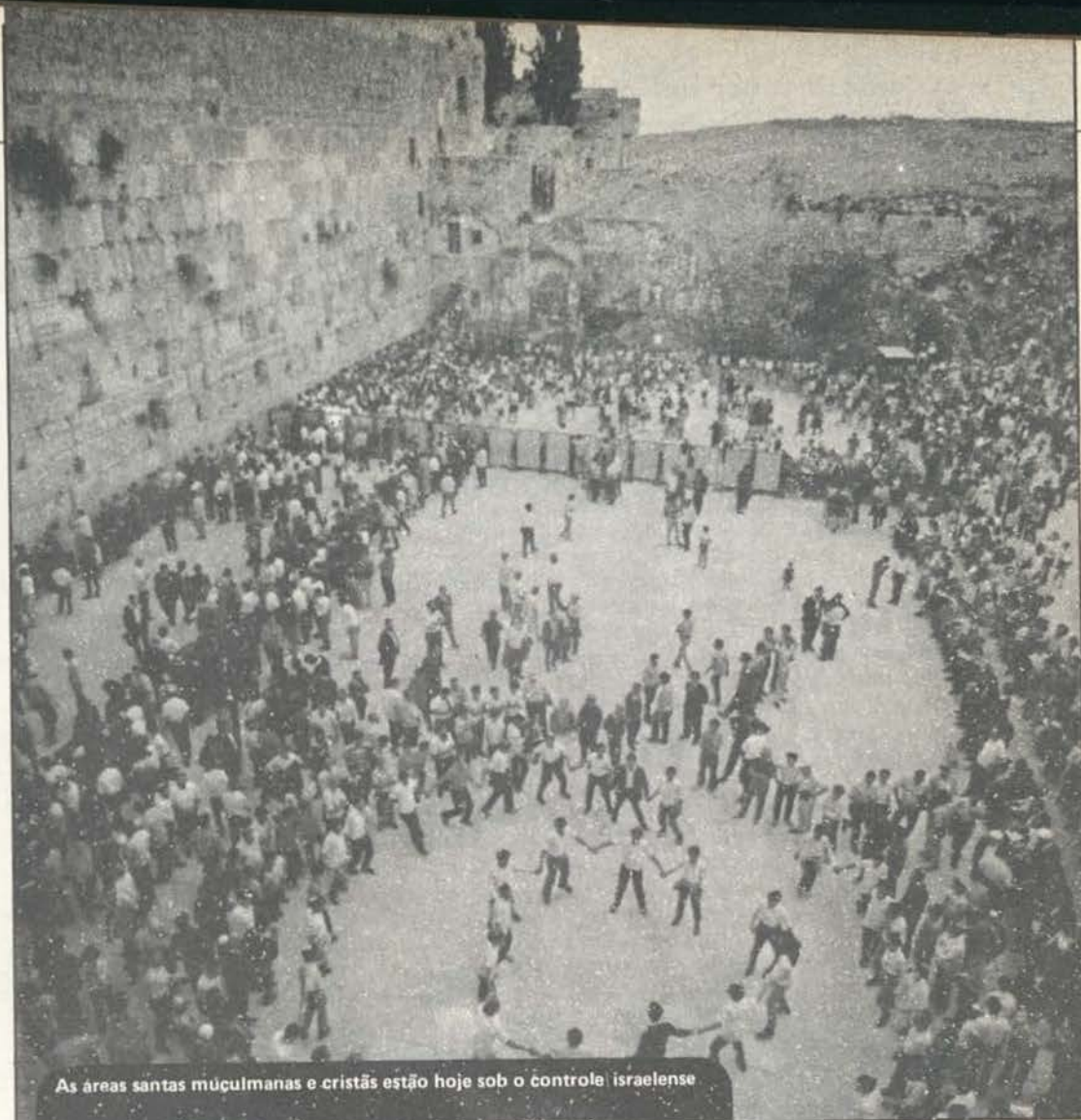
O projeto do Vaticano para a  
Cidade Santa não é novo. Numa  
entrevista ao *Petit Parisien*, o  
cardeal Gasparri, secretário de  
Estado do papa Benedito XV  
havia se referido à internacionali-  
zação de toda a Palestina. Mais  
recentemente, quatro documen-  
tos do papa Pio XII, publicados  
entre maio e dezembro de 1949,  
insistem sobre a necessidade de  
um reordenamento especial para  
Jerusalém e para a Palestina,  
“que preserve o caráter sagrado  
desses lugares”.

A evolução do conflito é notó-  
ria, mas em todas as fases do dra-  
ma, a Santa Sé sempre reafirmou  
a exigência de “um estatuto es-  
pecial para Jerusalém”. O mes-  
mo aconteceu também durante o  
pontificado de Paulo VI.

É particularmente lembrada  
uma passagem do discurso de  
aniversário de Paulo VI, em  
1972, quando ele disse: “A pro-  
gressiva afirmação de situações  
carentes de um claro reconheci-  
mento jurídico internacional, re-  
conhecido e garantido, não po-  
derá facilitar, mas, pelo contrá-  
rio, tornar mais difícil uma com-  
posição equitativa e aceitável  
que tenha em conta os direitos  
de todos: pensamos em particu-  
lar na cidade de Jerusalém”.

O Vaticano ainda não reagiu  
oficialmente à decisão do parla-  
mento israelense, mas em círcu-  
los autorizados chama-se a aten-  
ção sobre um artigo do *Osserva-  
tore Romano* de 30 de junho.  
Nesse artigo são lembrados os





As áreas santas muçulmanas e cristãs estão hoje sob o controle israelense

projetos para internacionalizar Jerusalém e que não foram concretizados devido aos constantes conflitos entre árabes e judeus. E definia-se como "grave" todo ato unilateral tendente a modificar o *status* da cidade. Dizia também o artigo que várias vezes as Nações Unidas reafirmaram a não validade de toda ação nesse sentido.

O artigo descreveu a situação nos seguintes termos: "A Santa Sé considera que a salvaguarda

do caráter sagrado e universal de Jerusalém seja de importância tão primordial que, qualquer que seja o poder que se encontre em exercício da soberania da Cidade Santa, deverá, assumir frente às três confissões religiosas repartidas pelo mundo (cristãos, muçulmanos e judeus), o compromisso de tutela, juntamente com o caráter próprio da cidade, os direitos relativos aos lugares santos e às respectivas comunidades, na base de um sistema jurídico apropria-

do e garantido por uma instância superior internacional".

Em resumo, o Vaticano pede a Israel um estatuto especial para a cidade, para os lugares santos e para os direitos das confissões religiosas, tudo isso com a garantia das Nações Unidas.

Para atingir esse objetivo "mínimo", agora dificultado pela unificação unilateral de Jerusalém, o Vaticano irá possivelmente articular a sua diplomacia e fará impor todo o seu prestígio.





# OS PALESTINOS

Um povo milenar, com valores culturais historicamente reconhecidos, apto ao exercício do direito à autodeterminação, resiste às derrotas, à dispersão e às guerras, na decisão de defender a identidade nacional e de conquistar o futuro.

Os palestinos estão na ordem do dia. Não há governo, não há chancelaria, instituto de estudos internacionais ou de planejadores estratégicos que não se debrucem sobre esse fenômeno histórico: a resistência desse povo de aproximadamente quatro milhões de pessoas, perseguidas e dispersas por todo o mundo. Mais do que isso: sua luta começa a sensibilizar até mesmo seus adversários. Há um clima novo de busca de soluções negociadas que, partindo da existência de Israel, vem abrindo espaço à implantação de um Estado palestino sem limitações à sua autodeterminação e independência.

Para os que conhecem a realidade palestina somente através dos meios de comunicação multinacionais, nem sempre fiéis à verdade, sua existência está marcada pelo exercício cotidiano do terrorismo ou pela intolerância frente à coexistência com os judeus.

Esta reportagem é diferente. Nos limites do tempo e do espaço de uma informação jornalística, ela procura ir mais longe: situar as origens desse povo, sua história milenar, suas lutas, os pontos mais determinantes de sua cultura. Procura analisar, também, o que são hoje os palestinos, onde estão, como constroem (através da Organização para a Libertação da Palestina - OLP, do seu Congresso Nacional e dos seus partidos), as bases do novo Estado pelo qual lutam, matam e morrem.

Neste informe especial, surgem as dificuldades que a mulher palestina ainda enfrenta, herdeira de tradições que se chocam com os seus anseios de igualdade; o extraordinário esforço que, dentro e fora dos territórios ocupados, realizam os palestinos para resgatar as conquistas maiores de sua cultura, o êxito impressionante de um empenho comum de dar um alto nível de profissionalização à sua juventude.

Nossos leitores saberão que nem todos os palestinos são os "fedayines" quase míticos da guerra de guerrilhas. Ao lado deles e, por vezes, por cima deles, está uma camada de burgueses tão conscientes de sua posição de classe como os capitalistas da City ou da Wall Street.

Essa matéria naturalmente não esgota o tema nem está isenta de apreciações subjetivas, embora tenha sido inspirada em propósitos de objetividade.

E, por isso mesmo, é um tema em aberto sobre o qual muitas vezes esperamos voltar, na esperança de contribuir para que seja discutido e analisado sem os chavões de sempre e os preconceitos com que é comumente tratado o povo palestino.

Beatriz Bissio











## OLP: as bases de

*Fundada em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina transformou-se em uma imensa e poderosa estrutura política. A OLP não pensa em atirar os judeus ao mar e considera que as gerações futuras de palestinos e judeus construirão um Estado baseado em outros valores*

Quando a OLP começou, partimos do zero, ou melhor, abaixo do zero. Existiam vários desafios pela frente; o primeiro, a credibilidade entre os próprios palestinos que se perguntavam o que era OLP..."

Em seu escritório de Beirute, Shafik El-Hout, membro do Conselho Nacional Palestino e representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Líbano, nos contava os primeiros passos no caminho per-

corrido para organizar uma entidade que hoje - 16 anos depois - é internacionalmente reconhecida como a única e legítima representante do povo palestino.

### De refugiados a combatentes

Foram 16 anos duros, cheios de "provas de fogo" para a vocação nacionalista e libertária dos palestinos. Anos que fecundaram o caminho irreversível na criação de um Estado palestino independente.

Como consequência da criação do Estado de Israel, que El-Hout descreve como "invasão israelense-sionista" à sua pátria, e devido "à sistemática aplicação de uma política discriminatória" contra os palestinos, mais de cinquenta por cento de seu povo teve que deixar o território em que moravam para viverem como refugiados em países árabes vizinhos, entre os anos 1948-1949. "Nosso país foi destruído", resume El-Hout, lembrando o fato de que os palestinos foram deixados sem nenhuma representa-





# um novo Estado

ção política, sem lideranças, sem perspectivas; enfim, "no ar". Espalhados, diluíam-se na grande Nação Árabe, derrotada diplomaticamente nas Nações Unidas, quando as condições criadas durante décadas pelo colonialismo britânico e consolidadas pela conjuntura do pós-guerra tornaram possível a votação a favor da divisão da Palestina.

Aparentemente restava um único vestígio daquele país milenar, o Informe Anual que o Responsável das Nações Unidas para o Problema dos Refugiados apresentava sobre a situação dos palestinos expatriados. A questão palestina estava, pois, totalmente reduzida ao âmbito interno das Nações Unidas e os únicos que, de vez em quando, lembravam ao mundo os problemas do povo palestino eram os representantes dos países árabes e da Liga Árabe.

A Margem Ocidental do Jordão (Cisjordânia) foi anexada à Jordânia e a Faixa de Gaza estava sob administração egípcia. Esses dois foram os únicos territórios da antiga Palestina que ficaram nas mãos dos árabes. O resto tinha passado a ser território do Estado de Israel. "Naquela época os palestinos da Cisjordânia tinham que se dizer jordanianos; não tinham autorização para se autodefinirem como palestinos", afirma El-Hout. Mas isso não significava falta de atividade política. Neste período, os palestinos militavam em diferentes partidos e organizações políticas do Mundo Árabe, sendo, em geral, conhecidos por sua dedicação ao trabalho e pela sua formação teórica, que os projetava como verdadeiros quadros políticos. "Os elementos mais ativos, quase sem exceções, eram os palestinos." Eles pensavam que quanto

mais forte se tornasse um ou outro partido, a causa palestina acabaria mais fortalecida.

## Os anos sessenta

A situação continuou a mesma até o começo da década de sessenta, particularmente até 1961.

"Com o fracasso da experiência da República Árabe Unida (RAU, formada por Egito e Síria) os palestinos começaram a sentir que deviam reorganizar sua vida política sob bases diferentes", explicou El-Hout. E deu mais detalhes.

"Foi nesta época que reconhecemos a necessidade de recuperar nossa identidade nacional como palestinos, entre a Nação Árabe. Não significa que tenhamos renunciado a nosso arabismo, mas a partir desse momento o entendemos como uma conse-



quência, antes que mais nada, de nossa condição de palestinos. Ou seja, ser árabes bem organizados, nacionalmente organizados como palestinos dentro da grande Pátria Árabe."

Nesse processo de reavaliação influi também a vitoriosa luta de libertação da Argélia. Ela mostrou que um país árabe pode desenvolver uma luta nacional com suas próprias forças, mesmo antes de conquistada a unidade árabe. A libertação argelina reforçou assim a convicção de que a nacionalidade palestina não devia ficar diluída num Mundo Árabe ainda não preparado para o grande desafio unitário. Era precisamente esse o aspecto utilizado por Israel em suas campanhas antipalestinas. Assim o definia El-Hout: "O objetivo do sionismo e de Israel era vencer a opinião pública mundial de que não havia palestinos. Segundo eles, de um lado estavam os árabes e do outro os judeus". Ainda na sua forma de apresentar o problema, os árabes são "uma nação poderosa de 150 milhões de pessoas, enquanto Israel é um pequeno país, rodeado de inimigos."

Segundo este raciocínio, os palestinos rapidamente compreenderam a necessidade de recordar para o mundo que eles eram um povo pacífico que habitava um pequeno país chamado Palestina e que reivindicavam os direitos que lhes foram usurpados.

#### A visão de Nasser

"O primeiro líder árabe que compreendeu a importância do movimento palestino para reconstruir sua identidade nacional foi Gamal Abdel Nasser." afirma El-Hout. "Foi por isso que, em 1964, Nasser chamou os países

árabes a uma Conferência de cúpula. Nela exortou os dirigentes árabes a apoiar os palestinos na criação de uma organização própria, com uma liderança política sobre todos os palestinos, em qualquer lugar que eles estivessem."

Assim, em 1964, a Conferência Árabe solicitou ao representante palestino na Liga Árabe, Ahmed Shuqairy<sup>1</sup>, que fizesse uma viagem para contatar os palestinos dispersos, consultando-os sobre a possibilidade de se criar uma organização política unificada sob uma única liderança.

Shuqairy fez a viagem e a terminou em Jerusalém, no dia 27 de maio de 1964. Nessa ocasião reuniu-se pela primeira vez o Conselho Nacional Palestino. No encontro foi proclamada a criação da Organização para a Libertação da Palestina, OLP.

O Conselho Nacional reuniu-se com 422 membros que incluíam algumas personalidades palestinas, profissionais, homens de negócios, industriais, assim como representantes dos campos de refugiados, das organizações estudantis, sindicais e de mulheres. *"Mesmo que a representação por classes sociais não fosse equitativa, como acontece em quase todos os parlamentos, ela refletia bastante adequadamente a distribuição geográfica dos palestinos"*, é a opinião de Rashid Hamid, no seu ensaio *O que é a OLP*.

#### A representatividade

"O problema que Shuqairy enfrentou" — cita por sua vez El-Hout — "é o mesmo que hoje enfrentamos: ante a impossibilidade de eleger nossas autoridades palestinas, usam-se critérios considerados os mais adequados para dar representatividade aos

eleitos. E a razão pela qual não podemos realizar eleições é simples: nossos compatriotas nos territórios ocupados não podem votar e os que estão nos países árabes geralmente não têm autorização para desenvolver campanhas eleitorais. Resta-nos uma única opção: selecionar os representantes. Então, entram em jogo diferentes critérios: diversidade geográfica (temos palestinos no Egito, Jordânia, Síria, Líbano, Kuwait, em outros países árabes, em vários da América, etc.), a presença de todas as nossas organizações políticas, representantes de nossos sindicatos e organizações sindicais. Quer dizer, critérios que dêem uma representatividade mais próxima possível do que deveria ser. Creio que se realmente pudéssemos realizar uma eleição, não seria muito mais democrática do que o processo que desenvolvemos."

Segundo El-Hout, essas explicações são importantes porque uma das campanhas ocidentais que tentam invalidar a legitimidade da OLP aludem justamente ao fato de que seus dirigentes "não são eleitos democraticamente". "Creio — afirma — que, se nos dessem oportunidade, poderíamos demonstrar como realmente nosso povo apóia esses dirigentes."

#### As instituições palestinas

"No primeiro Conselho Nacional, realizado em Jerusalém, definimos nossos objetivos nacionais, nossas leis e regulamentos internos e aprovamos a primeira Carta Nacional. Elegemos nosso primeiro Comitê Executivo. Para facilitar a compreensão do significado dessas instituições pode-se dizer que o Conselho Nacional é o Parlamento e o Comitê Executivo, o governo. Cada membro



do Executivo tem a seu cargo um departamento que equivaleria a um ministério. Assim, temos um Departamento Político, um Departamento Militar, um Financeiro, um Departamento para Organizações (Sindicatos, etc.). Um para cada uma das necessidades reais de nosso povo. Todos os Departamentos são responsáveis ante o Presidente do Conselho Executivo e todo o Executivo é responsável ante o Conselho Nacional, órgão máximo da OLP”, frisou El-Hout.

### Os desafios

“Quando começamos, tínhamos vários desafios pela frente. O primeiro, era diante dos pró-

prios palestinos, que se perguntavam, o que é OLP? Alguns temiam que se tratasse de alguma artimanha de certos países árabes para liquidar a questão palestina. Esse era o desafio número um, mas havia outros. O segundo em importância era o de sermos reconhecidos, tanto pelos países árabes como pela comunidade internacional. O terceiro era o de como começar a formar nosso exército de libertação nacional. Isto porque desde o início nós tínhamos certeza de que a luta para a libertação de nossa pátria não podia encaminhar-se exclusivamente por vias diplomáticas. Tínhamos que possuir combatentes, um exército de libertação nacional da Palestina.”

Quando, em novembro de 1964, realizou-se outra Conferência Árabe de Cúpula, esta vez em Alexandria, a idéia da criação da OLP foi aceita. “Mas, para falar francamente, cada país aceitou a idéia diante de uma perspectiva diferente”, afirmou El-Hout.

### O aspecto militar

Pôr em prática esse reconhecimento não era fácil. O tema tinha sido motivo de declarações em ocasiões anteriores, como uma Reunião da Liga Árabe em 1959, onde se previa a necessidade de se criar um exército palestino nos países árabes. Mas nada de concreto aconteceu.



Shafik El-Hout: “o primeiro líder árabe que compreendeu a importância do movimento palestino para reconstruir a sua identidade nacional foi Gamal Abdel Nasser”





Era a questão da criação de um exército a que parecia mais difícil. Com a Cisjordânia anexada à Jordânia e sem poder pensar em dar treinamento militar aos palestinos nos diversos países árabes pela negativa dos respectivos governos, as possibilidades de começar eram poucas. "Concretamente, só em dois lugares podíamos iniciar o trabalho nesse sentido: na Faixa de Gaza, sob a administração de Nasser, e na Síria. Foram nestes dois lugares que o nosso exército de libertação começou a ser formado" — revelou El-Hout. "Mas se é certo que em ambos lugares poderia se desenvolver o treinamento, também é verdade que a partir da Síria não podíamos preparar ataques ao território israelense. Éramos hóspedes do exército sírio e em última instância só ele poderia decidir a respeito."

El-Hout diz ser esta uma das razões pelas quais grupos palestinos combatentes que já estavam operando na clandestinidade, como era o caso da Al-Fatah (que naquele momento não pertencia à OLP) hesitavam em apoiar a organização. "Eles queriam começar a luta de libertação sem ter que consultar ninguém", contou El-Hout: "esse foi outro importante problema que a OLP teve que enfrentar no começo."

Esses grupos palestinos decidiram manter-se independentes e em 1º de janeiro de 1965 — menos de cinco meses depois de criada a OLP — fizeram a primeira operação armada em território ocupado<sup>2</sup>. Isso colocou os dirigentes da OLP da época em uma situação embaraçosa. A OLP e Shuqairy em particular, queriam manter boas relações com os países árabes, enquanto os grupos armados queriam intensificar a luta. De fato, as ope-

rações armadas aumentaram nos anos de 1965-1966.

A situação se manteve difícil até 1967, ano em que aconteceu a guerra de junho, na qual os países árabes foram derrotados por Israel, toda a Palestina foi ocupada, assim como o Sinai e as Colinas de Golan, na Síria. A nova situação criada pelo expansionismo israelense fortaleceu as posições defendidas pelos grupos palestinos clandestinos armados. A última guerra indicava que só operações militares poderiam viabilizar a derrota de Israel e a reconquista dos territórios ocupados. Além disso, a derrota dos exércitos regulares árabes parecia demonstrar que uma alternativa viável a ser usada seriam as táticas guerrilheiras desenvolvidas pelos comandos palestinos.

Entre 1968 e 1969 se processa o entrosamento entre as posições defendidas pela OLP e os grupos armados, alguns dos quais já se haviam integrado à Organização depois da guerra de 67.

Assim, em fevereiro de 1967, quando se realizou uma nova sessão do Conselho Nacional Palestino, foi eleito Presidente do Executivo, Yasser Arafat, o líder máximo da Al-Fatah. Nesse ano, a OLP se estrutura basicamente, consolidando-se a liderança dos grupos armados, particularmente da Al-Fatah, dentro da organização, na sua condição de movimento palestino armado mais poderoso. Todos os outros grupos guerrilheiros estavam representados, além de personalidades independentes.

#### Arafat: um símbolo

"Yasser Arafat, mais que presidente da Al-Fatah ou da própria OLP, é atualmente um sím-

bolo da resistência palestina", afirma El-Hout.

Desde 1967 até hoje, a ênfase esteve na luta armada. Ainda que nos últimos meses Arafat tenha desenvolvido uma intensa atividade diplomática, particularmente no continente europeu, abrindo importantes perspectivas para a luta palestina em áreas que se mantinham omissas ou, muitas vezes, até a favor de Israel.

Como se sabe, em 1973 houve uma nova guerra árabe-israelense na qual também lutaram os palestinos. Como resultado é assinado um cessar-fogo que os palestinos se negam a aceitar. Desde então, continuam as operações militares nos territórios ocupados.

#### O que é Al-Fatah?

*Um colega jornalista, amigo da OLP, nos dizia que a Al-Fatah representa no campo de batalha uns 90 por cento do total de combatentes. Você acha que esta apreciação é parcial? perguntamos a Shafik El-Hout durante nosso encontro em Beirute.*

— Começarei por esclarecer que eu, dentro da OLP, sou independente. Lembro que em 1977, quando Israel nos atacou no sul do Líbano, numa guerra que durou oito dias, reunimos todos os grupos a nível de dirigentes — incluindo nossos amigos e companheiros do Movimento Progressista Libanês — e todos concordaram que sobre os ombros da Al-Fatah tinha recaído a responsabilidade de 90 por cento da luta. Mas para dar uma cifra que ninguém possa reclamar, lhe direi que a Al-Fatah tem aproximadamente 80 por cento dos combatentes palestinos. E aqui, o que conta é o campo de batalha...





Arafat: um símbolo da resistência palestina

#### Como definiria Al-Fatah?

— Al-Fatah, Movimento de Libertação da Palestina, difere dos outros grupos num aspecto: eles se sentem como representantes de todos os palestinos. Eles não dão muita ênfase às definições ideológicas. Pode-se ser comunista e ser membro da Al-Fatah, como pode-se ser direitista e pertencer à Al-Fatah. Para pertencer à Al-Fatah tem que se crer na luta armada como o meio para libertar a Palestina e estabelecer um Estado Democrático. Se você está disposto a lutar por isso, adiante!

Esse é um aspecto. Há outro. Quando o pessoal precisa de qualquer coisa — e sempre precisa de muitas coisas — recorre à Al-Fatah. Uma viúva que não tem dinheiro para educar os filhos recorre à Fatah. As pessoas se sentem representadas pela Al-Fatah, da mesma forma que a Al-Fatah não faz diferença entre

os que são ou não membros da organização.

Outra evidência de que a Al-Fatah é o grupo político e militar mais importante, é que, entre os mártires, os presos, os perseguidos, os que estão nos campos de concentração, a Al-Fatah é sempre majoritária.

Há ainda outro aspecto: a Al-Fatah é o mais independente dos grupos palestinos em suas relações com os demais países árabes. Alguns grupos — e creio que não vou ofender ninguém por dizer isto — são financiados ou recebem bastante ajuda de alguns países árabes, o que, às vezes, acaba criando compromissos com esses países. Se a Líbia, o Iraque, a Arábia Saudita ou outra nação do Mundo Árabe não aprova uma atitude da Al-Fatah, ela não tira a liberdade de manter-se em sua posição. O único compromisso é com a causa do povo palestino.”

*Ou seja: a Al-Fatah distribui sua dependência...*

— Sim, seria uma forma de entendê-la. A nível internacional, a Al-Fatah tem também bons amigos nos países socialistas, mesmo que eles não sejam marxistas, e sim um movimento de libertação nacional. A esse nível a Al-Fatah é tratada como um movimento de vanguarda da luta palestina.

*Entre os outros grupos, quais seriam os mais representativos?*

— A Frente Popular de Libertação da Palestina, de George Habbash, a Frente Democrática, de Jawadme (Yasser Abdul Rabbu) e a Frente Popular-Comandos Gerais, de Jibrill. Estes dois últimos inicialmente faziam parte do mesmo grupo de George Habbash.

#### **Palestina independente, meta final**

*Parece desnecessário perguntar a um dirigente da OLP qual é a*





meta final da organização, já que seu próprio nome a define com precisão. Mas neste caso, está implícita a destruição de um Estado...

— O desenvolvimento da posição política da OLP levou à definição da maior meta estratégica, que é estabelecer um Estado leigo, independente, em todo o território palestino, onde todos os palestinos e os judeus que ali estejam possam conviver em paz com os mesmos direitos e deveres. Não podemos imaginar nenhuma solução final, definitiva, que não seja a criação de um Estado em que muçulmanos, judeus e cristãos possam conviver."

*Isso significa o fim do Estado de Israel?*

— Sim, ainda que atualmente possa soar utópico, irreal, porque a maioria dos israelenses não estão preparados para isso. Eles defendem o sionismo e são gover-

nados por uma junta de fanáticos. Tampouco parece possível pelas posições que atualmente defendem os Estados Unidos. Por isso estamos buscando uma solução possível...

*Qual?*

— Nós a chamamos de solução temporária, ainda que dure 25 anos. Queremos mostrar ao mundo que a propaganda sionista não diz a verdade. Nós não pretendemos atirar os judeus ao mar, como eles fazem crer. Ao contrário, os convidamos a viver todos juntos e dizemos: "Estamos decididos a estabelecer um Estado palestino independente em qualquer parte do território palestino que seja libertada por nosso exército ou do qual Israel possa retirar-se como consequência de pressões políticas."

*Você acredita que essa é uma solução viável?*

— O fato de aceitar a coexistência dos dois estados demonstra da nossa parte um compromisso real. Nós não podemos fazer nossa gente viver à base de slogans. Precisamos de certas vitórias.

*Qual seria o mínimo território no qual o Estado palestino poderia ser proclamado?*

— A Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Porque nossos territórios foram ocupados na guerra de 1967. Há muitas resoluções da ONU exigindo a retirada de Israel desses territórios. Ninguém poderia opor-se a isso.

*Essa flexibilidade demonstra maturidade por parte da OLP. É difícil defender hoje a destruição de Israel...*

— Teremos consciência disso. Nem nosso aliado estratégico, a URSS, poderia defendê-lo. Mas saibam que nós temos que ser convincentes perante nosso povo. Cito, por exemplo, o caso de meu pai. Ele nasceu em Jaffa. Como poderia aceitar uma solução que não lhe devolvesse Jaffa? Eu seria chamado de traidor. Mas como nossa direção é combativa e põe à prova todos os dias sua responsabilidade, tem credibilidade. Por isto não foi tão difícil explicar a nosso povo que há certas coisas que só podem ser conquistadas por etapas."

"Que temos dito a nosso povo? Que primeiro estão as resoluções da ONU. Nós e o mundo todo estamos de um lado. Israel e os Estados Unidos, de outro. Esse simples argumento permitiu avanços a nível internacional. Em 1974, Yasser Arafat foi às Nações Unidas e disse: "Não são minhas as resoluções, são da Tanzânia, de Moçambique, da Índia, da Jugoslávia, da Escandinávia,

## A diplomacia palestina

Os palestinos desenvolvem, hoje, uma grande atividade diplomática a nível das Nações Unidas e suas organizações, no Movimento dos Países Não-Alinhados, no campo socialista e também da Europa Ocidental. Em Israel, se considera que a Alemanha, França e outros países europeus "estão a um passo de uma declaração formal de reconhecimento do direito palestino à autodeterminação nacional", o que significaria o direito a ter o seu próprio Estado.

As representações diplomáticas palestinas têm desempenhado um papel importante nessa luta e surgiram praticamente do nada. Cresceram muito em número e também em ação. Atualmente, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cujo dirigente máximo é Yasser Arafat, tem representações nas seguintes áreas:

Mundo Árabe — 19 países	Europa Ocidental — 12
Campo Socialista — 16	América do Sul — 3
África — 15	América do Norte — 3
Ásia — 13	Unesco — 1

Total: 82 escritórios de representação, grande parte com status diplomático.





Os palestinos afirmam: "nós e o mundo estamos de um lado; Israel e os Estados Unidos do outro"

da Romênia. São vossas resoluções, e nós as temos aceito." E assim vamos deixando em evidência a posição de Israel e dos Estados Unidos."

*Você acredita que a correlação de forças na ONU permitiria*

Nº 27 • setembro • 1980

*pressionar Israel de forma mais rigorosa do que vem sendo feito até hoje?*

— Impossível. Não sem a aceitação dos Estados Unidos. A ONU se veria totalmente impossibilitada de concretizar qualquer

resolução desse tipo. Lembre-se do que aconteceu por muito menos com Andrew Young. Ele pessoalmente me disse — eu estava lá naquele momento — que sentia vergonha de seu governo pelo acontecido, porque a resolução endossada ao Conselho de Segurança não era da OLP, e sim da ONU. E para dizer a verdade, era uma resolução moderada, inclusive favorável a Israel, já que além de reconhecer o direito à existência do Estado de Israel, reconhecia também suas fronteiras. Porém mencionava que também os palestinos tinham direito à autodeterminação, a regressar a seus lares e ser compensados, assim como a estabelecer um Estado independente. Quem se levantou contra tudo isso? Os Estados Unidos. E não foi a primeira vez."

*Mas a inflexibilidade dos Estados Unidos não pode ser eterna. Há interesses árabes a considerar...*

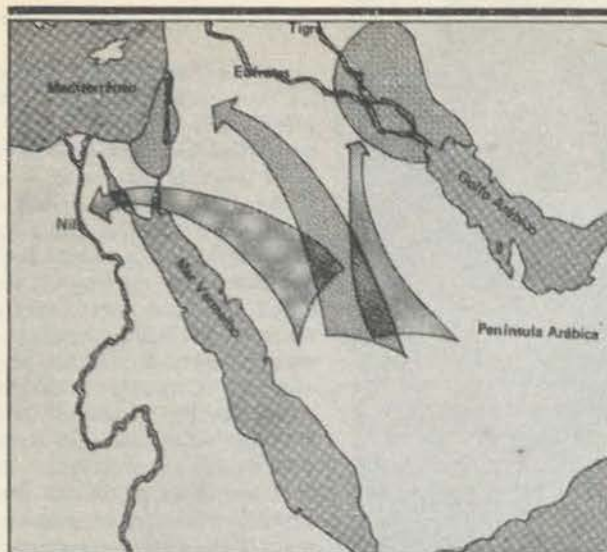
— Sabemos disso. Os Estados Unidos necessitam dos países árabes muito mais que eles dos Estados Unidos. Os norte-americanos se dizem preocupados com a situação dos muçulmanos no Afeganistão. Que há então com os muçulmanos da Palestina? Jerusalém é muito mais importante para o Islã que Kabul. Resumindo, o mini-estado é a solução para o presente. O Estado Palestino em todo nosso território virá para as novas gerações de judeus e de palestinos, que serão educadas com outros valores. □

1 — Naquela época, os representantes palestinos nos órgãos árabes não eram nomeados pelos palestinos e sim pelos países árabes. Shuqairy foi designado por eles para assistir, em nome dos palestinos, às reuniões da Liga Árabe.

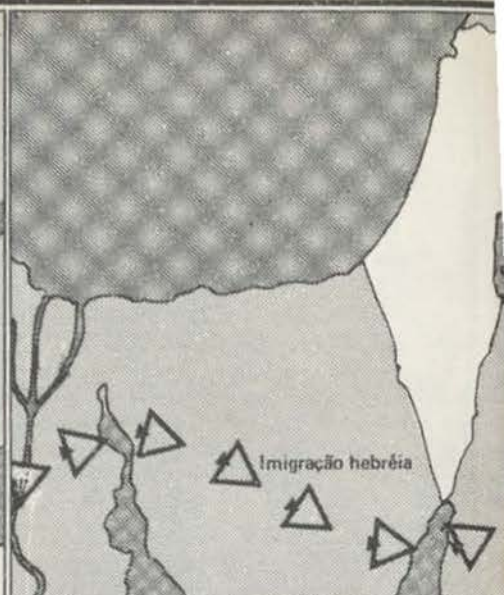
2 — Essa data hoje é conhecida como o Dia da Revolução Palestina.



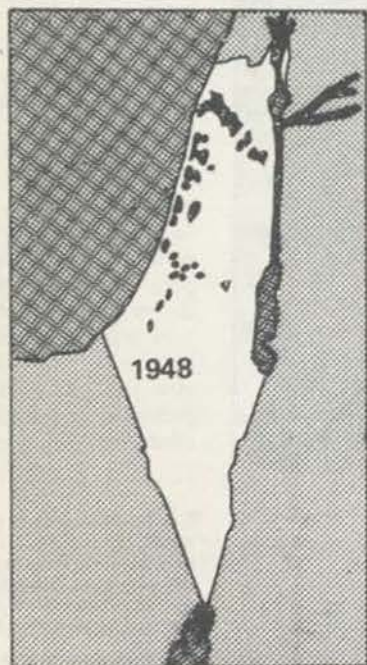
# Mapas históricos da Palestina



No mapa 1, se mostram os movimentos migratórios de origem semita (ano 3500 a.C.) que, desde a península arábica, se dirigiram a várias regiões do Oriente Próximo, entre elas a Palestina. No ano 2.500 a.C., um desses movimentos migratórios se estabeleceu na Palestina. Esses habitantes ficaram conhecidos com o nome de *cananeus*.



Mapa 2: Mostra a imigração hebréia. Os hebreus, dirigidos por Moisés, fugiram de Egito e cruzaram o Sinai. Estabeleceram-se ao leste do Mar Morto. Depois de Moisés, dirigidos por Josué, conquistaram o Estado cananeu.



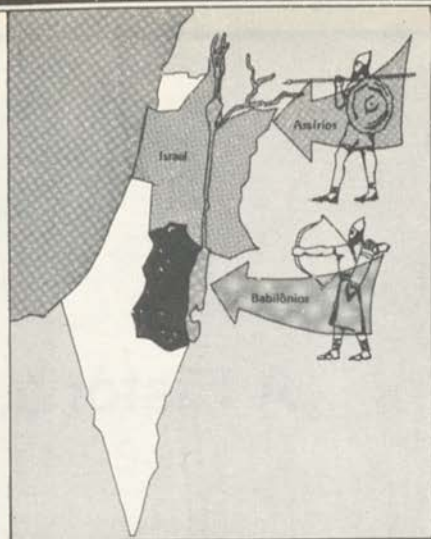
Mapa 5: Situação em 1948. Os judeus possuíam 5,67% da terra palestina.



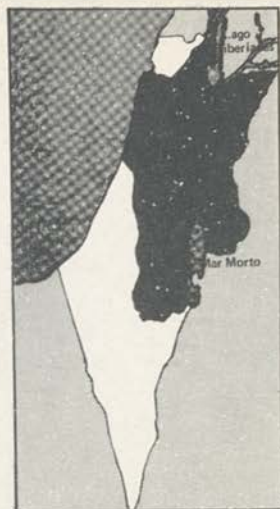
Mapa 6: Plano da ONU. Segundo esse plano, os judeus se constituíram em donos de 56,47% da terra palestina.

S I C I T A N O

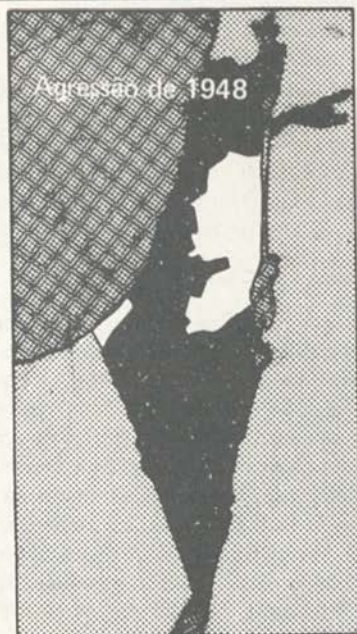




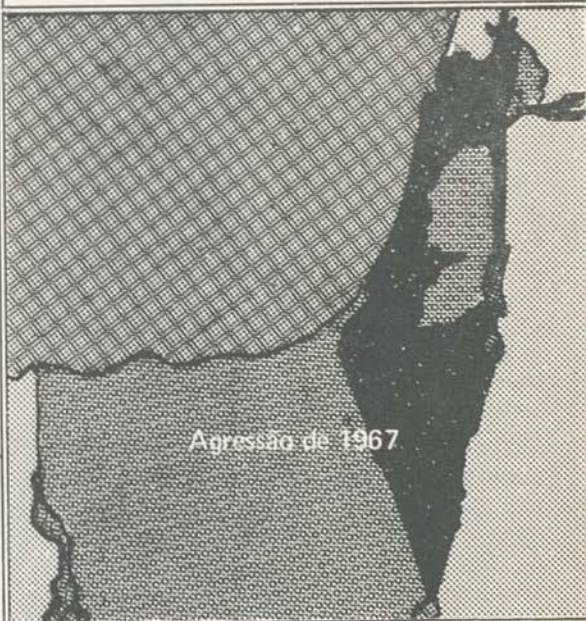
**Mapa 3:** Reino hebreu. Donos duma parte da Palestina e do leste do rio Jordão, os hebreus undam um reino sob a liderança de Saúl (ano 1020 a.C.). Sucedem-no David e Salomão. Ficou conhecido como reino hebreu. Parte do território da Palestina nunca foi dominado pelos hebreus.



**Mapa 4:** Reinos de Israel e Judá. Durante o reinado de Salomão, o reino hebreu se divide em reino de Israel, ao norte (ano 923 a.C.) e de Judá, ao sul, que foram conquistados pelos assírios e babilônios, respectivamente.



**Mapa 7:** A agressão de 1948. Depois da guerra de 1948, os sionistas se apoderam de terras palestinas até possuir 78% da superfície total do país.



**Mapa 8:** A guerra de 1967. Depois da agressão de 1967, os sionistas se apoderam de todas as terras da Palestina assim como das colinas do Golan e do Sinai. A ocupação continua até hoje.





## A História, o

□ A Palestina (28 mil m<sup>2</sup>) situada na Ásia menor, onde se cruzam três continentes, Europa, Ásia e África, sofreu numerosas invasões. No ano 2500 a.C. aproximadamente, foi fundado o primeiro estado histórico em solo palestino: o estado dos cananeus.

No ano 1200, os hebraicos fugiram do Egito chefiados por Moisés e, depois de passarem sessenta anos no deserto do Sinai, invadiram o estado dos cananeus liderados por Josué, conquistando parte da Palestina e da Jordânia, onde estabeleceram o primeiro reino hebraico. Segundo os historiadores, este reino se dividiu em dois no ano 933 a.C.: a Judéia, ao sul e o reino de Israel, ao norte. Ambos foram destruídos; Israel, por volta do ano 713 a.C. pelos assírios e a Judéia pelos babilônios, no ano 386 a.C. A partir de então, os judeus conviveram com o resto da população da Palestina — na maioria descendentes dos cananeus — sofrendo com eles novas invasões: gregas, persas, romanas.

Sob a invasão romana, os judeus foram dispersados da Palestina (a diáspora judaica) dirigindo-se a todas as partes do mundo então conhecido e fundando importantes e prósperas comunidades no Egito, Iraque, Iêmen e Síria. Fizeram muitas conversões ao judaísmo, particularmente nas tribos Khazaras das quais procede grande parte dos judeus russos.

No ano 630 d.C., a Palestina é invadida pelos exércitos árabes. Destacam os historiadores que a diferença do resto dos invasores, os árabes misturaram-se com a população nativa (composta então por descendentes dos cananeus, hebreus e filisteus) islamizando-a intensamente.

As Cruzadas — guerras de conquista dos reinos feudais europeus, sob pretexto de donar os santos lugares — foram um episódio sangrento, ainda que passageiro, da história palestina. Os palestinos muçulmanos, judeus e cristãos caíram juntos na luta contra os cruzados. Eles são expulsos definitivamente pelo chefe árabe Saladin, depois de terem permanecido cem anos em Jerusalém.

A liberdade da Palestina foi curta. Em 1517, o país é invadido pelos turcos, assim como parte da Europa e o resto do mundo árabe. Só com a vitória dos aliados na primeira guerra mundial — na qual os palestinos lutaram contra os turcos — a libertação se torna realidade. Como o resto das nações asiáticas e africanas submetidas ao colonialismo, a Palestina ansiava à independência. Em 1917, o governo britânico, que ainda não tinha conseguido o mandato sobre a Palestina, emite este comunicado, conhecido como *Declaração Balfour*, nome do ministro do exterior britânico:



## de os cananeus

"O governo de sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento de um Iar na Palestina para o povo judeu e empenhará todos os seus esforços para a realização deste objetivo, devendo ser claramente entendido que nada poderá prejudicar os direitos civis e religiosos das coletividades não judaicas existentes na Palestina, nem os direitos nem o status político de que gozam os judeus em outros países."

Nesse ano de 1917, os palestinos representavam 92 por cento da população palestina e possuíam 97,5 por cento das terras do país.

Desde o primeiro dia da queda da Palestina sob o domínio britânico, o povo palestino enfrentou energeticamente essa nova ocupação. Durante todo o mandato, os britânicos ajudaram a imigração maciça de judeus de todo o mundo, facilitando-lhes a colonização das terras. De 8 por cento em 1917, a percentagem de judeus aumentou para 33 por cento em 1948 dominando 55 por cento das terras.

Segundo os historiadores árabes, é uma realidade incontestável que o povo palestino acolheu, no início, de braços abertos aos imigrantes judeus, dos quais sentia-se solidário. Mas quando os grupos armados sionistas Haganah, Stern, Irgun (treinados e ajudados pelos britânicos) começam


os atos terroristas e os massacres contra os palestinos a fim de intimidá-los e obrigá-los a abandonar o país, a população palestina, na maioria composta por camponeses, reagiu energeticamente. Pese à desigualdade entre os desarmados camponeses e os bem treinados e armados grupos sionistas, existem múltiplas rebeliões.

A Inglaterra já começava a declinar e os sionistas preferiram o apoio duma potência emergente, os Estados Unidos, que passou a exigir a saída dos ingleses daquele território.

Em 1948, a Inglaterra abandona a Palestina, não sem antes ter tentado remediar uma situação que ela mesma tinha ajudado a criar. Ainda segundo os historiadores, os sionistas apoderaram-se então não só das terras que lhes tinham sido presenteadas na partilha das Nações Unidas em 1947, como de mais outras; e em maio de 1948, proclamam o Estado de Israel ocupando 78 por cento da Palestina. Já então tinham sido expulsos do solo palestino mais de um milhão de refugiados. O resto da Palestina (Cisjordânia e Gaza — que tinham ficado, a primeira sob controle do reino da Jordânia e a segunda sob a administração do Egito), foi ocupado por Israel em 1967.

*(Resumo da História da Palestina segundo historiadores palestinos)*





# Quem são e onde estão os palestinos

*Dispersos no Mundo Árabe e reprimidos nos territórios ocupados, eles se esforçam para formar seus técnicos e cientistas, preparando-se para administrar seu Estado*

A imagem do palestino *fe-dayin* ou a do palestino confinado no trágico recinto dos campos de refugiados só nos dá uma visão parcial da realidade. E não é por acaso que somente essas facetas venham sendo transmitidas pelos meios de comunicação capitalistas. É através dessa distorção dos fatos que se tem conseguido que nos Estados Unidos 30 por cento da opinião pública aceite o rótulo de "terrorista" como sendo o que melhor define os palestinos; 17 por cento, a descrição de um "povo displicente que não se importa de se estabelecer em qualquer outro país" e 19 por cento, a qualificação de "refugiados em busca de um lar". (Informe da Revista Time sobre os palestinos em abril de 1980)

No entanto, tivemos acesso a dados que nos aproximam do conhecimento verdadeiro do povo palestino.

A primeira questão que surge é: *Onde vivem os palestinos?*

Pode-se afirmar que a maioria deles vive no Oriente Médio, assim distribuídos: um milhão na Jordânia (onde constituem 65 por cento da população); 450 mil no Líbano; 650 mil em Israel; 1.200 mil na Cisjordânia e

na Faixa de Gaza; 160 mil na Síria, 150 mil no Kuwait (aproximadamente 20 por cento da população) e em importantes comunidades no Egito, Líbia, Iraque, Arábia Saudita e nos países do Golfo, além de pequenas comunidades na América Latina, Estados Unidos e Alemanha Ocidental.

Desses quase quatro milhões de palestinos, apenas um milhão e oitocentos mil têm legalmente o *status* de refugiado dado pelas Nações Unidas. E deles, só aproximadamente 650 mil vivem em campos de refugiados (ao todo 61), distribuídos no Líbano, Jordânia, Síria e nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza.

*Que fazem os palestinos?* é outra pergunta fundamental. Em sua maioria, eles são camponeses e operários. Mas há um número muito significativo de profissionais liberais, homens de negócios, escritores, poetas, administradores de empresa e até banqueiros.

Os estudos mais recentes mostram que cerca de 62 por cento da população palestina nos territórios ocupados está composta por assalariados, enquanto a burguesia nacional se encontra em sua maioria no Kuwait, Líbano e

países do Golfo. A burguesia dos territórios ocupados sofreu um processo de proletarianização, como consequência da ocupação e perdeu força como classe.

Um elevado número de palestinos estudam em universidades dentro e fora do mundo árabe, aproximadamente uns 800 mil. Alguns palestinos alcançaram posições muito influentes no mundo árabe, participando inclusive a nível de governo. Segundo um estudo promovido pelo dr. Nabel Shaath, Professor Assistente de Administração de Empresas na Universidade Americana de Beirute, em conjunto com os doutores Eugene Makhlof, Antoine Zahlan e Elie Eid e com a colaboração do Instituto de Estudos Palestinos, haveria no mundo árabe 27 embaixadores palestinos, 7 ministros de Estado, 16 funcionários governamentais de alto nível, 30 juizes, além de 100 professores universitários catedráticos, 30 professores assistentes, 154 professores universitários encarregados de pesquisas e diretores de projetos e 327 ajudantes de pesquisa. Na área da administração, encontram-se nos países árabes, 100 diretores-executivos palestinos em empresas de grande porte, 369 gerentes, 376 vice-presidentes, gerentes assistentes e chefes de departamento e 1.084 gerentes em instituições consultivas.

Informa esse mesmo estudo que, praticamente, não há profissionais palestinos desemprega-



O campo de refugiados de Baqa'a, na Jordânia



Aproximadamente 800 mil palestinos estudam em universidades dentro e fora do mundo árabe. A preferência maior é para as ciências humanas do que para as carreiras científicas



A propaganda sionista distorceu a visão do mundo: os fedayines também participam das atividades sócio-científico-culturais do seu povo





dos, ainda que muitos deles sejam considerados estrangeiros que serão dispensados quando os países árabes em que atuam receberem os seus próprios técnicos, atualmente estudando em universidades européias e do Mundo Árabe.

#### Que profissões?

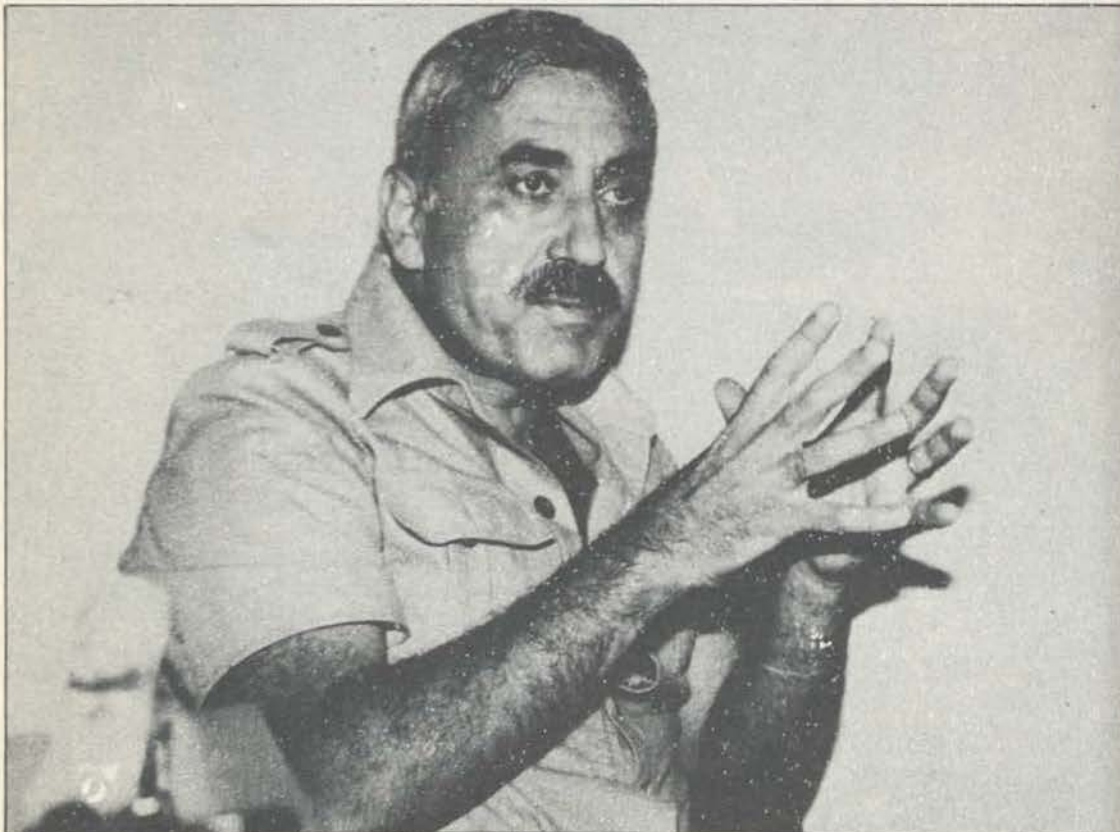
Ainda segundo esse estudo, entre os palestinos graduados há um certo desequilíbrio a favor das ciências humanas, em detrimento das carreiras científicas (61 por cento para Ciências Humanas e 39 por cento para carreiras científicas). Tal fato é explicado de uma maneira simples:

para os palestinos, é relativamente fácil trabalhar e estudar como externos no Mundo Árabe, unicamente comparecendo às universidades para prestar exames. E isso só é possível nas Ciências Humanas, Sociais e em Direito. Milhares de palestinos que trabalham nos países do Golfo, na Arábia Saudita e no norte da África só têm condição de terminar seus estudos universitários dessa forma.

Porém, segundo a mesma fonte, a porcentagem de diplomados em cursos de pós-graduação aumenta significativamente em Ciências, em detrimento das carreiras humanas. Assim, 93,4 por

cento dos que conseguem o grau de PhD pertencem à área científica.

A maior parte de estudantes palestinos concentra-se na Universidade Árabe de Beirute (fundada por Gamal Abdel Nasser); de um total de 18 mil estudantes, ela teria 10 mil palestinos e jordanianos em 1970 (essa Universidade oferece cursos de ciências humanas, administrativas e advocacia, com apenas um pequeno departamento de Engenharia). O dr. Shaath estima que esse desequilíbrio se manterá devido às crescentes dificuldades dos palestinos em frequentar os cursos regulares de Engenharia,



George Habbash: "O Estado palestino será democrático"



Medicina e de áreas técnicas de um modo geral, que exigem uma disponibilidade de tempo muito grande.

Um número significativo frequentava a Universidade Egípcia, que atualmente reduziu muito a sua cota de estudantes estrangeiros por motivos políticos e pelas dificuldades de satisfazer a demanda de sua própria classe estudantil.

Para os estudantes dos territórios ocupados ou para os jovens palestinos residentes em Israel, é extremamente difícil ter acesso a um título universitário. De cada cem mil palestinos, somente 88 ingressam na universidade em Israel, enquanto que de cada cem mil israelenses, 1.500 conseguem vagas na Universidade, segundo dados do *Israel Government Yearbook* citados no ensaio do dr. Shaath.

De mil palestinos com PhD, só 50 pertencem às áreas humanas. O restante pertence ao caminho científico, em ramos tão variados como Química, Matemática, Engenharia Aeronáutica, Micropanteologia, Tecnologia de Alimentos, Petroquímica, Estudos Nucleares e Física.

Oitenta por cento dos graduados estudou em universidades árabes, 7,6 por cento em universidades norte-americanas e 6,5 por cento em universidades européias. Dos que têm cursos de pós-graduação, 45,5 por cento titulouse em universidades ocidentais.

Um grande número desses estudantes está atualmente dando aulas no Mundo Árabe. Só no Kuwait, havia em 1969 três mil professores palestinos. Um importante número de engenheiros palestinos especializados em petróleo trabalha nos campos dos

países do Golfo e na Arábia Saudita.

Comenta um especialista em questões árabes, residente em Beirute, que se por alguma razão os palestinos decidissem da noite para o dia retirar todos os seus técnicos da área do Golfo, a economia desses países poderia ficar paralisada e que, se os capitais palestinos também fossem retirados, aí então o colapso seria total.

### Os reflexos políticos

Como não podia deixar de ser, essa estruturação da sociedade palestina (que existe, ainda que dispersa) se reflete no plano político. "Existem classes sociais palestinas; e pensar que todos estamos de acordo cem por cento é um erro. A partir do momento em que existem classes, haverá interesses diferentes e isso leva a opções políticas que nem sempre são coincidentes". Quem assim nos descreveu a realidade palestina foi Yasser Abdo Rabbo, da Frente Democrática, um grupo que tem origens comuns com a Frente Popular de George Habbash e que logo optou por um caminho independente. De definição marxista, a Frente Democrática integra a OLP, sendo responsável, no Comitê Executivo, por uma das Secretarias.

Há um aspecto que une todos os palestinos, sejam eles refugiados nos campos ou banqueiros radicados no Golfo: o retorno à Pátria perdida, com a proclamação de um Estado independente. Variam as táticas e as concepções de como conquistar essa meta, podem ser diferentes também os projetos para essa Pátria depois de ser proclamada independente. Mas, atualmente, todos estão na OLP apoiando a direção de Yasser Arafat que, com

profundo sentido nacionalista, soube criar um equilíbrio e uma tática comum que satisfaçam tanto os palestinos pobres como os palestinos capitalistas. A luta de libertação nacional — que já vem se desenvolvendo há muitos anos — unifica o povo palestino e lhe devolve a dignidade perdida.

Quando for proclamado um Estado palestino independente surgirão, sem dúvida, muitas das contradições que hoje estão relegadas a um plano secundário. No entanto, a vocação democrática que, durante esses anos, vem sendo incutida no espírito palestino e as lições da luta marcarão a atuação do governo palestino independente. George Habbash, ao responder recentemente sobre quais as características que teria esse Estado, afirmou: "A idéia da convivência democrática prevalecerá na nova sociedade a ser criada".

A ligação entre a Palestina do passado e a do futuro está presente na resistência dos territórios ocupados, no desenvolvimento político dos campos de refugiados e no renascer cultural que se consolida em expressões literárias, poemas, canções revolucionárias, institutos de cinema, centros de pesquisa, núcleos de produção artesanal.

Todo esse vigor e essa mística nasceram da resistência. Da diáspora sem horizontes de 1948 ao movimento palestino unificado e internacionalmente projetado de hoje, a diferença é apenas uma: a organização e a luta. O povo palestino passou de refugiado a revolucionário. Um jovem de 18 anos nascido num campo perto da cidade de Tiro (Líbano) nos definiu assim essa realidade: "A luta me deu a resposta de quem sou eu". □





As crianças e os jovens são educados e recebem treinamento militar...

## Uma visita aos campos de refugiados

*As crianças e os jovens são educados e recebem treinamento militar enquanto os mais velhos vivem com a ilusão de, um dia, voltar à pátria*

Quando tentávamos imaginar como seriam os campos de refugiados palestinos, não conseguíamos muito: a palavra "campo" nos dava a idéia de precariedade, falta de elementar, marginalização. Mas isso não se conciliava com um outro aspecto da vida nos campos sobre o qual tínhamos ouvido falar, a mística patriótica e revolucionária. A fortaleza espiritual e moral. A semente do novo Estado palestino.

Pensávamos sobre isso à medida que nos aproximávamos de Tiro, na nossa viagem ao sul do Líbano. Os mais importantes campos da região estão nos arredores dessa milenar cidade, patrimônio histórico das civilizações



mediterrâneas, submetida a sistemáticos bombardeios da artilharia israelense.

Percorremos vários campos. Ficamos mais no de Rashidieh, onde os habitantes haviam preparado uma recepção especial para os visitantes: pão árabe recém-saído do forno, coalhada, peixe frito, quibe e chá. Bastava olhar em volta para se constatar que aquela refeição, apesar de sua simplicidade, era um pequeno luxo somente explicado pela tradicional hospitalidade dos árabes.

A vida é, efetivamente, dura nos campos. Imperam as construções precárias, poucas com luz elétrica e também com falta de esgotos. As ruas são de terra batida e os móveis, quase todos de fabricação caseira, são escassos. Os campos são, na verdade, pelo menos na sua grande maioria, bairros periféricos de cidades libanesas, sírias ou jordanianas. E para os latino-americanos, muito se assemelham às favelas ou "cangretilhos".

Conversamos com uma família escolhida ao acaso: a avó não parava de nos perguntar se chegaria a viver a alegria do regresso à sua aldeia, próxima a Belém. A mãe organizava os seus pequenos e numerosos filhos para que nos cantassem velhas canções palestinas. Ao se despedir, nos disse: "Esperamos que vocês nos visitem algum dia na nossa casa na Palestina. Até a vitória!".

Os comentários que circulavam eram sobre os últimos bombardeios israelenses. Os sinais de destruição eram visíveis. Muitos haviam morrido nos arredores. A vigilância era exercida vinte e quatro horas por dia.

Com as últimas luzes do entardecer, assistimos a uma cena



... enquanto os mais velhos vivem com a ilusão de um dia voltar à Pátria

cotidiana em todos os campos de refugiados: o treinamento militar de todas as crianças maiores de seis anos e dos adolescentes. Os instrutores eram também jovens, alguns deles com experiência em operações reais. Hoje estão ali, amanhã podem estar na frente de combate ou ingressando em alguma universidade, segundo as necessidades da luta e as capacidades individuais.

O treinamento é duro. Não são balas de festim nem armas de madeira. Mas, como poderia ser de outra maneira, se para eles a guerra é tão real, quando a morte e a destruição são esperadas a qualquer momento? E, particularmente, no campo de Rashidieh, que tem sido alvo de ataques sistemáticos?

Ginástica e tiro, saltos e provas de resistência. Quando o instrutor considera que já é suficiente, todos entram em forma próximo à bandeira palestina. Cantam hinos revolucionários, e com extremo formalismo e dentro de uma atmosfera de respeito, a bandeira é retirada do seu

mastro e cuidadosamente dobrada. Mais um dia passou.

Os jovens têm também aulas durante o dia (a nível primário e secundário) e os adultos analfabetos assistem cursos especiais. Mohammed Iraki tem vinte anos. Nasceu num campo e perdeu o irmão (de quem adotou o nome) na luta de Taal-al-Zatar. Prepara-se agora para ingressar na universidade e vai estudar engenharia civil. Já treinou jovens mais novos que ele, seguindo o mesmo roteiro que outros utilizaram no seu treinamento. E afirma que a disciplina e a solidariedade dos campos forjaram o seu temperamento de revolucionário.

Há muitos jovens como ele que nascem nos campos e que aí compreendem o sentido da luta pela Palestina. É possível que, mais do que os palestinos que se incorporam às sociedades de outros países árabes, os que vivem nos campos sejam os que atuam como "correia de transmissão" da mística pela recuperação da terra perdida. □





## A batalha pela auto-suficiência

*A sociedade de trabalhos dos mártires palestinos, Samed, é um projeto piloto que já emprega 3.500 trabalhadores. Trinta e três unidades de produção e assistência a países africanos servem de experiência para a sociedade do futuro*

O gesterro maciço criou alguns problemas para os palestinos, principalmente no plano econômico. Paralelamente à organização política, nasceu a necessidade de se criarem fontes de trabalho para os refugiados, em particular para os jovens.

Em 1970, fundava-se na Jordânia, onde estava a maior parte dos palestinos naquele momen-

to, uma instituição que, em princípio, se destinava a dar um ofício aos filhos dos mártires, ajudando-os a encaminharem-se na vida. Com os acontecimentos da Jordânia — o trágico Setembro Negro que obrigou os palestinos a fugirem para o Líbano — essa instituição também se viu forçada a recomeçar suas atividades neste país. Assim, já em 1973, a Samed tinha como principal objetivo o de dar trabalho aos ope-

rários palestinos, muito afetados economicamente pela guerra e pelo exílio. A meta era desenvolver essa instituição a fim de alcançar a auto-suficiência.

### Uma experiência piloto

A capacitação para o trabalho dos filhos dos mártires, assegurando-lhes emprego; o desenvolvimento da capacidade técnica e científica dos palestinos; assegurar ao povo palestino os produtos de primeira necessidade a preços adequados; preservar o folclore palestino tornando-o conhecido fora do âmbito árabe; construir núcleos de uma economia revolucionária, lançando as bases de uma sociedade palestina independente em solo libertado e o desenvolvimento de relações comerciais com países e forças políticas amigas da causa palestina: essas são algumas das principais metas da Samed.

### Unidades de produção

O gerente geral da Samed, Abu Ala, explica-nos em seu escritório de Beirute que, atualmente, estão em funcionamento 33 unidades de produção com um total de 3.500 trabalhadores, 70 por cento dos quais são mulheres. Sua produção cobre as necessidades básicas do povo palestino do campo: desde alimentos enlatados até roupas civis e militares, passando por roupa de cama, sapatos para civis e botas militares, materiais plásticos, brinquedos infantis, produtos têxteis em geral, móveis. Um importante aspecto da produção da Samed são os ateliêes de bordados, uma das tradições culturais palestinas que, além de preservarem a identidade nacional ajudam a mostrar para o mundo o desenvolvimento adquirido pe-



la resistência palestina em matéria de recuperação do legado histórico-cultural de seu povo.

Sobre o assunto, os responsáveis pela Samed contam que os bordados tradicionais da mulher palestina são tão bonitos que os israelenses exportam a produção dos territórios ocupados, fazendo-a passar como parte da cultura deles. Golda Meir e a mulher de Dayan vestiram roupas palestinas, bordadas por mulheres dos territórios ocupados, em várias missões diplomáticas ao exterior, inclusive numa visita à Casa Branca. E que as aeromoças da linha aérea israelense El-Al aproveitaram esses bordados no seu uniforme de bordo.

Há mais de 25 modelos diferentes de roupas típicas palesti-

nas, cada uma delas correspondendo a uma região geográfica, a um tipo de produção ou a determinada tradição religiosa. A Samed montou vários ateliers de bordados, passando a vender essa produção em lojas próprias e, também, no exterior.

Uma das responsáveis pelos centros de produção artesanal da periferia de Beirute, Oroba Hijazi, nascida em Im Bakir, Palestina ocupada, dizia-nos que os modelos adotados para desenvolver novos bordados, são as roupas dos beduínos, com 200 e até 300 anos de antigüidade, verdadeiras relíquias ou obras de arte de produção 100 por cento artesanal, já que os tecidos, inclusive, são feitos pelas mulheres palestinas em rústicos teares. Cada

modelo criado nos ateliers da Samed é único e tem um alto custo. As mulheres trabalham de cinco a seis meses em cada um deles.

#### Cinema e projetos agrícolas

A Samed também organizou um sistema de produção cinematográfica, onde estão incluídos os aspectos artísticos e técnicos. Em geral, a produção é de material documentário. Este ano, começará um projeto de produção de novelas seriadas com temas vinculados à luta palestina, num *joint-venture* com países socialistas. Um laboratório de revelação de material fílmico em cores está sendo posto em andamento e 150 técnicos cinematográficos estão sendo formados



Oroba Hijazi, responsável por um dos ateliers da Samed, mostra vestidos beduínos palestinos de 300 anos de antigüidade



Golda Meir e a sra. Dayan usaram roupas palestinas nos salões da Casa Branca, mas as apresentaram como parte da cultura hebréia



no exterior. "Seremos auto-suficientes em técnicos", afirma Abu Ala, satisfeito.

Um aspecto importante da Samed é o que se refere à produção agrícola. Não é só para os refugiados que a Samed oferece assessoramento em termos agrícolas, mas também nos próprios territórios ocupados, elaborando projetos de viabilidade e ajudando a promover cooperativas de produção, procurando financiamento para esses projetos.

Porém, o trabalho é mais ambicioso ainda. A Samed atualmente oferece assessoramento em termos agrícolas a vários países africanos: Congo, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Uganda, Somália, Sudão, Madagascar. Em geral, trata-se de projetos de fazendas-modelo com culturas adequadas ao clima. Da mesma forma, fazendas para produção de gado e galinhas. "O aspecto político é o mais importante de

nossa cooperação", dizia-nos Abu Ala. "Nós não temos petróleo mas temos recursos humanos para cooperar com os países que são solidários conosco".

Abu Ala lembra que o presidente N'Gouabi do Congo disse, numa oportunidade, que nunca esqueceria que os vietnamitas ajudaram seu país, dando-lhe assistência técnica, em plena guerra. "O mesmo vai acontecer com os palestinos", afirma.

Em muitos desses países, os técnicos agrícolas palestinos colaboram com especialistas cubanos que também estão prestando esse tipo de assistência, trocando experiências e, inclusive, às vezes, maquinaria e até mesmo sementes. Projetos de assistência técnica a Angola e Moçambique estão atualmente em estudo.

"Tudo o que estamos fazendo permite-nos acumular experiências", disse o gerente geral da

Samed. "Vamos comprovando como se constrói uma economia justa, de acordo com nossas concepções e com uma adequada relação entre a administração, o trabalhador e a máquina". E acrescenta: "Mas o que mais importa, no final do ano, é quantos novos trabalhadores foram empregados".

Naturalmente, trata-se de obter uma produção não deficitária, embora com certa ênfase nos aspectos social e trabalhista. Quando se acabaram os combates no campo de Taal-al Zatar contra a direita libanesa, teve-se que montar, em três dias, um projeto da Samed para dar trabalho a 350 famílias de refugiados que estavam sendo instaladas no campo de Damour. "Colocamos nele todas as prioridades e tornamos realidade o que parecia impossível: asseguramos a auto-suficiência de todos esses compatriotas". □



Wafa Al-Khatib, nascida no campo de refugiados de Borj-al-Barajni, de trinta mil habitantes, tem atualmente vinte e um anos. Participou de operações armadas durante a guerra civil no Líbano, a partir de 1975. Nessa guerra, perdeu dois primos-irmãos da sua mesma idade e nascidos, como ela, em campos de refugiados. Wafa trabalha atualmente na Samed. É a responsável pela ligação entre os artesãos que produzem nos campos de refugiados e a empresa. "Para mim, o trabalho na produção ou a participação na guerra, é o mesmo; são duas formas diferentes de assumir uma única responsabilidade: ajudar meu povo", afirma Wafa.



# O LAR

Texto: Zakaria Tamer  
Ilustração: El-Lobbad



A galinha tem uma casa. Sua casa é o galinheiro.



O coelho tem uma casa. Sua casa é a toca.



O cavalo tem uma casa. Sua casa é o estábulo.



O peixe tem uma casa. Sua casa são os rios e os mares.



O gato gosta de andar pelas ruas. Mas tem a casa que ama e está orgulhoso dela.



O pássaro tem uma casa. Sua casa é o ninho.



Todo mundo tem uma casa. A casa dá alegria e segurança.



O palestino não tem casa. As barracas e casas onde eles vivem não são suas.



Onde está a casa do palestino? A casa do palestino está na Palestina.



O palestino não vive na sua casa. O inimigo a ocupou.



Como o palestino poderá recuperar sua casa? Somente com as armas poderá recuperá-la. E o palestino voltará à sua casa porque somente a ele ela pertence.





## A mulher entre a tradição e a resistência

*Uma entrevista exclusiva com May Saveh, vice-presidente da União das Mulheres Palestinas, uma organização dentro da OLP*



**A** luta da mulher palestina é a continuação de uma luta iniciada no princípio do século contra a declaração Balfour”, comentou May Sayeh, vice-presidente da União Geral das Mulheres Palestinas e uma das escritoras e poetisas mais conhecidas da Resistência, durante nossa entrevista em Beirute.

Recentemente May representou a OLP na Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em Copenhague, junto com Layla Khaled, a famosa jovem que nos anos sessenta, com 19 anos, participou de vários seqüestros de avião.

A conversa com May foi bastante agradável e revelou uma mulher de grande sensibilidade, inteligente e franca. Ela mencionou os avanços que a mulher árabe e, em particular, a mulher palestina vem conseguindo, mas não definiu tudo como cor de rosa. “A mentalidade do homem não mudou, as tradições árabes ainda pesam,” afirmou May, lembrando, no entanto, que “apesar da mulher palestina ter um alto grau de formação política e um nível educacional acima da média árabe, no fundamental ela está submetida às leis dos países árabes em que vivem. Mesmo com os avanços já obtidos, muitas dessas leis ainda são discriminatórias”.

#### 1929: nasce a União das Mulheres

As primeiras manifestações de mulheres palestinas foram realizadas, principalmente em Jerusalém, em 1921, contra a Declaração Balfour, sob o lema “a Palestina faz parte do Mundo Árabe” e exigindo a liberdade para os patriotas presos. Mas foi somente em 1929 que as mulheres criaram sua organização em

todas as cidades palestinas, fazendo um apelo à greve de resistência. As demais organizações apoiaram a greve e a rebelião foi se fortalecendo de ano para ano. Ela alcança o seu clímax em 1936 quando é realizada na Palestina uma greve de seis meses contra a imigração judia para o país e contra o mandato britânico.

“Não estava claro para todas as forças políticas da Palestina que os judeus e o mandato britânico eram aliados. Muitos acreditavam, entretanto, que os britânicos iam retirar-se depois da independência”, afirma May Sayeh, destacando a importância da greve maciça.

“Naqueles anos a resistência palestina já era bastante forte. A guerrilha estava nas montanhas e nas cidades. As mulheres compravam armas e recolhiam dinheiro. As armas eram compradas em Haifa e introduzidas através da fronteira pelas mulheres, aproveitando-se o fato de que não era usual elas serem revistas.

As mulheres ajudam a criar hospitais clandestinos por toda a Palestina e também fundam a sociedade secreta “As flores da caridade”. Ante a amplitude alcançada pela resistência, os britânicos decretam a pena de morte pela força aos rebeldes, incluídos aqueles que distribuíam panfletos. “Nossos feridos não podiam ir aos hospitais e tínhamos que criar os nossos”, frisa a dirigente palestina.

#### A luta armada

*E a luta armada, as guerrilhas, têm combatentes mulheres?*

— Algumas mulheres se integram à luta armada. Nossa primeira mártir foi Fatma Gazaal,

que morreu em combate. Da mesma forma que outros setores da população, também as mulheres se levantam em 1948 contra a divisão do território palestino. Em geral, as mulheres desempenhavam tarefas de correio entre os combatentes. O primeiro programa da União Geral das Mulheres estabelece o boicote aos bens judeus e britânicos.

*Uma vez concretizada a divisão da Palestina, qual é a situação da mulher?*

— As mulheres continuam na resistência nos territórios ocupados, apesar das atividades estarem proibidas”.

May revela que em 1965, pouco depois de criada a OLP e no mesmo ano em que começam as operações armadas nos territórios ocupados, as mulheres sentem que têm que atualizar sua organização para responder melhor às exigências dos novos tempos, a etapa de reorganização do povo palestino. É realizada a Segunda Conferência (a primeira foi em 1929 para fundar a União). Pela primeira vez, milhares de mulheres palestinas começam a trabalhar fora do lar. Isto provoca uma mudança profunda na sociedade palestina. Somente as filhas da burguesia palestina podiam estudar naquela época. As demais jovens trabalhavam como domésticas, umas poucas eram operárias e outras conseguem melhores empregos. “O povo palestino perdeu seu poder econômico e a mudança exigiu que a mulher passasse a desempenhar um papel importante na economia familiar”, afirmou May.

#### A mentalidade do homem não mudou

Milhares de mulheres já estão organizadas. Os israelenses, todas





as vezes que encontravam uma mulher numa operação, sentenciavam-na a duras penas de prisão. Havia, segundo dados relativamente recentes, quatro mil prisioneiras palestinas nos cárceres e campos de concentração israelenses, sempre sob tortura.

"Hoje a mulher é uma base importante na OLP, tanto as que estão aqui como as que vivem no exterior. Nas universidades praticamente há tantos estudantes homens como mulheres. Mas apesar de todos esses serviços, a mentalidade do homem não mudou. As tradições árabes ainda pesam", explica May.

"Estamos dispersas no mundo árabe. Submetidas às leis de cada país. Posso dar-lhe o exemplo de mulheres palestinas universitárias, casadas com maridos da Arábia Saudita, que hoje vestem as roupas tradicionais. O mesmo acontece em outros países árabes. Elas vão da escola para casa depois de terem sido militantes revolucionárias".

"Isso deixa claro", afirma a vice-presidente da União Geral de Mulheres, "que a libertação da mulher palestina só será alcançada com a Revolução. Nada se consegue freqüentando-se e formando-se na Universidade. Não se consegue, mesmo participando da economia familiar. São as leis que têm que mudar. E até que tenhamos nosso Estado independente, com nossas próprias leis, não poderemos superar totalmente as tradições. Nossa União está convencida que a mulher palestina não poderá libertar-se até que a Revolução seja vitoriosa".

Quando você diz que "a mentalidade do homem não mudou" a impressão que se tem é a de que o homem palestino também está incluído...



— Também os palestinos. Os homens árabes não acreditam que as mulheres possam participar na tomada de decisões... Veja: somente 14 membros do Conselho Nacional Palestino são mulheres e temos somente uma representante no Comitê Executivo, a presidente da nossa União. Se ela está ausente, seu lugar é ocupado pela vice-presidente. Não podemos ter duas delegadas”.

*Você acha que devido a essa tendência do homem relegar a mulher, seria melhor que homens e mulheres trabalhassem juntos dentro da OLP, isto é, que a mulher palestina não tenha que se restringir aos trabalhos exclusivos da União Geral das Mulheres?*

— Não. Nossas mulheres têm que passar primeiro por uma etapa de formação como quadros

políticos. Pelo tipo de educação que recebem, elas têm inibições naturais. Numa reunião em que participem homens, seus maridos, irmãos ou filhos, elas nunca pediriam a palavra. Assim, depois de ter passado pelos cursos da União Geral das Mulheres, depois de ter-se afirmado, ganhado confiança em si mesmas, em suas opiniões, em sua capacidade intelectual, estão aptas para participar de igual para igual nos debates com os homens, em qualquer instância dentro da Organização.”

#### As relações com as mulheres judias

Perguntamos a May se a União tinha algum tipo de vínculo com mulheres judias militantes. Ela respondeu que através da advogada de presos políticos palesti-

nos, Felizia Langer, uma judia progressista que luta pela causa palestina, tem conseguido alguns contatos, apesar de não orgânicos. Também foram realizados alguns contatos através das militantes do Partido Comunista Judeu, disse May.

*Quem está mais avançada, a mulher palestina ou a israelense?*

— A maior ou menor participação da mulher está de acordo com a ideologia. Um Estado sionista, imperialista, retrógrado, como pode ter uma atitude progressista para a mulher? Sem dúvidas, nós estamos mais avançadas.”

May é poetisa e escritora. Tem livros traduzidos em vários idiomas, que são citados com destaque dentro da produção intelectual palestina. Perguntamos se é normal que as mulheres palestinas escrevam.

“Não, não é habitual. Escrever é tomar uma decisão, assumir o que se põe no papel. E a mulher palestina não é educada para isso. A mulher palestina fica em dúvida quando tem que tomar decisões. Escrever é uma responsabilidade e por isso existem poucas mulheres na nossa literatura.

*Como você começou?*

— Eu tive uma oportunidade muito particular. E minha mãe foi a responsável por ela, pois foi quem me ensinou dezenas de poemas antes mesmo de eu saber ler ou escrever. Ela era uma grande poetisa. Escrevia às escondidas. Não dava valor ao que fazia. Casou-se e ali terminou tudo. Mas deixou vários poemas. Eu os recopilei e compreendi que ela morreria sem saber que era uma das maiores poetisas palestinas.



May Sayeh: temos feito contatos com militantes do Partido Comunista Judeu

Beatriz Bissio





# As crianças na Revolução

*Com famílias adotivas, os órfãos dos mártires palestinos refazem sua vida. O apoio de psiquiatras os ajuda a esquecer os horrores da guerra*

A memória é a arma do futuro quando se trata de crianças que sofreram com a guerra. Por isso, nas escolas onde se organiza a resistência palestina, a memória tem um lugar especial, importantíssimo, mas despojando-se o seu caráter traumático. O horror vivido os marcará por toda a vida, porém deve-se utilizá-lo para um resultado positivo.

Assim, a Resistência Palestina criou escolas especiais (onde estudam e moram) para as crianças de Taal-al-Zatar, acampamento de palestinos e operários libaneses da zona semi-industrializada de Beirute que durante cinqüen-

ta e dois dias resistiu aos ataques da artilharia pesada da direita falangista, com um saldo de cinco mil mortos. Todos os que podiam defender o acampamento foram massacrados e para que nada restasse do heroísmo de seus habitantes, o local foi arrasado com uma escavadeira. Esporadicamente, a organização direitista Falange Libanesa realiza comícios num terreno deserto em que o acampamento se transformou, talvez como uma advertência.

As crianças que conseguiram escapar ou que foram resgatadas pela Cruz Vermelha, ficaram como testemunhas do massacre.

Muitos deles viram a morte de seus pais e tiveram que passar vários dias rodeados por cadáveres. O lar criado para eles, *Beit as-samud*, não é um orfanato. É realmente um lar. Ali vivem 130 crianças, de 4 a 16 anos, reunidos em 15 famílias, com uma mãe adotiva cada um. Quando resta alguma estrutura familiar anterior, ela é respeitada. Algumas das novas famílias têm até cinco ou seis irmãos carnis. As mães adotivas são geralmente viúvas de Taal-al-Zatar, que conheceram os pais das crianças de quem agora cuidam.

Para as crianças de 4 a 6 anos há um jardim de infância no





mesmo edifício onde eles moram. Os maiores vão às mesmas escolas que as demais crianças de outros acampamentos de refugiados. Depois as turmas regressam ao lar. Levam uma vida sadia e normal. Vão ao cinema com seus pais e irmãos adotivos e fazem excursões ao campo uma vez por mês.

### Conhecer a Palestina

Perguntamos à presidente da Associação Geral de Mulheres Palestinas e uma das fundadoras de *Beit as-samud*, se permitem que as crianças sejam adotadas por famílias palestinas ou libanesas. Ela afirmou que não se admite em nenhum caso já que "a Resistência Palestina tem capacidade de proporcionar um verdadeiro lar para os filhos de seus mártires. É nossa responsabilidade e fazemos o possível para cumprila" – afirmou.

Para que as crianças conheçam a história de seu povo, todas

as semanas se realiza uma reunião onde é contada a história da Palestina. "Ensinamos as crianças a conhecer a Palestina como sua Pátria e o Movimento Sionista – não os judeus – como seu inimigo", explicou a dirigente palestina. Além disso, há turmas de artesanato, bordados e folclore.

Foi necessária a colaboração de psiquiatras para ajudar as crianças a superar os traumas causados pelos horrores vividos. "Usamos atividades psicoterapêuticas de auto-expressão na pintura, na dança, no teatro, dentro de uma atmosfera familiar e dando-lhes carinho", contou ela. Eles representaram a Palestina em festivais internacionais na União Soviética, França, Bélgica e Kuwait.

Além do lar para as crianças de Taal-al-Zatar, a Resistência Palestina criou a "Escola da Felicidade das Crianças", *Isaad' ad at-Tofula*, com 450 filhos de mártires, não só palestinos mas também de várias nacionalidades

árabes. Ali eles cursam seus estudos até o terceiro grau. Depois, o Departamento de Assuntos Sociais da OLP se encarrega de sua educação secundária e universitária. Esta escola também conta com turmas de pintura, música, teatro e folclore palestinos.

Esse tipo de lar-escola e escolas primárias não é novo. Na Jordânia já se criou uma para os filhos dos mártires. A Resistência sempre teve a preocupação de que as crianças não sejam criadas como órfãos comuns. "Devem saber que seus pais morreram por uma causa justa e que a Resistência, que representa essa causa, é uma verdadeira família" – afirma a presidente. Depois da saída de Amman, em 1970, a Resistência continuou esse tipo de atividade no território do Líbano.

Como se observa nos desenhos das crianças dessas escolas, a guerra está sempre presente, assim como a confiança nos combatentes e o amor à Palestina. □







## Cinema, uma arma política

*O Instituto de Cinema Palestino surge com a Resistência. Os cineastas se organizam numa cooperativa para distribuir seus filmes e levar aos palestinos a produção de outros países do Terceiro Mundo*



**A** Resistência palestina considera a cultura uma frente de batalha e dedica-lhe grande parte de seus esforços. Em contrapartida, o Estado de Israel emprega todo o peso do seu poder para destruir a cultura do povo palestino.

No entanto, ainda hoje, pode-se dizer que os palestinos são um dos povos mais cultos do Mundo Árabe e esse é o fruto da batalha constante da Resistência (tanto no interior da Palestina ocupada como no Líbano), ao resgatar e incentivar uma tradição artística e cultural de raízes milenares.

A atividade cultural realiza-se nas escolas e orfanatos (lares-escolas), nos acampamentos de treinamento das crianças e nos acampamentos dos *fedayin*. Entre outras formas de expressão, são realizadas exposições de pintura e projeções de filmes do Instituto de Cinema Palestino.

### As origens

As organizações culturais palestinas surgem com a própria fundação da Resistência. Depois do primeiro grande exílio para a Jordânia em 1948, os grupos de refugiados começam a pedir uma organização. Funda-se a Resistência e, simultaneamente, criam-se escolas primárias, associações de pintores e escultores, escolas de artesanato e os primeiros lares-escola para filhos de mártires. Durante esses anos, surge o Instituto de Cinema Palestino.

Quando, depois do Setembro Negro, os palestinos se vêem obrigados a sair da Jordânia e se refugiar, principalmente no Líbano, transfere-se também para lá o Instituto que atualmente tem, em exibição permanente

na sala de entrada, a câmara que o mártir Hani Yawhariyeh utilizava quando caiu, filmando a batalha de Aintura, em 1976. Yawhariyeh foi o primeiro mártir e um dos fundadores do Instituto de Cinema Palestino.

No símbolo do Instituto estão resumidos seus objetivos: um ramo de oliveira, que simboliza a paz pela qual deve-se fazer a guerra, um fuzil e dois carretéis de filmagem. Adann Madanat, um dos responsáveis pelo Instituto, afirma que a "Resistência atribui grande importância política ao cinema", cujas atividades remontam ao ano de 1948, em Amman, sob a forma de cinema documental, para arquivo histórico, dos principais acontecimentos da luta. Muitos desses cineastas tinham trabalho na televisão jordaniana e eram palestinos que tinham se engajado nas fileiras da Revolução.

Os pioneiros foram Yawhariyeh, o mártir, Sufala — que ficou semi-paralizada por um tiro que resvalou em sua cabeça — e Mustafá Abou Ali, atual diretor do Instituto.

### Cinema sob bombas

Em Amman, foi produzido somente um filme: *Não aos acordos de capitulação* e alguns documentários sobre o Setembro Negro. Mais recentemente, em 1972, o trabalho toma novo impulso com a criação do "Grupo de Cinema Palestino", formado por cineastas, escritores e intelectuais palestinos e de diferentes nacionalidades árabes. Nesse ano, realiza-se o Festival do Cinema Jovem da Síria e o Festival Internacional de Leipzig, com a primeira exibição de filmes palestinos.

Muitas das filmagens, além de terem de enfrentar todas as dificuldades e limitações do cinema terceiro-mundista, são realizados sob o fogo da artilharia ou das bombas, no campo de batalha. Um bom exemplo é o filme *Agressão Sionista*, de Mustafá Abou Ali, filmado durante um dos bombardeios israelenses a Nabatieh, no sul do Líbano. Das três bobinas filmadas, duas foram destruídas durante o bombardeio. Nessa ocasião, foram aprisionado, feridos e, posteriormente, assassinados dois mártires do cinema palestino.

Mesmo depois de fundado, cada grupo do Instituto de Cinema Palestino, que pertence à OLP, manteve dentro da organização seu pequeno instituto próprio. Mas agora, encontra-se em processo de fundação o Instituto Unificado de Cinema Palestino.

### Relações com o Terceiro Mundo

O cinema palestino interessa-se em estabelecer vínculos com os institutos cinematográficos e cineastas do Terceiro Mundo. No Festival Internacional de Cartago do ano passado, a OLP concedeu o prêmio "Mártir Hani Yawhariyeh" a um filme latino-americano; e um dos últimos filmes produzidos foi sobre o Festival da Juventude de Havana, um recado de solidariedade a todas as lutas de liberação do Terceiro Mundo.

A causa palestina, por sua vez, atrai muitos cineastas estrangeiros. Vanessa Redgrave e Roy Battersby, por exemplo, filmaram recentemente *Os Palestinos*. Cineastas como Godard e outros, suíços e holandeses particularmente, fizeram co-produções com o Instituto, assim como a Sociedade italiana Unite-





lefilm, que realizou a co-produção *Taal al Zatar*, projetado nas telas italianas.

O filme sobre o Festival de Havana foi produzido por Jean Chamoun, libanês que, apesar de seu sobrenome (Chamoun é uma das mais famosas famílias direitistas libanesas, cujo expoente máximo é o ex-presidente Camille Chamoun), é um jovem cineasta revolucionário. Atualmente Jean trabalha no projeto de um filme sobre o problema do Líbano, analisando-o historicamente desde a queda do Império Otomano, com ênfase especial na formação interna da sociedade libanesa, a questão da fé e a relação de cada seita com uma potência estrangeira. Fala também das muitas guerras civis anteriores, a de 1848, a de 1860, 1958 e, finalmente, a mais recente.

Sobre o *Hino à Liberdade*, seu filme sobre o Festival da Ju-

ventude de Havana, Jean afirma que contou com uma equipe bem pequena: um câmera e um técnico de som. "Tive a idéia de não fazer só um diário do festival mas um filme de sentido mais global", afirma Jean. "A partir do povo que desfilaria, narrar sua própria história, seu espírito de solidariedade. Queria mostrar que os povos que lutam conosco têm quase todos, nossos mesmos problemas, porque temos um inimigo comum, o imperialismo" — frisou ele.

Da mesma forma, Jean explica que prefere um cinema documental, que "tem que se saber usá-lo se o objetivo é chegar às massas populares".

Os cineastas palestinos criaram uma cooperativa para distribuir seus filmes e comprar as realizações de círculos profissionais do Terceiro Mundo, particularmente filmes latino-americanos,

"para exibi-los nas Universidades e nos bairros populares".

### Um precursor

Mustafá Abou Ali está ligado a quase todos os filmes palestinos. *Com todo o meu sangue e minha alma* mostra o massacre do regime do rei Hussein contra o povo palestino em 1970. Trabalha atualmente no projeto de um longa-metragem, baseado na obra de Emile Habibi.

Quando lhe perguntamos como os cineastas dos outros países árabes enfocaram a solidariedade com a causa palestina, Ali afirmou que eles fizeram muitos filmes de ficção que distorcem a realidade da luta palestina, tentando capitalizar sua popularidade. Acrescenta que só foram produzidos dois filmes realmente bons: *Les Dupes*, de Tawhik Salah, sobre a novela de Gasan



"A Guerra no Líbano": um dos filmes distribuídos pela Cooperativa Palestina, que tem se interessado muito por realizações do Terceiro Mundo, particularmente da A. Latina





Cena de um dos filmes de Mustafá Abou Ali, atual diretor do Instituto de Cinema Palestino

Kanafani, e *Kafr el Kassém*, feito por Boshan Alamiye.

"Acredita que exista um cinema israelense progressista?", perguntamos. Respondeu que dos filmes que tinha visto, nenhum levava em consideração os palestinos. "Vi, por exemplo, de Dani Dan, *Somos todos judeus árabes de Israel*, que, na minha opinião, faz uma colocação que não difere da posição de Ben Gurion. Todos eles querem a segurança de seu Estado, ignorando os direitos palestinos. Apóiam a política israelense em seu expansionismo e, enquanto não reconhecerem os direitos dos palestinos, não poderemos falar de cinema progressista israelense", disse incisivo.

Em seu filme, *Com todo o meu sangue e minha alma*, que realizou juntamente com Hani Yawhariyeh — seu melhor amigo e colega de estudos — Ali fez um

ensaio, incorporando a crítica popular à produção cinematográfica.

"Tínhamos estudado em escolas ocidentais (com Yawhariyeh) e nos questionávamos se, com os métodos aprendidos, poderíamos enviar uma mensagem que chegasse a nosso povo. Essa preocupação fez com que exibíssemos o filme, antes de terminado, a quadros políticos, a pessoas comuns, a combatentes. Eles me ajudaram a descobrir que eu mesmo tinha sido afetado pelo ocidentalismo. Assim, foi possível ajustar o filme à linguagem que era mais clara para os espectadores, conforme os resultados dessas exibições.

#### Como distribuem seus filmes?

"Através da OLP e dos comitês palestinos no mundo. Pedimos a colaboração das TVs do

mundo árabe, mas não a conseguimos.

Quando o entrevistamos, Ali regressava do Festival de Cinema Árabe de Bagdá. Perguntamos-lhe sua opinião sobre o encontro.

"A primeira sessão foi a melhor do festival porque a Liga Árabe, o governo iraquiano e a OLP foram os encarregados de organizá-la e, realmente, tiveram participação ativa. A partir daí, o papel da Liga Árabe e da OLP diminuiu e acredito ter sido isso o que ficou evidenciado nos resultados finais".

Ali informou-nos do recente aparecimento de uma revista de cinema de caráter teórico, editada em árabe e, brevemente, também em inglês, sobre o cinema do Terceiro Mundo, feita pelos palestinos com cineastas estrangeiros e árabes.

Nádia Kalime



KAMPUCHEA



# Tensão no Sudeste Asiático

*A Tailândia está sendo usada como ponta de lança de uma nova operação imperialista na região. O Kampuchea com seus refugiados é o pretexto. As pressões sobre a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Os interesses norte-americanos e chineses*

M. Venugopala Rao

**N**o momento, uma grande parte dos cambojanos teme mais o retorno do Khmer Vermelho do que os próprios vietnamitas..." Isso é o que um jornalista ocidental, um dos muitos que foram convidados pelos homens de Pol Pot para visitar um campo na fronteira tailandesa-cambojana, relatou recentemente. Mas não é nisso que os peões não-comunistas do Sudeste da Ásia" estão inclinados a acreditar — especialmente a Tai-

lândia, agora promovida ao "país linha de frente da Ásia não-comunista". Esse era o status que Saigon gozava até perdê-lo há cinco anos atrás na carnificina causada pela retirada dos Estados Unidos do que era então o Vietnam do Sul.

Cinco anos depois, a Tailândia está sendo usada como ponta de lança de uma nova operação imperialista na área. Os elementos são extremamente familiares, e os que não o são podem ser li-

geiramente percebidos. O local ou centro de mobilização é Aranyaprathet, que ainda não se assemelha a um quartel-general, como ocorria em Saigon. Mas já se sente no ar o mesmo clima: os signos e slogans estão de volta, assim como as "Hondas" com seus motociclistas americanos. Reaparecem os símbolos da Pepsi e da Coca-Cola, enfileirados por entre as clareiras nas florestas. Multiplicam-se rapidamente inúmeros centros de assis-



tência e caridade, incluindo agências das Nações Unidas. Constroem-se continuamente palafitas para serem alugadas por curtas temporadas. Quanto mais curta melhor.

Aranyprathet fica a uma distância facilmente coberta pelas "Hondas" dos campos de refugiados cambojanos, que estão sendo criados na área da fronteira. Para observadores especialistas em questões indo-chinesas, assim como para estrategistas da guerra fria, os sinais são bastantes nítidos: tudo indica que os Estados Unidos estão montando uma complexa base para uma nova investida anticomunista na área. Em outras palavras: uma nova operação antivietnamita. E Kampuchea, com seus refugiados, é o pretexto. A última intervenção vietnamita, no ano passado, e a contínua presença de suas tropas no Kampuchea, compõem o cenário de guerra fria que lentamente vai sendo aquecido. E a sensação de insegurança sentida pelas nações do Sudeste Asiático, especialmente depois da última confrontação armada no ano passado entre chineses e vietnamitas, proporciona uma capa de legitimidade à manobra dos Estados Unidos.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (A.S.E.A.N.), da qual fazem parte Filipinas, Tailândia, Malásia, Singapura e Indonésia, está sujeita, sob esse aspecto, a complexas pressões. Logo após o desastre norte-americano no Vietnam, os líderes da Asean foram estimulados a transformar a organização do "clube", que tinha sido até então "uma aliança que realmente fizesse face às provocações externas". Durante a sua crucial reunião de ministros do exterior, em junho deste ano, a Asean contou inclusive com a presença do Secretário de Estado americano Edmund Muskie. Essa reunião pode ser apontada como o principal marco de um novo capítulo

de problemas e tragédias para o Sudeste Asiático.

### O complô

Alguns dias antes dessa reunião, a Tailândia foi encorajada a mandar de volta "refugiados" cambojanos através de suas fronteiras. Em sua grande maioria, eles eram remanescentes do regime de Pol Pot, fugitivos do Kampuchea em janeiro de 1979, após o governo de Heng Samrin ter tomado o poder em Pnom Penh. Descrita clinicamente como uma repatriação "voluntária", ela foi posta em prática apesar dos avisos de Hanói e Pnom Penh de que nenhuma repatriação sem prévia consulta ao governo de Heng Samrin seria tolerada. Como era previsto, os vietnamitas mobilizaram suas tropas em direção à fronteira para impedir futuras travessias. Os Estados Unidos afirmaram então que se tratava de "um injustificado ataque militar à Tailândia" e que estava em estudo a possibilidade de se dar uma assistência militar suficiente à Tailândia para que ela pudesse se defender. Afirmaram ainda que, dadas as circunstâncias, eles antecipariam em caráter de urgência o envio de uma ajuda adicional e mais específica à Tailândia. Desde então isso tem sido feito: tanques, aviões, armas, etc., têm sido profusamente enviados à Tailândia.

A natureza e o efeito da incursão vietnamita na fronteira entre o Kampuchea e a Tailândia, durante os dias 24 e 25 de junho passado, têm sido interpretados de diversas maneiras. Segundo algumas fontes, tropas tailandesas rechaçaram os intrusos, com a arrasadora potência de suas armas automáticas, helicópteros armados com metralhadoras e artilharia (fornecida pelos EUA e China). "Os vietnamitas queriam testar nossas armas" — afirmou o Ministro do Exterior e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional da Tailândia, Ma-

rechal-do-Ar Siddhi Savestsila — "Embora eles saibam muito bem que não poderão conquistar nosso país".

Outras fontes disseram que os vietnamitas estavam fazendo, através de sua breve incursão, uma "afirmação política" — com o propósito de persuadir, da maneira mais efetiva possível, a Tailândia a deixar de servir como base das operações do Khmer Vermelho (Pol Pot) contra o atual regime do Kampuchea.

De fato, muitos estavam se perguntando por quanto tempo os vietnamitas se manteriam impassíveis à reorganização das forças de Pol Pot — quase sempre mantidas bem alimentadas e descansadas nos campos fronteiriços, às custas das Nações Unidas. Por quase dez meses Bangcoc esteve à espera de uma ofensiva vietnamita que tentasse "varrer" da Tailândia as forças do Khmer Vermelho. E eles não encontravam uma razão que explicasse a "curiosa inércia vietnamita".

### A intervenção vietnamita

A escolha do momento oportuno para desfechar o ataque, dois dias antes do encontro dos ministros do exterior da Asean, encontro onde tinha comparecido o Secretário de Estado dos EUA, Edmund Muskie, causou grande consternação. Mas, para os cambojanos e vietnamitas, a consideração mais importante a ser feita era a de que, talvez se eles tivessem esperado um pouco mais, teria sido demasiado tarde para interromper o fortalecimento das fileiras do Khmer Vermelho.

Sem dúvida, o golpe dos vietnamitas resultou no fim da repatriação "voluntária" dos refugiados. Além disso, protestos dos vietnamitas e kampucheanos provocaram a suspensão do envio de alimentos ou qualquer outro tipo de auxílio aos campos de refugiados, sob a alegação de



que o governo de Heng Samrin não havia sido consultado em nenhuma parte do programa. Relatórios independentes fizeram com que ganhasse crédito a teoria de que a assistência alimentar "internacional" para os refugiados e os suprimentos chineses e americanos realmente colocavam o Khmer Vermelho em melhor situação, pronto para empreender golpes e ataques rápidos às forças vietnamitas. O argumento de que a assistência "humanitária" estava, na verdade, ajudando às guerrilhas persuadiu as agências das Nações Unidas a suspender o fornecimento de assistência por uns seis meses (que ele tenha recomeçado é agora uma outra questão). O pano de fundo da reunião da Asean e os esforços feitos pelos Estados Unidos e China para usarem a situação do Kampuchea com o propósito de voltar a converter o Sudeste da Ásia numa ponta de lança de seus desígnios geopolíticos na área, compuseram o imediato cenário para o anúncio do reconhecimento oficial da Índia ao governo de Heng Samrin. O anúncio, esperado há muito tempo, foi precedido de inéditas e extensas consultas que a Índia manteve com os governos da área mais diretamente envolvidos: todos os países membros da Asean, mais o Paquistão e o Nepal.

Mesmo assim, a decisão foi rapidamente condenada pela Asean. O Ministro do Exterior das Filipinas, Carlos Rômulo, na qualidade de presidente do Comitê Permanente da Associação, escreveu para o Ministro do Exterior da Índia, expressando o "profundo pesar" da Organização com o fato de que seu país, apesar dos "tradicionalis e estreitos laços" com a Asean, tivesse se tornado o "primeiro grande país não-comunista a reconhecer o governo de Heng Samrin". Argumentava que o "conflito no Kampuchea ameaçava diretamente a segurança nacional dos países membros da Asean".

Um julgamento desse tipo a Índia não podia aceitar. Foi explicado que o reconhecimento era baseado na "necessidade de se evitar a entrada na região da influência das grandes potências externas, assim como de suas rivalidades com todas as suas indesejáveis conseqüências..." (obviamente isto era uma referência ao recomeço do fornecimento militar norte-americano à Tailândia e ao volume das forças chinesas estacionadas ao longo de suas fronteiras com o Vietnã e Laos). E a Índia se ofereceu, "na sua humilde posição", a "colaborar na solução dos problemas que afligem o Sudeste Asiático". Em outras palavras, ela se ofereceu para agir como uma ponte entre a Asean e a Indochina.

Na opinião da Índia, a maioria dos membros da Asean deveria ter se esforçado para normalizar suas relações com o Vietnã, reconhecendo efetivamente o governo de Heng Samrin no Kampuchea.

Especulações a respeito das razões que levaram ao endurecimento da atitude da Asean centram-se nas pressões políticas e econômicas dos Estados Unidos sobre a Tailândia, Singapura e Filipinas, e na apreensão sentida pela Indonésia e Malásia de uma possível reação chinesa aos seus contatos e entendimentos com o Vietnã.

De acordo com jornalistas e analistas ocidentais, o medo de certos círculos políticos asiáticos de que os Estados Unidos, como conseqüência da queda de Saigon, se retirariam totalmente do Sudeste Asiático, "deixando os peões não-comunistas entregues à sua própria sorte", não se concretizou inteiramente.

#### China e Estados Unidos do mesmo lado

Os filipinos renovaram seus acordos cedendo bases militares aos Estados Unidos e à Tailândia

— há cinco anos, ela havia permitido que as forças armadas norte-americanas usassem seu território na mais sangrenta derrota colonial — e concordaram em se tornar o novo ponto de reunião para uma mobilização contra o Vietnã, gozando curiosamente do apoio tanto da China como dos Estados Unidos.

Os tailandeses se dizem agora confiantes, pois podem pedir e conseguir o suporte aéreo dos EUA "tanto em força de combate como em meio de transporte".

Singapura, uma desenvolvida cidade-estado dominada por imigrantes chineses, é tida nos Estados Unidos como "fortemente anticomunista" e "pátria dos estrategistas geopolíticos de vanguarda da região".

Malásia e Indonésia, com suas economicamente poderosas minorias chinesas, tenderam a ver a China como a ameaça e o Vietnã como "um estado tampão que absorveria os primeiros choques das energias chinesas..." (um eufemismo norte-americano usado agora no caso de uma agressão por parte da China). Esses dois países não acreditavam até recentemente e, talvez nem mesmo agora, que a China desejasse uma solução pacífica para o problema kampucheano, ou qualquer tipo de solução.

O especialista em relações exteriores da Malásia e atual Ministro do Interior, Ghazali Shafie, afirmou recentemente que "a China tem esperança de instalar um regime aliado em Hanói..." Segundo essa linha de pensamento, a China esperaria por uma solução para o problema kampucheano até o momento em que tivesse o controle de Hanói, para então "estender sua influência por todo o Sudeste da Ásia". De acordo com o ponto de vista da Malásia, os americanos concordam amplamente com tal estratégia. Ghazali acredita também que a China pretende dominar a



Asean e que a organização e seus membros poderão estar expostos às maquinacões chinesas dentro de cinco a sete anos. Ainda segundo Ghazali, a China havia apoiado o regime de Pol Pot em Kampuchea (ao qual ainda sustenta no exílio) com o propósito de "destruir o Vietnam" e frustrar seus esforços no sentido de concretizar a unidade do povo indo-chinês. Qualquer que seja a base que fundamente tais especulações, está claro agora que as forças que se levantaram contra a normalização da situação de isolamento em que se encontra o Kampuchea, tiveram um respaldo muito maior na área. E isso prenuncia maus presságios não só para o Kampuchea, como para a região como um todo.

#### Refugiados: fome, miséria, morte

No coração do problema estão a miséria, a fome e a morte — agravadas por soluções políticas extremas como as que foram adotadas pelo regime de Pol Pot — cujos terríveis resultados estão sendo agora contabilizados por setores da imprensa ocidental. Pelo menos três milhões de pessoas foram assassinadas entre 1975 e 1979 nos expurgos feitos sob o regime de Pol Pot e milhares fugiram para a Tailândia. O problema dos refugiados foi criado e tem se aguçado nos últimos dois anos devido à fome que assola a região, deixando uma população de mais de um milhão de pessoas à beira da morte. A maior parte dessa população apátrida tem sido alojada em precários campos dentro da fronteira tailandesa. Cerca de meio milhão deles vêm sendo sustentados pela Cruz Vermelha e pelo programa alimentar da Unicef.

Um dos maiores e mais sórdidos campos de refugiados é administrado por um conhecido gangster tailandês, Van Saren, estreitamente vinculado a corruptos oficiais tailandeses. Ten-



Pelo menos 3 milhões de pessoas foram assassinadas entre 1975/79 nos expurgos feitos sob o regime de Pol Pot

do servido ao lado das forças norte-americanas que apoiaram Lon Nol, ele atualmente supervisiona esse campo com a ajuda de seus "auxiliares". Como admitiu um jornalista ocidental: "seu evidente gangsterismo é encoberto através de promessas absurdas de liberar o Kampuchea". Igualmente absurdas são as tentativas empreendidas pelo grupo de Pol Pot no sentido de fazer o mundo ocidental acreditar que eles reconheceram os "erros cometidos" e que, se restituídos ao poder (através da ajuda dos Estados Unidos e dos seus aliados), "permitiriam uma total democracia e livre comércio". Eles realizaram até comícios com vistas a uma futura reorganização de seus quadros e fizeram tais promessas em hospitaleiros campos nas florestas, onde servem comidas e vinhos franceses... de forma abundante e com impecável gosto.

O uso dos refugiados como um "combustível" para a guerra

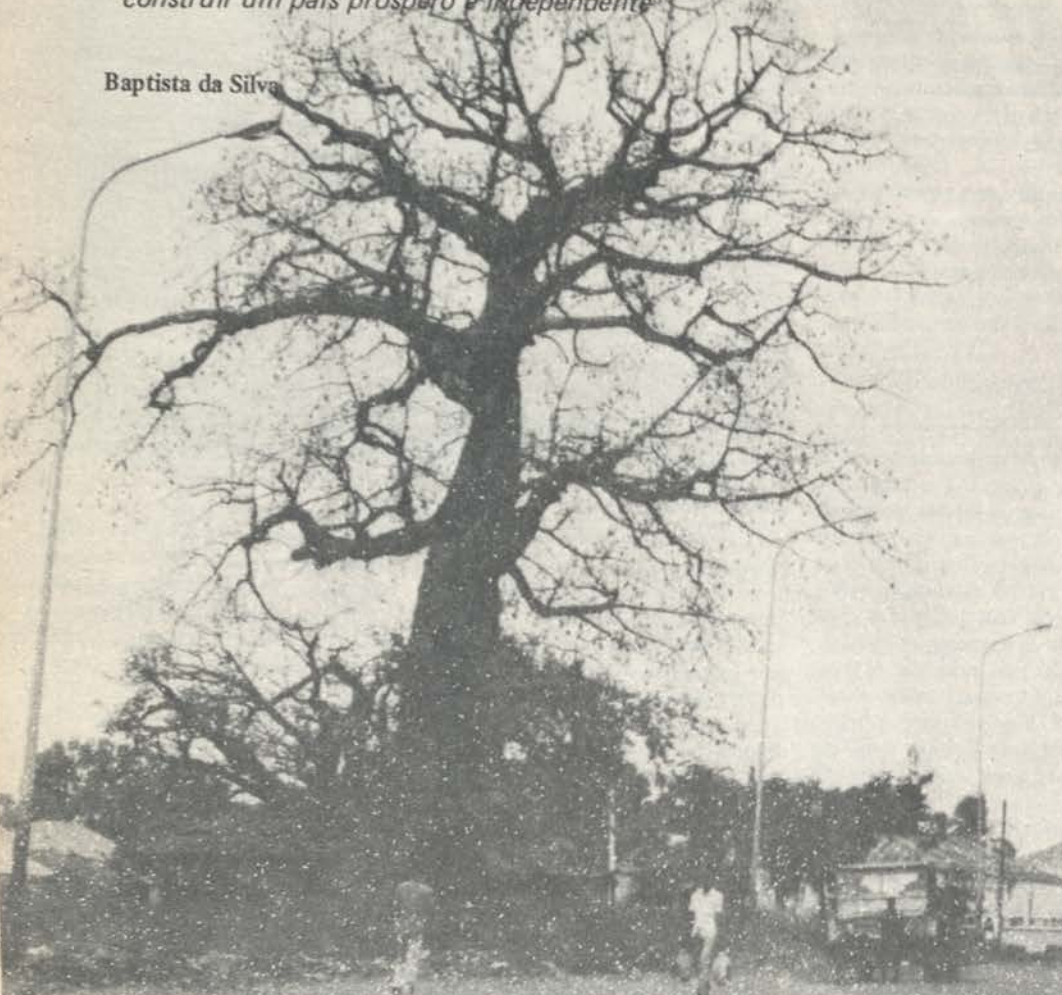
fria tem sido um amarga questão desde longa data. Há o temor agora que, a menos que o programa de auxílio ao Kampuchea — iniciado demasiadamente tarde para as vítimas de Pol Pot — seja totalmente isolado de tais pressões e manobras políticas, o envolvimento das Nações Unidas e de suas agências se tornará questionável e suspeito. Uma tentativa nesse sentido foi feita no início deste mês pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, quando ele visitou a Tailândia, entre outros países asiáticos. Observadores que acompanham o desenrolar dos acontecimentos na área esperam que os esforços não se tornem em vão devido à intransigência da Tailândia ou de qualquer outro país. Espera-se que, pelo menos, as Nações Unidas não permitam que suas agências de auxílio se tornem parte dos esforços feitos para desestabilizar o legítimo governo de Kampuchea. □



## GUINÉ-BISSAU

*Apesar de todas as dificuldades e limitações, o povo da Guiné-Bissau e seus dirigentes, o PAIGC, estão empenhados e dispostos a vencer o desafio de construir um país próspero e independente.*

Baptista da Silva



Viagem ao país de  
Amílcar Cabral



Foi na Guiné-Bissau que nasceu o PAIGC, a 19 de setembro de 1956. Ele aglutinava, de início, alguns políticos e elementos de pequena burguesia urbana que procuravam mobilizar os assalariados para a luta nacionalista. Depois, constatou-se a necessidade de se mobilizar também as massas camponesas — 90% da população — para a luta armada de libertação nacional. Organizado o povo, a vitória final veio a 19 de outubro de 1974, quando o país recebeu oficialmente o primeiro governo da República, proclamada a 24 de setembro do ano anterior nas colinas de Madina do Boé.

De acordo com o último censo realizado no país, a Guiné-Bissau concentra hoje uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, dos quais apenas 24.500 são assalariados. Cerca de 15 mil pessoas são funcionários públicos, 5 mil estão empregados em empresas estatais e os restantes 4.500 trabalham no setor privado. O Governo do PAIGC herdou do colonialismo uma pesada máquina burocrática, agravada pelo fato de que 80% dos 15 mil funcionários públicos concentram-se em Bissau, capital do país.

Com a independência, o PAIGC recebeu um país cujo quadro era o de uma economia totalmente dependente e uma balança comercial onde as exportações cobriam apenas 9,1% das importações; uma economia subdesenvolvida em que cerca de 86% da população vivia da auto-suficiência.

### Agricultura

O 3º Congresso do PAIGC definiu claramente a agricultura como o setor prioritário. Essa prioridade é fruto do peso que o setor agrícola tem na formação da riqueza nacional guineense: em 1978, o setor primário representava cerca de 39% do Produto Interno Bruto.

No final da guerra de libertação nacional, a máquina produtiva no domínio agrícola apresentava uma grande desorganização, verificando-se uma diminuição acentuada das áreas cultivadas. Havia um déficit de 50 mil toneladas de arroz, que constitui a base alimentar da população, e uma grande falta de dinamismo no setor. O arroz e a mancarra (amendoim) eram as culturas obrigatórias impostas pelo colonialismo português. As outras, como o milho e mandioca, por exemplo, eram cultivadas por iniciativa dos próprios camponeses, mas atingiam níveis praticamente insignificantes, pois destinavam-se ao auto-abastecimento da família ou da aldeia.

A agricultura do país mantém uma estrutura secular, baseada na pequena empresa familiar. Princípios básicos em outras partes do mundo, como a rotatividade das culturas ou o uso da tração animal, não foram introduzidos no campo em 500 anos de ocupação colonial. O governo tem feito muitos esforços para modificar esse atraso — nacionalizou os solos — mas os resultados ainda são muito limitados, não só devido ao exíguos meios materiais, técnicos e humanos como também devido ao pequeno desenvolvimento dos setores destinados ao escoamento dos excedentes, sua comercialização e troca. São precárias ou inexistentes as infraestruturas rodoviária, portuária ou de equipamento de transporte. Por isso, no Orçamento Geral do Estado a parcela destinada às Obras Públicas (cerca de 20,5%) é a maior.

“Neste momento, estamos procurando resolver esses problemas” — afirmou o Comissário de Estado do Desenvolvimento Rural, Mário Cabral — “e esta nossa ânsia de avançar leva-nos, por vezes, a fazer estudos não muito aprofundados como gostaríamos”. Pouco a pouco, disse ele, “estamos procurando dotar os nossos departamentos centrais

de equipamentos e estruturas que lhes permitam realizar um estudo a mais longo prazo”.

Mário Cabral revelou ainda que o governo procura fazer o desenvolvimento integrado de cinco grandes regiões em que se dividiu o país, diversificando a produção, introduzindo novas técnicas e descentralizando decisões e serviços através da criação de meios locais, que se encarregarão também da comercialização da produção.

### Falta d'água

Parece um contra-senso, mas a verdade é que a Guiné Bissau luta com imensas carências de água, não só para consumo, mas sobretudo, para irrigação da sua cultura de arroz, feita em amplos terrenos alagados. É urgente a necessidade de investimentos que possibilitem o aproveitamento da água doce dos rios, principalmente pelo avanço sistemático da água do mar, pelas fortes marés nos últimos tempos.

Esse trabalho, explicou Mário Cabral, está além das possibilidades dos camponeses e é por isso “que temos intensificado a nossa ação, intervindo no fechamento dos rios, na construção de diques de proteção e de pequenas barragens, apoiados financeiramente pelos camponeses, que se cotizam, compram combustível para abastecer as máquinas que nós fornecemos e alimentam os nossos trabalhadores”. Sem essa colaboração, frisa Cabral, “não teríamos conseguido o que já fizemos, pois não dispomos de verbas para fazer essas despesas”.

Atualmente procura-se estimular, prioritariamente, a criação de associações de camponeses a nível de aldeia ou a níveis mais gerais, com o Estado concedendo crédito agrícola. Além disso, está em marcha uma campanha nacional contra a nefasta prática secular das queimadas que antecediam o trabalho da terra para as sementeiras, prática



hoje proibida pelo governo, devido aos graves perigos de desertificação e quebra da fertilidade dos solos.

Foram feitas também experiências de exploração coletiva, mas com um desenvolvimento ainda restrito. Essas organizações agrícolas foram divididas em dois grupos: as cooperativas e as Granjas do Estado. O movimento cooperativista no campo dá os primeiros passos. As experiências mais avançadas, nem sempre bem sucedidas, procuram ser exemplos para uma organização maior dos camponeses. O mesmo acontece com as Granjas do Estado.

Atualmente existem três cooperativas: a do Contuboe, que se dedica exclusivamente à cultura do arroz; a dos Combatentes da Liberdade da Pátria, onde trabalham antigos combatentes da luta de libertação; e a Cooperativa Domingos Ramos, cujos integrantes são basicamente antigos

exilados. Das três, somente a primeira tem apresentado resultados positivos. As outras duas, de produção diversificada (hortas e cana sacarina) têm tido um certo insucesso, devido, sobretudo, a um certo voluntarismo na sua organização e à falta de preparo de alguns quadros. Procura-se, no entanto, retificar a sua organização através da análise dos erros cometidos.

Em relação às Granjas do Estado, os problemas também são grandes: existem oficialmente 20, mas apenas cinco funcionam efetivamente, carecendo, muitas vezes, de meios para o seu desenvolvimento. O Governo procura encarar essas iniciativas como centros de experimentação e vulgarização e não como centros normais de produção.

#### A Pesca

O setor da pesca parece ser o mais produtivo para o país e o

que mais perspectivas apresenta para o futuro. Um trabalho de investigação realizada com ajuda estrangeira nas 200 milhas do país e um levantamento das potencialidades da baixa e extensa plataforma continental de aproximadamente 80 milhas, deu à Guiné-Bissau as informações sobre a riqueza existente de pescado e marisco nas suas costas. Desde a independência já foram construídas três empresas mistas, nas quais o Estado detém a maioria absoluta do capital. São elas: a Estrela do Mar, de sociedade com a União Soviética, que opera com oito barcos, mas com possibilidade de aumentar em breve a sua frota; a Guialp, de sociedade com a Argélia; e a Semapesca, de sociedade com a França, que é uma empresa ainda nova dispondo apenas de 4 barcos. Tem, no entanto, câmaras frigoríficas com capacidade para 1.200 toneladas e uma câmara de conservação a zero graus com capacidade para 250 toneladas.

Segundo dados de 1978, o setor de pescas contribuiu com 22% do total exportado. Será construído agora um grande complexo frigorífico com capacidade para 2 mil toneladas de armazenagem, um projeto que contará com a colaboração da União Soviética e da Espanha. Há também um outro projeto para a constituição de mais uma empresa pesqueira mista, uma associação Guiné-Bissau - Portugal. Até o momento foram assinados acordos de pesca com a URSS, França, CEE, Portugal, Senegal, Guiné-Conácri e a Argélia.

A Secretaria de Estado das Pescas tem procurado dar também todo o seu apoio à pesca artesanal, particularmente importante no arquipélago dos Bijagós, onde há mais concentração de peixes. Já foram construídas algumas infra-estruturas de apoio e fornecidas canoas de ferro-cimento e madeira, equipadas



O arroz e o amendoim eram as culturas obrigatórias impostas pelo colonialismo português



com motores, para maior segurança dos pescadores.

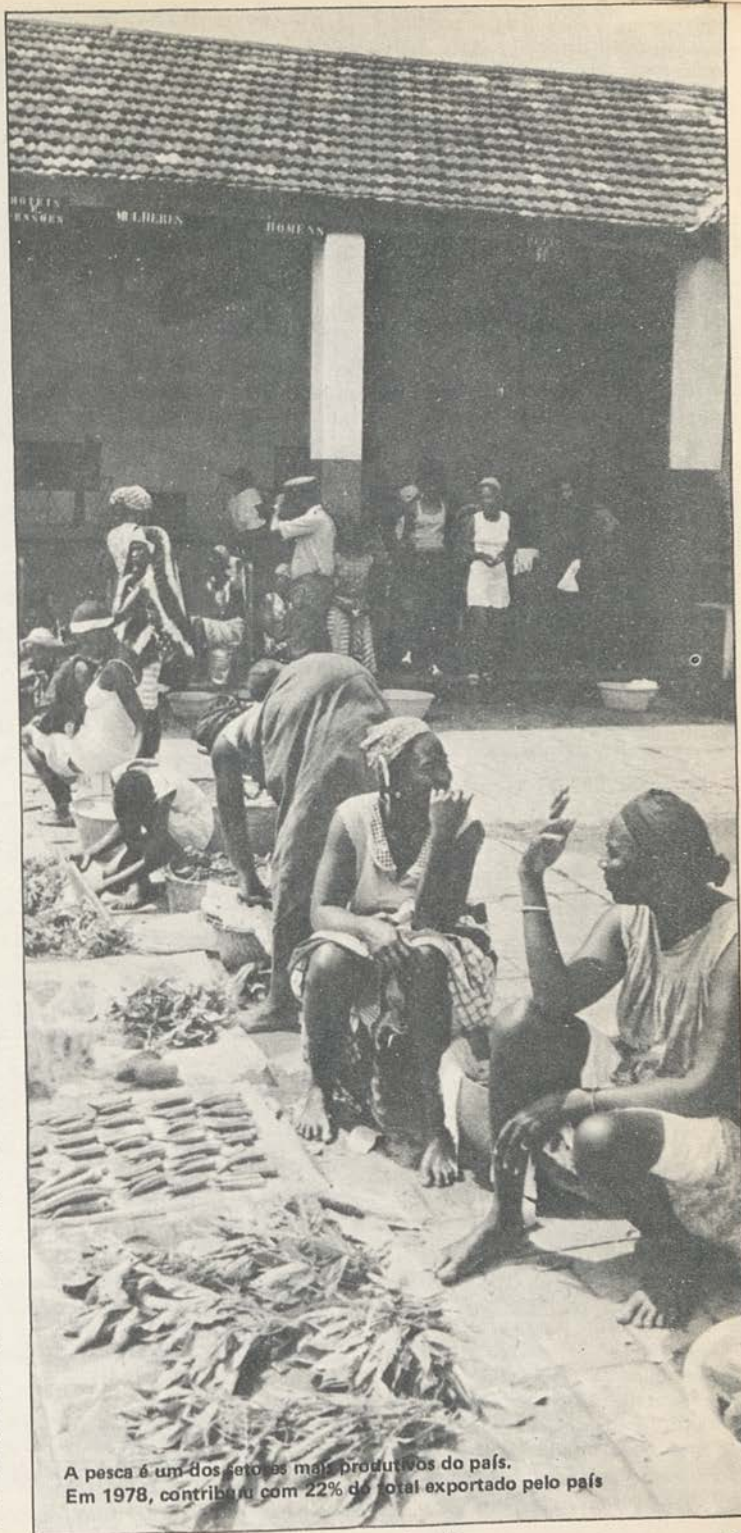
Na opinião do Secretário de Estado das Pescas, Joseph Turpain, "dentro de três ou quatro anos, a pesca artesanal estará preparada para abastecer toda a população do país, enquanto que o setor industrial só irá exportar". Nos mercados de Bissau o preço do peixe é normalmente seis vezes menor do que o da carne. Para um país que importa quase tudo, como é o caso da Guiné-Bissau, os responsáveis pelo setor da pesca pensam em contribuir num prazo muito curto para a melhoria substancial da dieta alimentar da população.

### Indústria e recursos naturais

O PAIGC fez um balanço da herança industrial deixada pelo colonialismo durante o seu último Congresso:

"Segundo os técnicos económicos, a percentagem de participação das indústrias transformadoras implantadas na Guiné na formação do produto interno bruto era, em 1970, da ordem dos 0,5%. Isto demonstra aquilo que toda a gente sabe: os colonialistas portugueses não deixaram ao país qualquer estrutura industrial. Efetivamente, a Guiné é um país sem indústrias. Tudo o que encontramos no momento da conquista da nossa independência total resume-se em algumas poucas unidades de descasque de arroz e amendoim, de serraria, de destilarias de aguardente de cana, algumas fábricas de moagem, fábrica de camisas de fraca rentabilidade e uma fábrica de cerveja e refrigerantes, fundada em 1974, e que é, de fato, a única unidade industrial".

Atualmente, existem vários projetos que estão sendo estudados no campo da transformação de produtos agrícolas e outros já em fase de implantação, como é o caso do complexo industrial da Cumeré. Ele tem uma capacidade de descasque de amen-



A pesca é um dos setores mais produtivos do país. Em 1978, contribuiu com 22% do total exportado pelo país



doim de 70 mil toneladas/ano; descasque de arroz, 8 toneladas/hora; produção de óleos vegetais de 25 mil toneladas/ano; produção de sabão de 1 tonelada/hora; alimentação para animais, 2 toneladas/hora.

O principal e único obstáculo do complexo parece ser o seu hiperdimensionamento, já que a produção dos últimos anos não tem ultrapassado as 20 mil toneladas. A que se deve essa falta de previsão? Sem dúvida, à falta de dados estatísticos concretos, problema com que se debatem quase todos os países do Terceiro Mundo. O único levantamento agrícola que se conhece na Guiné-Bissau data de 1953 e foi feito por um jovem engenheiro agrônomo: Amílcar Cabral. Segundo o trabalho, tinham sido exportadas durante aquele ano 44 mil toneladas de amendoim. As previsões apontavam para 1980 uma produção da ordem das 85 mil toneladas, o que será, naturalmente, impossível.

Mas por que essa quebra na produção?

Evidentemente por causa da guerra. Ela provocou uma diminuição drástica dos terrenos utilizados para a cultura do amendoim. Outra causa é a de o amendoim ter deixado de ser um produto de cultivo obrigatório, como o era na época colonial. Talvez devido à sua relativa escassez é que o amendoim tem subido de preços nos últimos anos no mercado internacional.

O projeto mais ambicioso no setor industrial está sendo financiado pelo Fundo da Arábia Saudita para o Desenvolvimento (4,5 milhões de dólares para equipamento) e pela Opep, que cobrirá as despesas locais de instalação, com um empréstimo de 2,5 milhões de dólares. Há ainda um financiamento de assistência técnica dado pela Caisse de Coopération Economique de France no montante de 10,5 milhões de francos franceses.

Através de um dos braços do rio Geba, que banha a cidade de Bissau, técnicos belgas estão orientando a instalação de um oleoduto que ligará o Complexo ao porto de Bissau. Nesta primeira fase, ele dará emprego a cerca de 300 pessoas e é considerado como o que há de mais avançado tecnologicamente nesse setor.

Os principais compradores de amendoim da Guiné-Bissau têm sido Portugal, Angola e Índia. No entanto, o mercado internacional tem-se apresentado extremamente flutuante, variando os preços de ano para ano. Atualmente os grandes produtores mundiais de amendoim são os vizinhos Senegal e Gâmbia, os EUA e a Nigéria.

Ainda no panorama industrial, destaca-se a entrada em funcionamento da primeira fábrica de tratamento de algodão nas regiões do Leste (Bafatá e Gabú), que realiza o trabalho de desgranação e enfardamento, feitos anteriormente no Senegal.

No setor de prospecção das riquezas do subsolo, os 500 anos de colonialismo pouco investigaram. Foram, então, feitos estudos de prospecção. Porém, quanto à bauxita já se sabe alguma coisa: foi criada uma empresa estatal, a Petrominas, que está encarregada de "garantir o estudo do desenvolvimento econômico integrado do sul do país e os estudos de factibilidade para o aproveitamento da bauxita", cujos resultados da prospecção feita são bastante animadores.

Tudo leva a crer, porém, que os recursos do subsolo serão escassos. Correm rumores, no entanto, sobre a possibilidade de existência de petróleo na plataforma continental do país junto à fronteira com o Senegal.

### Educação e Saúde

De uma população de aproximadamente 15 mil alunos escolarizados na época do término da

guerra, mais de 100 mil alunos estão hoje cursando os diferentes graus de ensino, num país com menos de 800 mil habitantes. Se quiséssemos caracterizar a educação na República da Guiné-Bissau, poderíamos dizer que, de uma inicial de massificação, se tem, progressivamente, procurado a qualidade e a exigência nos diferentes graus de ensino. Tem-se procurado não só formar e reciclar professores como também introduzir critérios mais exigentes e adaptações nos programas de ensino a todos os níveis ou graus.

Importante ajuda externa é dada à Educação, além dos 13% que o Orçamento do país lhe dedica. Cerca de 847 alunos estão hoje frequentando cursos superiores, médios ou profissionais no estrangeiro. A escolaridade obrigatória é de seis anos, mas tem sido difícil implantá-la em todo o país. A preocupação maior dos dirigentes no setor de ensino é diversificação e aprendizado. A Guiné-Bissau tem muito mais falta de operários especializados e técnicos médios do que de doutores ou profissionais liberais.

Os quatro colégios secundários existentes — Bissau, Bafatá, Bolama e Cacheu — são frequentados por aproximadamente 5 mil jovens. É no curso secundário que a cooperação dos professores estrangeiros tem sido mais valiosa. Estão atualmente na Guiné-Bissau cerca de 120 professores estrangeiros, dos quais quase 100 são portugueses.

A nível de escolas de ensino médio, já funciona uma Escola de Direito, com alto nível didático para o país. Ela é frequentada por uma centena de quadros da administração pública, das empresas e do aparelho judiciário. Uma Escola de Educação Física começou a funcionar este ano com um corpo docente constituído por um grupo de professores cooperantes portugueses e





Hoje, 100 mil alunos freqüentam os vários níveis de educação num país com menos de 800 mil habitantes

2 guineenses. Existe ainda a Escola de Formação de Professores.

Essas três escolas, junto com o Instituto Técnico Profissional, que está sendo organizado, poderão, num futuro próximo, constituir-se no embrião de uma futura Universidade.

No campo da saúde, basta dizer que o único médico que ficou no país foi um goês (natural de Goa, na Índia), de nacionalidade portuguesa, já que os outros, que pertenciam na sua maioria ao exército português, haviam partido.

Num país onde o grau de instrução ainda é baixo, sobretudo entre a população adulta, e onde os problemas de água potável ainda não foram resolvidos, os índices sanitários apresentam valores elevados. Segundo estimativas realizadas pelo Comissariado de Estado da Saúde e dos Assuntos Sociais, a taxa de mortalidade infantil varia entre 280 e 300 por mil, enquanto a taxa de mor-

talidade materna está em torno dos 7,2 por mil. As doenças causadoras de maior índice de mortalidade são o paludismo, disenteria, as doenças pulmonares, a má nutrição e, ultimamente, a tuberculose.

"Fomos obrigados a recorrer à ajuda de países socialistas" — afirmou o Comissário João Costa. Nos dois hospitais de Bissau, a maioria dos médicos pertence à brigada cubana, e graças à cooperação com os chineses e os soviéticos pôde-se colocar em funcionamento os hospitais de Cantchungo e Bafatá, respectivamente. Com a ajuda do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da CEE, está em vias de realização o projeto de construção e equipamento de mais 8 hospitais e 14 centros de saúde, prevendo-se para os próximos anos, com a ajuda da Holanda e da Suécia, a construção de um Laboratório Nacional de Saúde Pública, uma escola técnica para a formação de qua-

dro de saúde em regime de internato e um centro de aparelhagem e reabilitação motora dos mutilados de guerra ou com problemas físicos.

Atualmente, em Tombali, região sul, está sendo feita uma grande campanha junto às populações, a fim de que estas adquiram ensinamentos básicos de higiene, alimentação e prevenção, ao mesmo tempo que vão se instalando farmácias nas aldeias com quatro ou cinco medicamentos básicos. A campanha tem participação decisiva dos comitês do PAIGC.

Em relação aos medicamentos, há uma empresa nacional, a Farmedi, que detém o monopólio da importação e distribuição de remédios, importação que é feita na base da lista de medicamentos da Organização Mundial de Saúde. Segundo o Comissário João Costa, "pensamos que até o ano 2000 vamos cumprir os objetivos proclamados pela Orga-





Luiz Cabral ouve as reivindicações

nização Mundial de Saúde que é o de dar saúde para toda a população do país”.

### Comunicação

“A informação deve ser a boca e ouvido do nosso povo”, afirmou o falecido Comissário Principal (Primeiro-Ministro) da Guiné Bissau, Francisco Mendes, enquanto que o Presidente Luiz Cabral disse que “os órgãos de informação são instrumentos do nosso Partido e do nosso Estado para o contato cotidiano com as nossas populações, que devem ser informadas sobre a vida política, econômica, social e cultural do país.”

O presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau frisou que “esses órgãos têm ainda o papel preponderante de promover a formação política e cívica dos nossos cidadãos (...), de contribuir para a formação de um

homem novo, consciente e patriota, necessário para a realização da unidade nacional e o progresso do nosso povo.”

São estas algumas das linhas pelas quais se orienta a Informação na Guiné Bissau, o pequeno país da África Ocidental que emergiu de uma guerra de libertação de 11 anos.

A Radiofusão, principal órgão de informação, funciona 16 horas diárias. O jornal governamental *Nô' Pintcha*, que sai três vezes por semana em formato tablóide, tem uma tiragem de quatro mil exemplares. O *Militante*, a revista do Conselho Nacional da Guiné, é o único órgão de informação do Partido em circulação. É uma revista mensal, com uma tiragem de cinco mil exemplares. Existem ainda na imprensa escrita *O Trabalhador* e o *Vanguarda Juvenil*. O primeiro é da Central Sindical Única e o segundo da ju-

ventude guineense. Ambos são mensais. A *Agência Noticiosa da Guiné-Bissau*, fundada em 1975, só agora começa a ensaiar os seus primeiros passos.

### Um historiador do presente

Na Guiné-Bissau, como na maioria dos países do Terceiro Mundo, atribui-se à informação um papel preponderante. Além da sua função de difundir a informação, os órgãos de comunicação de massas têm ainda outros objetivos tradicionais. Eles devem assumir uma outra função de igual importância: participar e fazer participar os homens e os povos na batalha pelo direito à independência nos campos político, econômico e pelo desenvolvimento. Trata-se de modelar, intervir na formação dos homens, na perspectivas de reconstrução nacional e do desenvolvimento harmonioso.



O jornalista da Guiné-Bissau é um historiador do presente. É, em primeiro lugar, um homem que relata e interpreta os fatos, os acontecimentos, os fenômenos da sociedade ou de uma dada conjuntura de incidência nacional ou internacional. O jornalismo na Guiné Bissau quer dizer militância na frente de reconstrução nacional e do desenvolvimento.

Introduzido desde há muito tempo na vida quotidiana do homem africano, o rádio constitui, sem dúvida, o meio de comunicação mais popular do ponto de vista de audiência. Na Guiné-Bissau, onde a taxa de analfabetismo rondava os 95%, necessariamente o Governo teria que prestar uma atenção especial a esse órgão de comunicação de massa. Assim, a Rádio de Bissau, da antiga potência colonial pas-

sou para o controle do Governo guineense no dia 10 de setembro de 1974. Os quadros do governo colonial se retiraram todos. As pessoas que trabalhavam na Informação do PAIGC passaram a integrar a nova Radiodifusão Nacional, com alguns jovens recrutados em Bissau, embora sem experiência.

Hoje, a Radiodifusão trabalha 16 horas diárias. Alguns programas são feitos em crioulo (língua nativa) e outros em crioulo e português e nas línguas nacionais. Neste momento, o Ministério da Informação e Cultura está empenhado em desenvolver a Rádio Rural. Esse projeto tem o apoio da Unesco e se desenvolve com uma comissão interministerial, englobando o Desenvolvimento Rural, a Educação Nacional, a Saúde e Assuntos Sociais. O objetivo da Rádio Rural é con-

tribuir para a melhoria das condições de vida e produção das coletividades rurais.

A Rádio Rural terá que se apoiar num Centro de Estudos de Linguística Aplicada e por um Centro de Pesquisa e Tradições Oraís, cuja criação também está prevista. A opção de desenvolver a Rádio Rural implica no reequipamento do emissor e dos estúdios e a formação acelerada de produtores especializados nesse campo.

A fórmula dos "Rádio Farm Forums" foi retida como princípio de uma política de comunicação social. Esses "Rádio Clubes" devem ser implantados, numa primeira fase, em seis regiões. Chamados de "Centros Populares de Informação e Cultura", eles serão as bases de toda a ação cultural de comunicação social. □

## Investigar o passado histórico, dar uma escrita ao crioulo

□ Um dos maiores problemas da sociedade guineense, condicionador de todo o desenvolvimento, é a diversificação lingüística. O português foi adotado como língua nacional, já que era a única língua com uma escrita e gramática próprias, apesar de ser falado apenas por uma pequena minoria da população que se concentra nas cidades. A grande maioria das pessoas exprime-se em crioulo, que não tem forma escrita — há apenas algumas tentativas nesse sentido — e também não é falado em todo o país. A situação torna-se ainda mais complexa com a realidade de que cada etnia tem sua língua própria. Existem dez etnias: papel, balantas, mandingas, fulas, nálús, beafadas, manjacos, mancanhas, fulupes e bijagós.

O Centro Lingüístico a ser instalado dentro em breve na Guiné-Bissau contará com o apoio do seu homólogo senegalês — este centro já possui estudos avançados sobre o mandinga, o fula e a fonologia do crioulo guineense — e procurará, numa primeira fase, formar quadros que

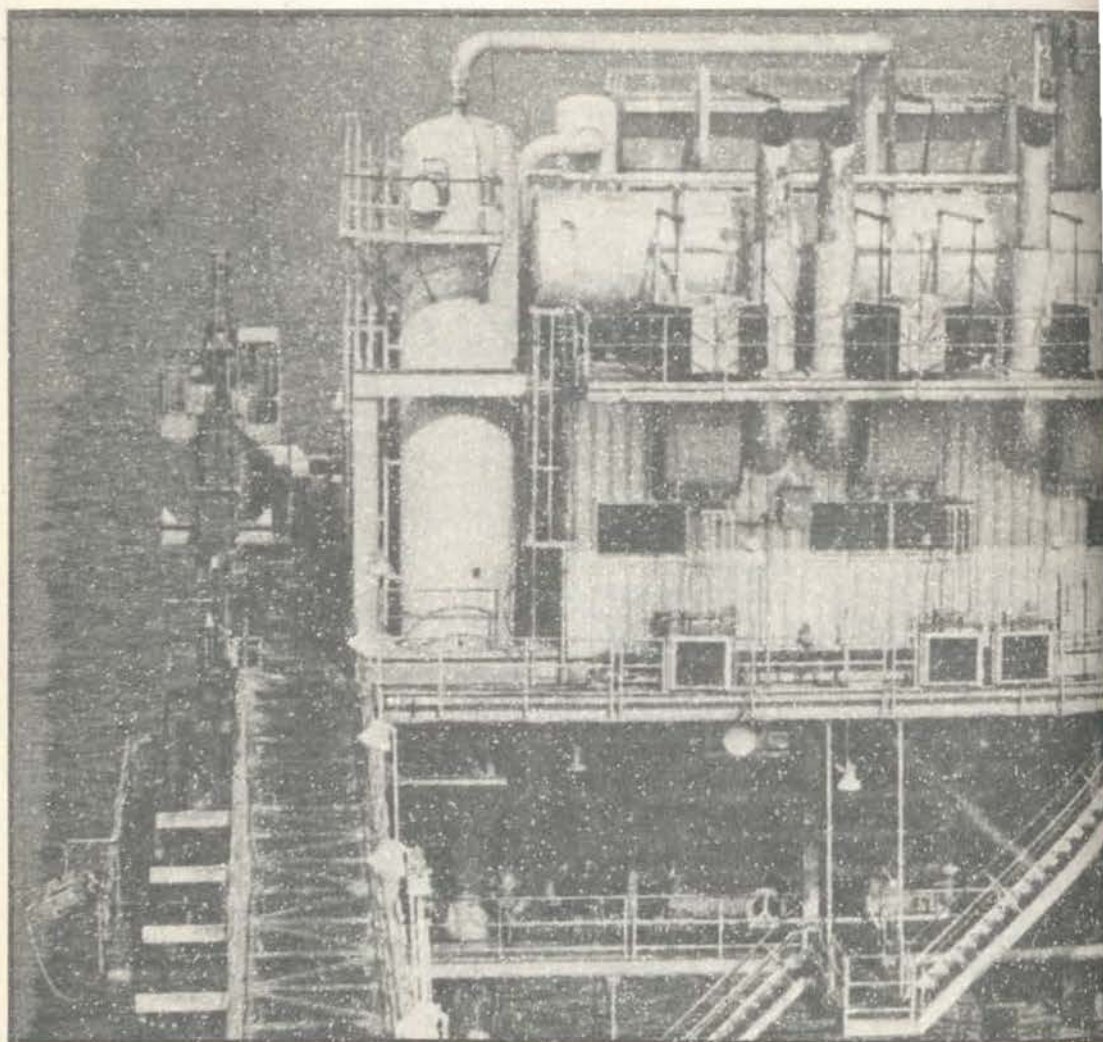
"fixem" e estudem a grafia do crioulo e das línguas das diferentes etnias. Ao mesmo tempo, será criado um Centro de Pesquisas de Tradições Oraís que iniciará um trabalho de campo para identificação e recolhimento de depoimentos de anciãos e "homens-grandes" das aldeias, verdadeiras enciclopédias vivas do passado. Nesse campo já foi iniciado um trabalho experimental na região de Gabú, que entre o século XVI e XIX constitui um dos reinos importantes do antigo Império Mali.

O conhecimento do passado histórico é uma ambição universal. Mas para as antigas colônias da Ásia ou da África, cujo passado foi dilapidado ou silenciado pelos antigos colonizadores, é mais do que uma ambição, é uma reivindicação premente, inclusive apoiada pela Unesco. Nesse sentido, a Guiné Bissau solicitou às autoridades portuguesas a recuperação de documentos e publicações que, de algum modo, possam reconstruir o passado histórico do seu país.



# Petróleo: uma política independente

*A nacionalização e a situação atual das empresas estrangeiras. A falta de quadros nacionais para a pesquisa, comercialização e refinação do produto. A necessidade de produzir mais para prosseguir o desenvolvimento econômico do país*



E  
fi  
d  
q  
O

Sh  
se  
sen  
Lil  
no  
me:  
22



A pesar do petróleo angolano representar menos de 1 por cento da produção total da Opep, ele é uma importantíssima fonte de divisas para a economia do país. No entanto, os poços em exploração já estão bastante antigos e entram na etapa em que começam a diminuir a sua produção. Em 1979, a média diária de produção foi de aproximadamente 140 mil barris. Para manter esse ritmo sem correr o risco de esgotar suas reservas, o governo de Angola adotou a posição de estudar o melhor

aproveitamento dos poços em exploração, e de preparar os poços já conhecidos e os ainda não prontos para produzirem o mais rápido possível. Além disso, é preciso também encontrar novos poços que sejam exploráveis, afirmaram as autoridades angolanas. Somente assim poderá ser contrabalançada a baixa produção e se continuar a obter as divisas imprescindíveis para o desenvolvimento econômico.

Como país em via de desenvolvimento, Angola depende dos

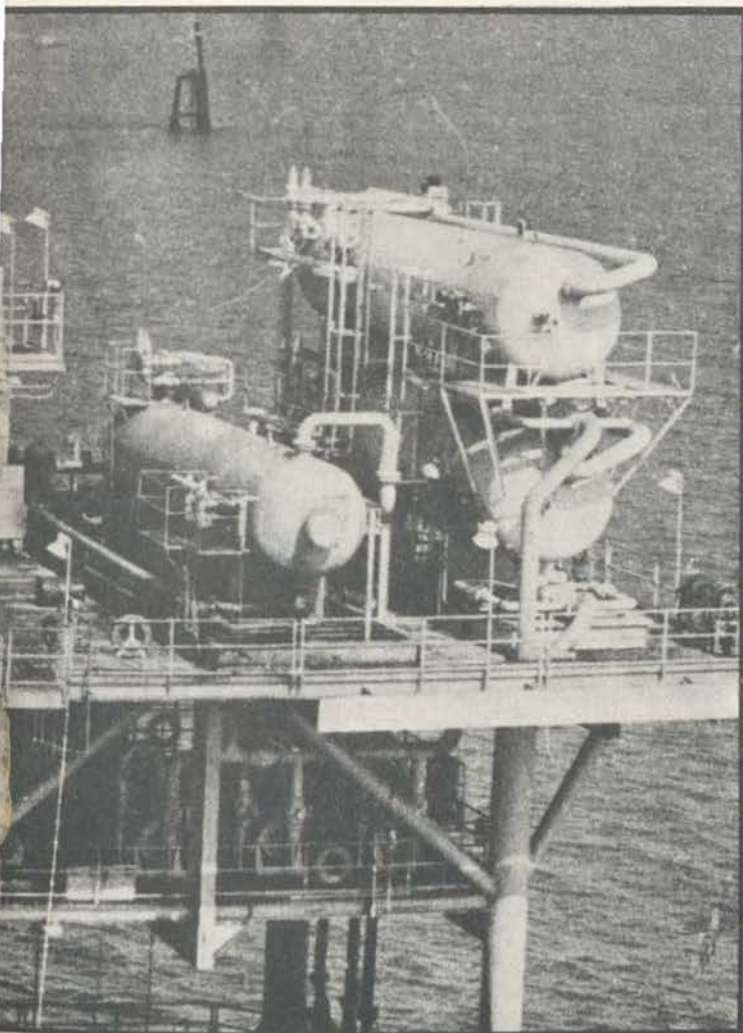
países desenvolvidos para obter uma tecnologia avançada, como são a pesquisa e a produção de petróleo. Sem dúvida, são os países capitalistas desenvolvidos que detêm a tecnologia para a pesquisa e exploração *off-shore* (plataforma continental).

Para manter a independência nacional conquistada com tantos sacrifícios, o governo angolano faz acordos sumamente restritos com as multinacionais do petróleo: elas dão a tecnologia e são pagas por isso; não se formam empresas mistas; em 20 anos, a empresa estrangeira passa a ser 100 por cento angolana; o governo é quem decide sobre a compra de equipamentos para a empresa estrangeira e quem fixa, também, a porcentagem de petróleo que pode ser levado pelas multinacionais.

Os problemas de pesquisa, de comercialização e mesmo de refinação para o consumo interno (a atual refinaria já tem mais de 20 anos e, em pouco tempo, sua produção será insuficiente para as necessidades do país) são graves devido à falta de quadros nacionais. Também a indústria petrolífera sofreu com a fuga de técnicos no momento da independência. Criou-se, então, em N'Gunza, a escola de formação de técnicos de petróleo. Esta escola forma técnicos médios, mas em número insuficiente. Enviaram-se estudantes para o exterior, para a formação de técnicos de nível superior, porém ainda são poucos para suprir as necessidades atuais.

#### Faltam quadros

A cooperação internacional, nesse campo, é feita com Cuba, União Soviética e Rumânia. Mas, evidentemente, a meta a ser atingida é a de formar quadros nacionais suficientes para dominar a tecnologia de extração do miné-





rio, para que ele fique realmente nas mãos do povo angolano.

Foi em 1956 que se encontrou petróleo pela primeira vez em Angola. O poço ficava em Benfica, no vale do Kwanza. Nesse mesmo vale foram descobertos posteriormente (entre 1971 e 1978) outros poços de pequena importância. Atualmente, a Sonangol (empresa estatal responsável pela pesquisa, exploração, distribuição e comercialização interna e externa) continua procurando outros indícios de petróleo na área.

No vale do Congo, ao sul do rio do mesmo nome, foi descoberta entre 1970 e 1973 uma série de poços, de onde se extrai a mistura chamada soyo. Esse tipo de petróleo, de muito boa qualidade pelo seu baixo teor de enxofre, não era conhecido no mercado internacional e somente depois da independência e da criação da Sonangol é que foi lançado no mercado.

Em relação ao litoral de Cabinda, a Cabinda Gulf Oil Company, que tinha a concessão para a sua exploração, perfurou cerca de 100 poços mas abandonou logo essa área para concentrar-se na exploração *off-shore*, mais vantajosa para os seus interesses. Hoje, o Estado angolano pretende reiniciar os estudos nessa zona potencialmente petrolífera.

O petróleo *off-shore* foi descoberto em 1968 nas costas de Cabinda; esses poços são os mais importantes atualmente. Há também produção na bacia do Congo (*on-shore*, mas ainda este ano será iniciada a produção em *off-shore*) e na bacia do Kwanza (*on-shore*).

#### Antes e depois da independência

Antes da independência, diversas companhias e associações exploravam o petróleo de Angola: a Cabinda, atuava a Cabinda Gulf Oil Company - Cabgoc; na bacia do Zaire, estava uma asso-

ciação formada pela Companhia dos Petróleos de Angola - Petrangol (50%), a Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos - Angol (25%) e a Texaco Petróleos de Angola (25%); e na bacia do Kwanza, funcionava uma associação formada pela Petrangol e a Angol com 50 por cento cada uma.

Depois da independência, a Lei Constitucional, no seu artigo 119, estabeleceu que "todos os recursos naturais são propriedade do Estado, que determinará as condições do seu aproveitamento." Em 1976, durante a nacionalização da Angol, é criada a empresa estatal Sonangol. A Lei dos Petróleos, em 1978, concede à Sonangol os direitos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, extinguindo os atribuídos às sociedades ou entidades estrangeiras, que só podem exercer essas atividades em associação com a Sonangol.

Através de negociações com as companhias estrangeiras, a Sonangol passou a deter 51 por cento dos interesses em todas as áreas: em Cabinda, a partir de setembro de 1978 e nas bacias do Congo e Kwanza, no dia 1º de janeiro de 1979.

Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e produção, o *off-shore* foi dividido em 13 blocos, de aproximadamente 4 mil quilômetros quadrados cada um, definindo-se o contrato de partilha da produção como o modelo a adotar em futuras associações para esses blocos. Assim, em princípio de 1980, foi assinado o primeiro desses contratos com a Texaco International Petroleum Company e já foram aprovados pelo Governo dois outros, um com a Total e outro com a ELF.

O contrato estabelece um período de pesquisa de 3 anos, prorrogável por 2 períodos de um ano, com o compromisso das companhias executarem durante esse tempo um programa mínimo de trabalho em relação à perfuração de poços de pesquisa e de investimentos. Para evitar que o associado estrangeiro obtenha sobrelucros derivados da alta dos preços do petróleo, o contrato estabelece um preço limite indexado com os níveis de preços de exportação dos países desenvolvidos de economia de mercado, revertendo toda a diferença entre esse preço limite e o preço de venda para a Sonangol. □

#### Artigo 119 da Constituição do País:

"Todos os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, as águas territoriais, a plataforma continental e o espaço aéreo são propriedade do Estado, que determinará as condições do seu aproveitamento e utilização".

#### Artigo 1º da Lei Reguladora das Atividades Petrolíferas:

"São propriedades do povo angolano, sob a forma de propriedade estatal, todas as jazidas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos existentes no subsolo e plataforma continental, compreendidas no território nacional e até o limite das águas jurisdicionais da República Popular de Angola, ou em qualquer domínio territorial estabelecido em convenções internacionais sobre o qual se exerça a soberania nacional."



# “Pamberi ne Chimurenga”, a Zanu saúda Samora Machel

*A visita do presidente moçambicano ao Zimbabwe foi uma segunda festa de independência. A unidade ideológica entre os dois países, a cooperação e os acordos firmados no contexto da luta por uma África livre*

Etevaldo Hipólito



No final da primeira semana de agosto, o presidente Samora Machel chegou a Salisbury para uma visita oficial, a convite do governo do Zimbabwe. Essa era a primeira vez que os dirigentes zimbabwuanos recebiam um chefe de estado estrangeiro, desde a proclamação da independência da ex-colônia britânica, a 18 de abril último. Em entrevista concedida à televisão local, Mugabe declarou que o fato de Samora Machel ter sido o primeiro alto dirigente a visitar oficialmente Salisbury era uma forma de

demonstrar o reconhecimento do seu povo pelo apoio recebido de Moçambique durante a dura etapa em que decorreu a luta de libertação nacional. A chegada do líder moçambicano foi precedida de uma intensa mobilização popular lançada pelos meios de comunicação social do Zimbabwe. As emissoras de rádio emitiam curtas mensagens sobre o acontecimento e a televisão mostrava fotos do presidente Samora Machel acompanhado pelo primeiro-ministro Robert Mugabe, ao mesmo tempo em que as paredes e vitrines começa-

vam a ser cobertas de cartazes com a foto do visitante.

Desde o momento em que o seu avião, um Boeing 707, penetrou no espaço aéreo do Zimbabwe, o presidente Samora foi escoltado por quatro caças *Hauker Hunter* da Força Aérea local. Foram aviões de combate como esses que, até o início deste ano, martelaram com bombas o território de Moçambique Partindo da então Rodésia, realizavam incursões contra campos de refugiados, vias de transporte e centros produtivos.



Três medidas tomadas pelo governo de Mugabe chocaram particularmente a comunidade branca, em torno da qual girou até o momento a vida política da ex-colônia. A primeira delas foi a retirada, numa das principais praças da cidade, da estátua de Cecil Rhodes, o aventureiro que no século passado se lançou à tarefa de aprofundar a penetração colonial britânica na África Austral. Um outro monumento, este dedicado à Infantaria Ligeira, conhecida pela intransigente defesa dos direitos da minoria racista, também foi destruído. Localizada no quartel de Cranborne — era a imagem de um jovem militar em uniforme de combate — a escultura homenageava os combates das tropas helitransportadas contra os guerrilheiros da Frente Patriótica, integrada pelas organizações lideradas por Robert Mugabe e Joshua Nkomo.

A unidade rodesiana, atualmente em fase de desmantelamento, era composta exclusivamente por brancos e a maior parte dos seus membros já se encontra na África do Sul. O choque de uma minoria de privilegiados que não quer aceitar a nova realidade do Zimbabwe não se restringe a esses episódios: com a presença do Presidente de Moçambique, uma colorida e ruidosa multidão comemorava a transformação da Jameson Avenue, a mais importante avenida de Salisbury, em Avenida Samora Machel. Impotentes, a única saída que restou aos opositores do governo nacionalista foi promover esporádicas incursões de aviõezinhos de papel sobre a multidão para manifestar o seu descontentamento. Sem causar danos, as mensagens de fundo racista iam terminar sob os pés de algum dos numerosos manifestantes.

Logo após a chegada e antes mesmo dos cumprimentos protocolares, Samora Machel foi ova-



Como parte das programações, Samora Machel visitou as ruínas do antigo Reino do Zimbabwe

cionado por uma surpreendente multidão que foi ao aeroporto esperá-lo. Cartazes em shona, faixas em português e inglês saudando a visita, agitados por milhares de mãos, e cantos e sons de atabaques misturavam-se ao alarido quase ensurdecedor da multidão. Depois de anos de isolamento imposto pelo regime ilegal rodesiano, uma tão grande manifestação de massa não poderia deixar de causar impacto. Um alto oficial da polícia chegou a confessar a um correspondente estrangeiro: "Nunca vi coisa igual em toda a minha vida!". A mesma explosão de alegria se repetiria nas várias etapas da visita presidencial, que se estendeu até a cidade de Bulawayo, o segundo centro urbano mais importante do país. Por todas as partes, em coro ou isoladas, as exclamações de *Pamberi ne Chimurenga*, o slogan da Zanu — Frente Patriótica, se alternavam e confundiam-se com a palavra de ordem da Frelimo, "A Luta Continua". Ainda no aeroporto, o dirigente moçambicano, depois de calorosamente recebido pelo presidente Canaan Banana e pelo primeiro-ministro Robert Mugabe, passou em revista uma companhia do exército, integrada pelas duas forças guer-

rilheiras e por remanescentes dos efetivos rodesianos.

### O que é a independência

Durante a sua visita ao complexo açucareiro "Triangle Limited", em Bufalo Range, o presidente Samora Machel iria adiantar uma das tónicas dos seus discursos posteriores — o real significado da libertação de um povo. Essa empresa, cujas atividades tiveram início em 1880, tem hoje uma capacidade instalada de 200 toneladas anuais. Sua produção principal continua sendo o açúcar, tendo, no entanto, começado, há três anos, a produção de etanol.

À saída das instalações da "Triangle Limited", o presidente Samora Machel era aguardado por grupos de trabalhadores. Subindo a um jipe, Machel, ao saudar a independência do Zimbabwe do colonialismo britânico, afirmou que esta não veio libertar uma raça em particular mas a todo o país. Condenando uma vez mais o racismo, explicou que as guerras não são um acontecimento que se verifica apenas quando se defrontam negros e brancos. "Antes de chegarem os colonialistas havia guerras entre pretos. Eram guerras tribais. E



na Europa, houve guerras entre brancos. A guerra não acontece porque há raças diferentes" — declarou Samora, para em seguida falar sobre o fundo econômico e social, o caráter de classe dos conflitos que explodem em maior ou menor escala.

### Pela unidade

Três dias após a sua chegada ao Zimbábue, o presidente Samora participou de um importante comércio na cidade de Bulawayo. Em sua apresentação, o primeiro-ministro e líder da Zanu — Frente Patriótica, Roberto Mugabe, ressaltou o papel desempenhado pela luta armada em Moçambique e a importância desse país, uma vez libertado, na própria história do Zimbábue.

A linha mestra do discurso pronunciado por Samora Machel foi a unidade do povo como fator básico para se alcançar e consolidar a vitória. Os agressores, em todas as épocas, tornaram a sua presença possível graças à discórdia e conseqüente divisão que lograram manipular nos territórios ocupados. Um ataque particularmente duro foi desfechado contra os colaboracionistas, cuja figura de proa pode ser encontrada em Abel Muzorewa, o dirigente religioso e político negro que, com base no chamado "Acordo Interno", substituiu Ian Smith no poder. Analisando o perigo que representa para os povos que lutam pela sua libertação essas máscaras, com as quais o opressor encobre a sua verdadeira face, ele denunciou a eficiência demonstrada pelo reacionário bispo anglicano: "*Vocês souberam neutralizar os traidores, foram vocês que afastaram Muzorewa*", afirmou Samora, para em seguida acrescentar que o ex-chefe do governo minoritário e ilegal era mais perigoso que os anteriores dirigentes racistas e que, em poucos meses, matou mais zimbabueanos e moçambicanos que os líderes racistas anteriores.

A parte seguinte do discurso pronunciado perante milhares de zimbabueanos abordou a questão da unidade nacional. Essa coesão interna só poderá ser alcançada quando, no Zimbábue, em lugar de *shonas*, *rozwis* ou *nedbeles* (as principais etnias do país), haja apenas zimbabueanos. Uma das armas que o inimigo, branco ou negro, tentará utilizar para frustrar a independência conquistada a duras penas será o tribalismo e o racismo. Resumindo o seu pensamento sobre a questão, Samora Machel foi taxativo: "Alguns se sentem orgulhosos por serem tribalistas. Mas a um tribalista nós o chamamos de reacionário, agente do inimigo". Com igual rigor analisou a função do exército, onde se torna mais evidente o perigo do fracionamento, devido ao desvirtuamento das tarefas fundamentais como a defesa da independência, a soberania, a integridade territorial e a economia nacional. "A única cor que existe no exército — afirmou Samora — é a unidade". Em relação à função dos partidos políticos na África, o dirigente moçambicano ressaltou que tais instituições devem ter como objetivo fundamental servir aos interesses populares, rechaçando o seu papel de instrumento de indivíduos ou grupos. Além de ter como objetivo fundamental a unidade nacional, uma organização política deverá dedicar-se à aplicação de programas que venham corresponder às aspirações e necessidades do povo nos campos econômico e social.

A última apresentação pública do presidente Samora Machel no Zimbábue, foi no Rufaro Stadium, local onde se realizou a cerimônia da independência. O seu discurso foi precedido pelo do primeiro-ministro Robert Mugabe, que ressaltou a decisão do seu país de colocar-se ao lado da República Popular de Moçambique e "construir um futuro de solidariedade e amizade com o

povo na defesa dos nossos dois territórios". Foi lembrado o passado comum entre os dois países, não só em relação à história do grande império do Monomotapa como, principalmente, na luta comum desenvolvida contra os racistas rodesianos. "O povo moçambicano sofreu por nós, o povo moçambicano morreu por nós, o povo moçambicano passou fome por nós", disse o presidente da Zanu — Frente Patriótica, ao sublinhar a base sobre a qual deve ser construída a futura cooperação entre Salisbury e Maputo.

### Acordos assinados

A delegação moçambicana esteve integrada pelo ministro Joaquim Chissano, das Relações Exteriores; Armando Guebuza, comissário político das Forças Populares de Libertação de Moçambique; José Luis Cabaço, ministro da Informação; Luís Maria A. Santos, ministro dos Portos e Transportes de Superfície; Prakash Ratilal, vice-governador do Banco de Moçambique; e Fernando Honwana, assistente especial do presidente da República. Das autoridades zimbabueanas estiveram presentes, além do primeiro-ministro Robert Mugabe, Simon Muzenda, vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores; Enos Mzombi Nkala, ministro das Finanças; Maurice Nyagumbo, das Minas; Emmerston Munangagwa, ministro de Estado no Gabinete do primeiro-ministro; David Smith, ministro da Indústria e Comércio; e Nathan Shamuyarira, ministro da Informação.

Em conseqüência das conversações entre os dois líderes, foi assinado um acordo geral de cooperação e criada uma comissão mista. Os demais textos conjuntos abrangem pagamentos, transportes de superfície, informação, transportes aéreos, comércio, telecomunicações e energia. □



## O comunicado conjunto



Mugabe e Machel divulgaram um comunicado conjunto no qual destacam a nova correlação de forças na região

□ Durante a visita de quatro dias que o Presidente Samora Machel da República Popular de Moçambique fez à República do Zimbabwe, foi divulgado um comunicado conjunto, de onde se destacam os seguintes trechos:

"O Presidente da R.P. de Moçambique e o primeiro-ministro do Zimbabwe analisaram a atual situação política internacional e constataram uma identidade de pontos de vista sobre os problemas fundamentais internacionais que foram

analisados, em particular os referentes à libertação dos povos ainda sob jugo colonial e racista."

"Eles salientaram o papel e a contribuição do movimento de libertação nacional nas profundas transformações da atualidade e, em particular, na intensificação da luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e o *apartheid*, pela independência nacional, pelo triunfo da paz e da democracia."

"Reafirmaram, igualmente, a sua firme adesão aos princípios da OUA, do Movimento dos Países



Não-Alinhados e das Nações Unidas, foros apropriados para a resolução dos problemas que afetam a humanidade."

"Ao analisarem a situação da África Austral, os dois dirigentes notaram que a nova correlação de forças na região é favorável às forças de libertação e do progresso."

"Os dois dirigentes saudaram os sucessos alcançados pelo povo namíbio sob a direção da Swapo, seu único e legítimo representante, na luta contra a ocupação colonial e racista do seu país, e reafirmaram o seu apoio e solidariedade militantes para com o povo namíbio na sua luta para alcançar as suas justas e legítimas aspirações à independência nacional."

"Nesse contexto, reiteraram o seu apoio ao plano das Nações Unidas para a descolonização da Namíbia e denunciaram a criação do chamado executivo namíbio e outras manobras com a utilização de fantoches. Condenaram vigorosamente as agressões perpetradas pelo regime racista e colonialista sul-africano contra a República Popular de Angola e a República da Zâmbia."

"Os dois dirigentes reafirmaram o seu apoio e solidariedade militante para com a justa luta do povo sul-africano, contra o sistema do *apartheid* e de discriminação racial."

"Eles condenaram a ação repressiva das autoridades racistas de Pretória contra o povo sul-africano, denunciaram a balcanização da África do Sul, dividindo-a em *bantustões*. E reafirmaram o seu apoio incondicional ao movimento de libertação da África do Sul."

"O primeiro-ministro Robert Mugabe salientou o papel ativo dos Países da Linha de Frente na libertação dos povos da África Austral e, em nome do povo zimbabueano, agradeceu os sacrifícios feitos por esses países na luta de libertação do Zimbábue."

"Nesse âmbito, prestaram sentida homenagem à memória do Presidente da República do Botswana, Sir Seretse Khama, cuja dedicação à causa da libertação total dos povos da África Austral constituiu um exemplo e uma fonte de inspiração para novas vitórias."

"Os dois dirigentes sublinharam o importante significado da iniciativa dos Países da Linha de Frente em convocar a reunião econômica de cúpula de Lusaka, cujas decisões são uma garantia para a consolidação dos países independentes e uma valiosa contribuição à libertação dos povos da região, tendo reafirmado a determinação dos seus países de contribuírem plenamente para a materialização dessas decisões."

"Reafirmaram o seu apoio à transformação do Oceano Índico em zona de paz e desnuclearizada e exigiram a retirada das tropas de guerra desse Oceano, bem como o desmantelamento das bases militares de Diego Garcia, Mayotte e de outras partes da região."

"Eles saudaram vivamente a retumbante vitória alcançada pela Rasd durante a 17ª Reunião de Cúpula da OUA, em Freetown, ao ser reconhecida pela maioria dos membros dessa organização."

"Manifestaram o apoio ao povo saaraui e à sua vanguarda, a Frente Polisário, na sua justa luta contra o regime de Rabat. Eles condenaram vigorosamente esse tipo de prática colonial africana do regime de agressão e expansionista marroquino contra o Rasd, Estado africano independente."

O presidente da República Popular de Moçambique e o primeiro-ministro da República do Zimbábue reiteraram o seu apoio e solidariedade militante para com o povo palestino e o seu único e legítimo representante, a OLP, na luta contra o regime sionista pela materialização da sua legítima aspiração à autodeterminação e independência nacional. Eles sublinharam que a paz duradoura no Oriente Médio só será alcançada através de negociações globais que visem ao estabelecimento de um Estado palestino independente e à retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados durante a guerra de agressão de 1967."

"Os dois dirigentes reafirmaram o seu apoio à justa luta do povo maubere, do Timor Leste, sob a direção da Fretilin, contra o regime expansionista e colonial de Djakarta."

"Notaram com satisfação a atmosfera cordial em que as conversações foram mantidas e decidiram promover trocas de delegações entre os dois países nos diferentes domínios, com o fim de alargar e dinamizar as relações fraternais de amizade e cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República do Zimbábue."

"Nesse contexto, ambos reafirmaram a necessidade do estabelecimento de relações multiformes, tendo em conta as grandes possibilidades existentes para uma cooperação ampla e frutuosa mutuamente vantajosa."

"Com vista ao incremento da cooperação bilateral de interesse mútuo, foram assinados um Acordo Geral de Cooperação, que cria a Comissão Mista, e mais os seguintes: Acordo de Pagamentos, Acordo de Transportes de Superfície, Acordo sobre a Informação, Acordo de Transportes Aéreos, Acordo Comercial, Acordo no setor de Telecomunicações e um Acordo sobre Energia."





## “Sasolburg não será a última vez”

*incorporação dos mestiços. o papel dos estudantes e os próximos objetivos militares, depois da explosão dos campos de petróleo*

Maria Fialho/Sus Van Elzen

**D**epois da libertação do Zimbabwe chegou a hora e a vez da África do Sul. É a conclusão que se chega analisando-se não só o contexto político africano como também internacional. Manto Tshabalala, Secretária de Saúde do African National Congress (ANC), define a etapa atual da revolução.

*Como se explica a súbita explosão dos mestiços atualmente na África do Sul? Em 1976, em Soweto, apenas os negros agiram!*

— Acho que esse fato não é novo. Os que têm acompanhado a luta de libertação na África do Sul devem se lembrar que todos os grupos representativos da África do Sul — mestiços, indianos, brancos e africanos — assinaram a *Freedom Charter* em 1955: concluiu-se que, em 1955, os mestiços já tinham compreendido que a pretensa superioridade que lhes era conferida pelo governo nacional não valia grande coisa, pois eles continuavam a ser oprimidos tal como os negros. Por isso, fundaram a sua própria organização, que era necessária pelo fato de eles terem alguns problemas diferentes dos negros. Por exemplo, eles eram classificados como uma

classe superior aos negros; no entanto, a organização nunca se esqueceu de que eles eram tão oprimidos como os negros. Essa a razão por que subscreveram em 1955 a *Freedom Charter*.

Esta carta foi rotulada pelo governo sul-africano como “comunista”, o que significava que aqueles que a tinham subscrito estavam, daí em diante, submetidos à fúria desse governo e que, portanto, a própria organização de mestiços tinha que passar a ser muito cuidadosa nas suas atividades. O fato de, em 1976, as crianças e os jovens de Soweto terem saído à rua, dezesseis anos após a interdição do ANC, deve ser encarado como o resultado de um trabalho de longa duração por parte da organização negra. O mesmo acontece hoje em dia em relação ao que se passa com

os mestiços. O que acontece hoje com eles nada mais é do que o resultado do trabalho dos seus chefes na África do Sul. Não é uma explosão caída do céu. Soweto estava estritamente ligada ao ANC e a situação atual dos mestiços está ligada à sua organização.

Há ainda uma outra coisa: analisando a estrutura da direção do ANC, sobretudo fora do país, vamos constatar que muitos são mestiços. Se eles trabalham no estrangeiro certamente trabalharão também no interior da África do Sul.

### A força organizadora

*Qual a ligação entre a ação dos mestiços e a seqüência de greves na África do Sul — em Durban, Kaapstad e Port Elizabeth?*

— Tenho que citar Olive: Também, o presidente do ANC, para quem “quando a luta toma grande amplitude ela envolve a todos porque todos somos nacionalmente oprimidos”. Sempre houve greves. Se não se soube da sua existência, se a imprensa não



mencionou, isso foi porque o governo não quis falar delas. Quanto aos processos foram instaurados e quantos membros do South African Congress of Trade Unions (SACTU) foram condenados porque tentaram organizar sindicatos?... Não quero dizer que estes tipos de organizações estejam proibidos na África do Sul, tal como o ANC. Se hoje as greves ocorrem paralelamente com outras ações, isso não quer dizer que os trabalhadores sigam as diretrizes das organizações de mestiços ou do ANC. Mas que a luta se ampliou porque ela começa a arrastar todos os que nela estão envolvidos. E também porque a força organizadora está presente em toda a parte.

*Por que foram os estudantes que desencadearam a ação?*

— Mas eles não desencadearam nada. As coisas não aconteceram inesperadamente como se nunca tivesse acontecido nada, como se nada tivesse sido feito e, de repente, hop. Vocês não podem dizer que foram os estudantes que começaram qualquer coisa. Eles reagiram a um problema que tinha a ver diretamente com eles, o ensino. Os pais deles tinham outras preocupações, a preocupação da comida, do vestuário e, naturalmente, era difícil para eles entrarem em greve por questões de ensino. O assunto foi deixado aos estudantes que nele tinham competência e que dele se ocuparam de um modo muito eficiente porque se tratava de um tema que lhes dizia diretamente respeito. O fato de terem sido capazes de vir para a rua em greve, significa que aprenderam com seus pais as ações políticas corretas. Apenas puseram em prática aquilo que eles ouviam falar diariamente.

*Tem-se falado muito da solidariedade das diferentes comunidades — negros e mestiços, por exemplo — enquanto a atuação do governo tem sido sempre com o in-*

*tuito de dividi-las. Será que o governo falhou totalmente?*

— O governo deu às comunidades estatutos diferentes. Os mestiços eram melhores que os africanos, os indianos eram melhores que os africanos. Não digo que todos os mestiços compreendam realmente as conseqüências disto e não digo mesmo que todos os negros as compreendam, mas quem analisar seriamente a situação vê, claramente, que isto não leva a nada: as vantagens dos indianos e dos mestiços nada mais são do que alterações "cosméticas" que deveriam contentar os africanos. Foi o mesmo que fizeram quando abriram certos hotéis, piscinas, e bancos aos negros: eles sabiam que, quando se tem fome não se vai nadar; quando não se tem dinheiro não se vai ao banco. Estas aberturas não eram válidas senão para uma minoria. Os mestiços compreendem tudo isso, perceberam que se tratava de uma manobra destinada a dividir as comunidades. Esses retalhos legislativos que tentavam enganar a um indivíduo de cor dizendo que ele era melhor que outro não deram resultado.

### O que o governo faz é disparar

*Diz-se que a atitude dos africanos hoje é diferente da de 1976: já não saem para a rua e preferem o treino na luta armada...*

— Não acho que eles tenham deixado de ir para as ruas... Repare que a decisão de emigrar em busca de um treino militar surge depois de um tempo muito grande de demonstrações pacíficas, de boicotes, de greves, de manifestações de protesto que, no seu todo, não conduziram a qualquer alteração fundamental. Nós pensamos, então, que se tentássemos falar com o governo sul-africano, de uma maneira calma, pacífica, ele iria nos escutar. Mas o que

ele fez foi disparar. Ora, não podemos fazer manifestações para eles dispararem em cima de nós e, no dia seguinte, preparar outra manifestação. Se eles disparam é preciso disparar em resposta. Isto não significa que nós não queiramos mais protestar com manifestações, mas sim que a prioridade, a partir de agora, é o treino militar para que aprendamos também a disparar. As greves e os boicotes têm o seu papel na luta — à sua maneira, ajudam à mobilização das pessoas. Mas a prioridade vai hoje para o que as complementa: o treino militar. Esta decisão nos foi imposta. Tínhamos pensado que podíamos resolver o assunto de outra forma.

*E o resultado é a recente ação de sabotagem contra o complexo petrolífero de Sasolburg?*

— Bom, a África do Sul está numa situação de crise econômica, o que o governo não quer confessar. E está também numa crise energética. O governo trabalha, dia e noite, num projeto destinado a extrair petróleo do carvão de madeira. Isto com a ajuda dos Estados Unidos. Devo dizer que a decisão de nos lançarmos contra os instrumentos do regime de *apartheid* não é nova: data da fundação da ala militar do ANC. Todavia, uma vez que o ANC foi proibido houve necessidade de um certo tempo para reorganizar a operação. Mas agora nós podemos dizer que estamos preparados para enfrentar o governo sul-africano.

Ele está em pânico porque se vê desafiado por gente que nunca julgou que tivesse capacidade para fazê-lo. Mas nós fizemos e provamos que ele não é tão forte como pretende fazer crer com todas as suas medidas de segurança e o seu poderio militar. E mais: nem foi capaz de descobrir os agressores. Isto significa que a população se tornou consciente e



que os guerrilheiros puderam se esconder depois da operação.

O governo está em pânico porque nós atingimos os seus meios diretos de existência, o petróleo — e eu garanto que esta não será a última vez. A coisa irá repetir-se. E o que é idiota da parte deles é que a sua única preocupação é a vingança: bater ainda mais forte sem se dar conta de que, ao agir assim, mobiliza a população e põe os jovens ainda mais furiosos, aguçando cada vez mais os seus desejos de fazer ir pelos ares outras instalações.

*O Irã fornecia 80% do petróleo importado pela África do Sul. A decisão do governo iraniano de não fornecer mais petróleo à África do Sul terá pesadas consequências?*

— Evidentemente. O Irã decidiu não fornecer mais petróleo à África do Sul após uma visita da delegação do ANC ao país, quando colocamos todos os nossos problemas em relação ao governo. Mas sabe-se com certeza que há quem compre o petróleo para outros países e que depois o entregue à África do Sul. No entanto, a decisão do governo iraniano continua a ser um sinal de solidariedade que foi provocado pela resistência. Há, certamente, países que não querem boicotar o petróleo para a África do Sul. Mas o que devemos ter em conta, acima de tudo, é o fato de que há países que tentam fazer chegar o petróleo à África do Sul, tirando-o de países que decidiram apoiar a nossa causa.

### Os próximos objetivos

*Ao explodirem Sasolburg vocês atingiram um dos pontos fracos do regime sul-africano. Há outros pontos fracos?*

— Não é intenção nossa matar pessoas. O que realmente queremos é atacar todas as instalações possíveis, capazes de manter vivo

o regime do *apartheid*. Esquadrões de polícia, tribunais, etc. O ANC fez uma lista de coisas e instalações que ajudam o regime a estar de pé. Serão elas os nossos objetivos no período seguinte. Já houve ataques a postos de polícia e a um banco — os bancos, são, sem dúvida, os pilares do regime.

*Dizem que o governo começa a ficar preocupado. Pode-se facilmente deduzir que ele vai tentar dar uma solução militar ao seu problema e a História ensina-nos que os povos que atacam o exército com paus e machados perdem geralmente a guerra. Vocês têm solução para este problema?*

— O orçamento sul-africano de defesa duplicou ou triplicou nos últimos anos. Isto é nitidamente uma tomada de posição contra nós. Em Soweto, na época do aniversário da revolta, proibiram os jornalistas de entrar lá: eles conduzem ali uma guerra e não querem observadores. Há umas semanas, fez-se pela primeira vez no Parlamento uma ameaça pública: "Atenção, vejamos o que a África do Sul fez em duas semanas em Angola — faremos exatamente o mesmo aos países da Linha da Frente se eles permitirem aos terroristas que penetrem na África do Sul a partir do seu território". O clima geral é o desejo de vingança, não apenas contra o ANC mas também contra a população que nos apóia.

Evidentemente que o ANC possui uma "receita" para o problema. Foi o próprio governo quem anunciou ao divulgar a existência de locais de armazenagem de espingardas, metralhadoras e granadas ao norte de Natal, em Joanesburgo. Eis nossa solução: responder com as mesmas armas. Não há outra solução. Temos de nos armar e não apenas no estrangeiro mas no próprio interior do país de modo a intensificarmos a luta.

*Vai ser uma tarefa dura e longa...*

— Pensamos que sim. Vai ser longo e terrível. Verdaderamente terrível... Sabemos que vai haver muito sangue, muitos mortos... Mas já houve tantos!... Pelo menos devemos salvar os que ainda estão vivos. E não podemos salvá-los continuando a fazer manifestações pacíficas. É também importante o fato de que o governo, batendo às cegas, trabalha no sentido de conscientizar as pessoas: elas começam a perguntar a si próprias que tipo de governo as governa. Quando os filhos abandonam a casa, os pais dizem: "bom, o meu filho partiu", e ficam preparados para os acolherem quando eles voltarem. A tomada de consciência não se dá só com os negros: não devemos esquecer de todos esses jovens brancos que se recusaram a prestar o serviço militar porque não queriam dar o seu aval à política do *apartheid*. Até os brancos começam a ver que o sistema está errado. O governo acabará por ficar só com a sua máquina de propaganda.

### Eles têm medo do povo

*As reações do governo mostram o seu pânico mas, ao contrário do que se passou em outros locais, a sua atitude torna-se cada vez mais negativa, sem nenhuma tentativa de alcançar um compromisso.*

— Não devemos analisar a política sul-africana apenas no contexto sul-africano. A sua política é apenas uma parte no todo da prática imperialista.

Quando se argumenta que a África do Sul já se tornou independente há muito tempo e que, portanto, não faz sentido uma luta pela independência, eu digo que a África do Sul teve uma certa independência mas uma independência que, de modo algum, incluiu os africanos. Não





A explosão nas refinarias de Sasolburg

que é uma maneira de protegerem os seus próprios interesses. Quanto a mim, direi que a força política dos brancos é monolítica porque ela não leva em consideração toda a população da África do Sul, mesmo quando fala de mudanças. E enquanto as mudanças não significarem "uma pessoa, um voto", nenhuma modificação terá sentido, nem será encarada como tal pela maioria da população.

#### As semelhanças com Israel

*Há semelhanças cada vez mais evidentes entre os governos da África do Sul, de Israel e de certos países da América do Sul como Chile, Uruguai e Argentina, por exemplo. Vorster disse: "Nós somos pelo nacionalismo-cristão. Podem chamá-lo de um princípio anti-democrático, uma ditadura se quiserem. Na Alemanha o chamaram de nacional-socialismo; na Itália, de fascismo. Na África do Sul nós o chamamos de nacionalismo-cristão".*

— É certo que o governo da África do Sul tem o apoio do governo de Israel. Há na política de ambos o mesmo sentimento de superioridade que os faz acreditar que há pessoas melhores que

outras. Um dos desejos do ANC é acabar, exterminar com as fontes do fascismo. Como sabem, os fascistas que fugiram da Alemanha depois da II Grande Guerra encontram-se na África do Sul. Não é segredo para ninguém que há gente que foi para Alemanha estudar o fascismo para tentar estabelecê-lo na África do Sul.

*O que pensa da proposta do governo sul-africano para abrir conversações sobre uma nova Constituição?*

— O ANC considera que isso só é possível no caso de duas importantes condições serem cumpridas: em primeiro lugar, a libertação de todos os presos políticos na ilha de Robben ou noutros locais; em segundo lugar, a possibilidade de regresso dos líderes políticos, dos líderes que foram escolhidos pelo povo para defenderem os seus direitos. Se o governo sul-africano escolher determinados grupos para falar sobre uma nova Constituição, ignorando as condições do povo, as conversações serão desprovidas de sentido. Não pensem que o ANC não quer conversar sobre a nova Constituição, mas uma discussão dessas só pode ser válida se os dois grupos se sentarem à mesa.

incluiu a maioria das pessoas. E esta é a razão pela qual o governo sul-africano fará tudo para manter o *status quo*. Porque ele tem medo da maioria do povo, da vontade que não é somente de uma maioria de cor de pele mas aquela expressa pelo voto. Todos aqueles que viessem a ser eleitos para o Parlamento, o seriam pelas suas capacidades mas o governo tem medo disso. Não só por eles mesmos mas porque vêm nisso uma ameaça ao capitalismo, ao imperialismo. O governo sul-africano sofre da loucura típica do imperialismo. Se me perguntarem que gênero de pessoas são eles, posso apenas dizer que são imperialistas. Basta ver quem são os amigos do governo sul-africano. Isto torna, evidentemente, a luta na África do Sul ainda mais difícil. É uma luta complexa, uma luta pela libertação nacional e uma luta que ameaça o imperialismo na África. Tentarão tudo e a qualquer preço para manterem o *status quo* porque temem a derrota e a perda do poder, caso todos possam votar. E as mudanças verificadas em toda parte, como por exemplo, no Zimbabwe, toram sempre o resultado de uma luta. O mesmo irá se passar na África do Sul. Não iremos esperar que eles decidam fazer mudanças, iremos exigir os nossos direitos, tal como estamos a fazer neste momento.

*Existem divergências entre as forças políticas dos brancos ou elas constituem um todo monolítico?*

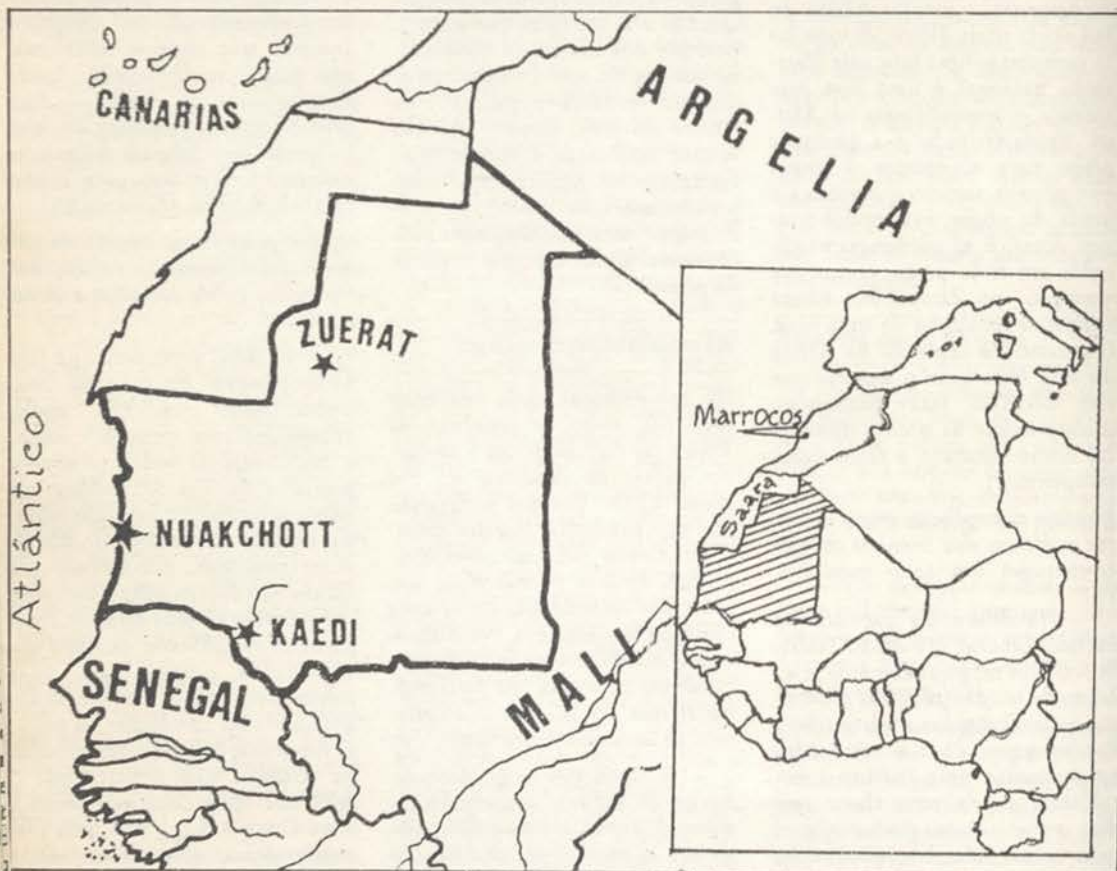
— Há diferentes partidos. O Partido Liberal, o Partido Trabalhista. Mas se, politicamente, eles falam de mudanças, essas mudanças estão limitadas a certo nível. Por exemplo: com as mudanças preconizadas pelo Partido Liberal seria criada uma classe média; certas pessoas podem votar, mas outras não, isto porque há pessoas que não sabem muitas coisas e outras que sabem. O



# O alto preço de um grave erro

*A independência do país e as pretensões imperialistas marroquinas. A guerra com a Frente Polisário e as sérias conseqüências para a economia mauritana. A paz com a República Árabe Democrática Saaraui e o perigo de uma agressão do Marrocos*

Said Madani





Quatro anos de hostilidade contra a Frente Polisário deixaram em ruínas a economia da Mauritânia. Agora, recuperada a paz, o país enfrenta uma outra luta difícil: a reconstrução de sua economia e a marcha para o desenvolvimento.

A Mauritânia é hoje uma nação em reconstrução, depois do terrível desgaste sofrido com os quatro anos de guerra com a Frente Polisário, "o maior erro cometido na curta história do país", segundo os próprios líderes mauritanos. O conflito foi, sem dúvida, um desastre para a economia e uma calamidade política. O difícil processo de desenvolvimento do país ficou virtualmente paralizado pelo desvio de fundos para o financiamento de gastos militares e, sobretudo, pelos severos golpes sofridos pela importante atividade mineira do país, fustigada pela ação da guerrilha polisária.

Além disso, a Mauritânia quase recaiu no perigoso isolamento internacional que sofreu na década dos anos 60, o maior dos obstáculos opostos à sua consolidação como nação independente. Feita a independência no dia 28 de novembro de 1960, a história desta ex-colônia francesa que cobre um milhão de quilômetros quadrados no extremo ocidental da África carregou nos seus primeiros anos de vida a marca do isolamento, que chegou a ter efeitos deformantes sobre a economia e o ordenamento político-social do país.

O maior dos perigos que a Mauritânia teve que enfrentar na década seguinte à sua independência foi, sem dúvida, as pretensões imperialistas do Marrocos, que reivindicava direitos de soberania sobre o vasto e rico território sul da nova Nação.

A ameaça que representava para a Mauritânia a atitude marroquina, pelo menos nos primeiros anos, era de caráter mais político

do que militar, já que a possibilidade de uma agressão armada era dificultada pela presença da Argélia e do Saara Espanhol como um colchão amortizador entre ambos os territórios.

## O Grande Marrocos

Mais grave que o problema militar era o vasto respaldo internacional com que contava Rabat nas suas aspirações de anexação da Mauritânia num "Grande Marrocos". Os marroquinos conseguiram, inclusive, protelar durante um ano a admissão do seu vizinho meridional nas Nações Unidas. Também obtiveram uma declaração da Liga Árabe condenando o novo Estado como uma "criação do imperialismo". Um outro gesto de apoio ao Marrocos, através de um importante grupo de nações que incluía o Egito, a Guiné, Gana, Mali e a então monárquica Líbia, foi a condenação da Mauritânia, em 1961, como agente do colonialismo francês.

Essa hostilidade internacional determinou a inclusão da Mauritânia no grupo das nações de língua francesa da África — as únicas da área que reconheciam seu direito à independência — e, ao mesmo tempo, expôs ainda mais o novo Estado à influência de Paris, facilitando a dominação neocolonial.

No entanto, as mudanças do panorama internacional durante a década de 60 e a habilidade diplomática do presidente Mojtar Uld Dadda — fundador da Mauritânia independente — foram quebrando lentamente o cerco em torno do país.

A primeira conquista de Uld Dadda neste sentido foi o reconhecimento pelas Nações Unidas, finalmente conseguido em 1961. Fortalecida desde o começo pelo importante respaldo da Tunísia, a Mauritânia ganhou outro poderoso aliado em 1962 com a independência da Argélia. Mas o maior triunfo diplomático de

Uld Dadda veio depois: a Mauritânia era convidada para participar, em Addis Abeba, da criação da Organização de Unidade Africana (OUA). O convite irritou os marroquinos que resolveram boicotar o encontro.

## Abrindo-se para o mundo

Os avanços da Mauritânia, seguindo por difíceis caminhos até o seu reconhecimento internacional, foram abrindo com o tempo os países que tinham sido inicialmente aliados de Rabat no bloqueio à ex-colônia francesa, e criando também possibilidades de o país desvencilhar-se das amarras que o prendiam à França, através da diversificação de suas relações exteriores com a abertura para o mundo socialista.

A política internacional da Mauritânia, ditada por Uld Dadda, teve também seus pontos negativos: em novembro de 1975 é assinado com o Marrocos e a Espanha (que se retirava de sua colônia) o Acordo de Madri, pelo qual os dois países africanos dividiam entre si o Saara Espanhol, ficando a região de Saguía El-Hamra (norte) sob controle marroquino e o Rio de Oro (sul) com a Mauritânia. A deterioração da situação interna no país, devido às graves perdas humanas e materiais provocadas pela guerra com a Frente de Libertação do Saara (Polisário), foi debilitando a posição de Uld Dadda até que um "Comitê Militar de Salvação Nacional" o tirou do poder. Foi uma época em que sucederam diversos golpes palacianos, culminando com a subida ao poder do tenente-coronel Mohamed Juna Uld Haidalla, que acumulou as funções de Primeiro-Ministro e Chefe de Estado.

O novo curso dos acontecimentos empreendido com a derubada de Uld Dadda abriu tanto o caminho para a ruptura da desastrosa aliança da Mauritânia com o Marrocos como para a



possibilidade de uma paz em separado com a Frente Polisário, assinada no dia 5 de agosto de 1979. Assim, depois do calamitoso retrocesso empreendido por Uld Dadda em 1975, a Mauritânia retomava o caminho do desenvolvimento econômico e do respeito pelos princípios das grandes organizações internacionais e regionais (ONU e OUA) sobre a autodeterminação dos povos e a estabilidade das fronteiras herdadas no continente africano. Juntamente com a sua recuperação internacional, a Mauritânia partiu para as reformas internas que em parte foram impostas pela guerra com a Frente Polisário.

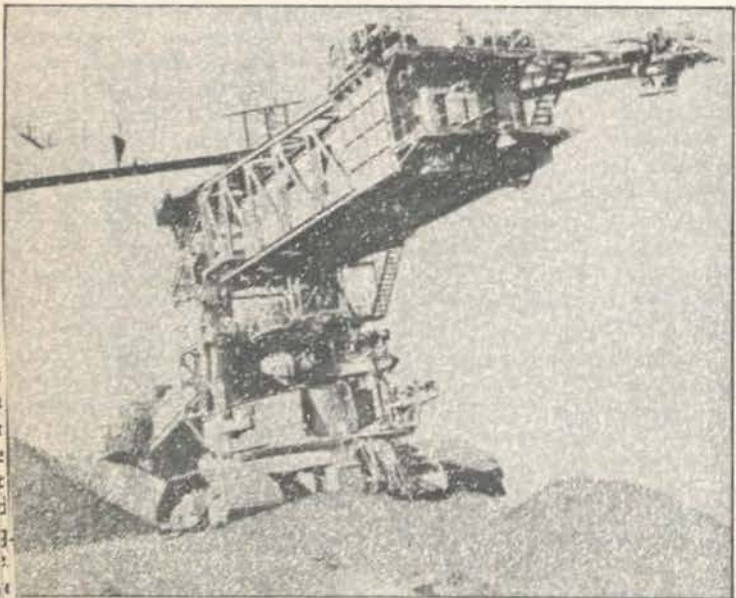
### Um elo entre dois mundos

A Mauritânia é um singular elo entre a África árabe e a África negra. Segundo o censo realizado em 1976, cerca de 25% da população mauritana — 350 mil habitantes — é composta por negros sedentários. Os 75% restantes compõem-se por *bereberes* árabes de tradição nômade, estratificados numa casta dominante e numa classe de escravos libertados — os *haratine* —, que, apesar

de emancipados, mantinham até pouco tempo atrás uma relação de marcado servilismo com seus amos tradicionais.

A guerra provocou o surgimento de tendências rebeldes entre os negros, ressentidos por verem-se forçados a sofrer a pior parte de um conflito que, no fundo, não entendiam nem lhes importava. Algo similar ocorria com os *haratine*, que ainda sem qualquer aliança com os negros, começaram a exigir melhores condições de vida em reação às grandes dificuldades que lhes eram impostas pelas exigências do conflito.

Com a guerra convertida numa convulsão social interna, os novos governantes do país tiveram que fazer concessões para salvar a unidade de um povo tão heterogêneo do ponto de vista étnico. Os negros obtiveram um recuo da maioria árabe, que tentava impor uma política de arabiização do país e que ameaçava afogar as tradições linguísticas e culturais da população africana, no tempo em que as exigências dos ex-escravos abriram possibilidades para um importante plano de reforma agrária.



Após a guerra, a Mauritânia tenta reconstruir o país do desastre econômico

Novos perigos, entretanto, ameaçavam este processo de recuperação e retificação, que tentava superar o erro cometido por Uld Dadda, ao assinar, em 1975, o acordo com o Marrocos e a Espanha. Um exemplo dramático desse perigo foi o bombardeio marroquino, em 29 de julho passado, que atingiu objetivos situados no porto de Nuadhibu, na Mauritânia.

### Uma advertência

Houve contradições sobre a magnitude e a significação do episódio, descrito pelos mauritanos como uma agressão sem precedentes, enquanto fontes de Rabat o caracterizavam como mera extensão accidental de um ataque dirigido fundamentalmente contra elementos da Frente Polisário que operavam no ex-território espanhol do Rio de Oro, junto à fronteira norte da Mauritânia.

Nos meios diplomáticos acredita-se que o episódio teve o caráter de uma advertência do Marrocos à Mauritânia diante das versões de que o governo mauritano estaria inclinado a reconhecer formalmente a República Saaraui. A Mauritânia já reconheceu oficialmente a Frente Polisário ao assinar o tratado de paz, e parece inevitável que esta decisão conduza mais cedo ou mais tarde a um formal reconhecimento diplomático.

O episódio de julho último indica que o Marrocos encararia esse reconhecimento como uma atitude desafiante, temeroso de que esta decisão converta a Mauritânia numa base de operações para que a guerrilha polisária.

O Regime de Nuakchott enfrenta hoje um dilema: o reconhecimento diplomático da República Árabe Democrática Saaraui, conseqüência da assinatura da paz, que poderá provocar um conflito armado com o Marrocos. □



# A inviabilidade da solução militar

*Um dirigente da Frente de Libertação da Eritreia diz que pela força seu povo jamais será submetido. Os recentes movimentos estratégicos dos Estados Unidos no Oceano Índico criaram novas dificuldades para um entendimento pacífico com a Etiópia*

Mohamed Salem





Assinatura, divulgada a 22 de agosto último em Washington, de um acordo que permite à esquerda norte-americana usar a base de Bérbera, na Somália, altera o panorama geo-estratégico do Índico e complica muito a situação naquela área.

Esse, no entanto, não foi um fato isolado, mas sim resultado de uma série de movimentos diplomáticos e militares dos Estados Unidos que se seguiram à perda de dois baluartes de seu poderio militar naquela área e no Oriente Médio: a Etiópia primeiro e, mais recentemente, o Irã. Antes de Bérbera, a esquadra norte-americana já havia conseguido facilidades no Sultanato de Oman e na base de Mombassa, no Quênia.

Com as poderosas intalações aeronavais de Diego Garcia, no centro do Índico, o Pentágono completa uma cadeia de bases que dão à sua esquadra uma grande mobilidade da Índia ao Cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano, com um amplo domínio sobre a rota do petróleo iraniano-árabe.

### Repercussão na Eritréia

As repercussões políticas desse reordenamento estratégico são importantes e uma delas é que incide sobre a situação da Eritréia.

A primeiro de setembro passado, a luta armada nesse país completou dezenove anos. Os movimentos que lutam pela independência comemoram essa data como o "dia da revolução eritréia" e, em geral, no festejam com operações militares contra as forças etíopes que ocupam o país.

A resistência na Eritréia sofreu, nos últimos anos, uma transformação importante. Enfrentando a política expansionista do Imperador Haile Selassie, os eritreus sempre encontraram

um apoio decisivo nas correntes e governos progressistas de outros países. Esse respaldo se refletia no campo militar, onde, no fim do reinado do Negus, era quase total o domínio dos movimentos de resistência sobre o país. A ocupação etíope só era efetiva na proteção aos portos, aeroportos e vias de comunicação, assim mesmo submetidos a ataques constantes das forças patrióticas.

Com a vitória da revolução contra Selassie, houve um momento de esperança em uma solução pacífica do conflito com a Etiópia. As negociações então realizadas esbarraram em duas intransigências insuperáveis: da parte etíope, a exigência de que um novo estatuto político para a Eritréia não fosse além de uma autonomia administrativa regional, enquanto os dois movimentos de resistência eritreus, a Frente de Libertação (FLE) e a Frente Popular de Libertação (FPLE) — este de tendência marxista — exigiam a independência total e incondicional. (Há um terceiro movimento, uma dissidência da FLE chefiado por Osman Sabhe, que não tem maior representatividade).

Fracassadas as negociações, intensificaram-se as operações militares. Com uma força de intervenção de grande poder — alguns analistas consideram que a Etiópia tem, atualmente na Eritréia, entre 80 e 90 mil soldados — os etíopes consolidaram suas posições em Asmara e no posto de Massáua e ampliaram consideravelmente sua presença no interior. Os eritreus admitem que sofreram derrotas e tiveram que ceder terreno, mas insistem em que a ocupação etíope se limita ao perímetro urbano das cidades mais importantes, enquanto é absoluto o seu domínio no resto do país.

### Solução pacífica

Dirigentes eritreus não perdem, contudo, a esperança de

uma solução negociada para essa confrontação. Partem do princípio de que são um povo com história, cultura, hábitos e idioma totalmente diferentes dos etíopes. São muçulmanos, enquanto os seus vizinhos são majoritariamente cristãos. E seriam hoje um Estado independente se não fosse a invasão etíope, que se seguiu à derrota italiana na segunda guerra mundial. Como se sabe, os italianos, no período do fascismo, ocuparam, além da Líbia, na África do Norte, a Etiópia e a Eritréia na África Oriental. Quando foram expulsos desses dois últimos países principalmente pelos exércitos ingleses, Selassie ocupou a Eritréia, primeiro por mandato das Nações Unidas e, logo depois, como um ato unilateral de incorporação. Apesar das decisões em contrário das Nações Unidas, reclamando a autodeterminação desse país, os etíopes ali ficaram.

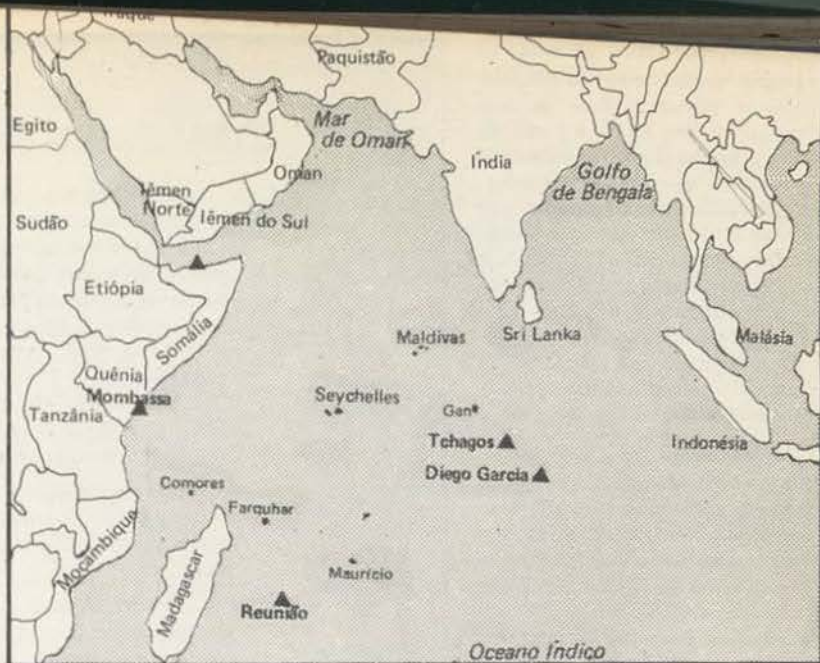
Os dirigentes eritreus não perdem a esperança de uma solução negociada. Um deles é Omar Alim, um jornalista conhecido no Mundo Árabe, diretor da Agência Eritréia de Notícias, que tem sua sede em Damasco, na Síria.

Alim considera que a revolução etíope está dominada por um espírito militarista, mas que essa situação pode mudar, sobretudo porque mais cedo ou mais tarde seus líderes chegarão à conclusão de que, pela força, jamais submeterão os eritreus. E não terão outro caminho senão o de reconhecer sua independência.

Se a Eritréia se tornar um Estado independente, a Etiópia perderá seu acesso ao mar e esse é um ponto crucial do desentendimento. "Isso não seria uma catástrofe para os etíopes, nos diz Omar Alim. Há muitos países no mundo que não têm portos marítimos e se desenvolvem normalmente. Uma Eritréia independente daria à Etiópia toda as facilidades de que necessita nos



## BASES MILITARES



seus portos e, inevitavelmente, os dois países estabeleceriam relações de intercâmbio muito estreitas”.

### O apoio externo

A importância de uma Etiópia revolucionária é reconhecida por muitos Estados e correntes progressistas. A derrubada da monarquia foi uma séria derrota para o domínio imperialista da região e a consolidação de um regime revolucionário, que tem realizado apreciáveis avanços políticos, econômicos e sociais, fortaleceu as lutas progressistas na África. Daí porque tem sido constante o empenho de setores avançados em muitos países de estimular negociações diretas entre etíopes e eritreus, o que, até hoje, não tem surtido efeitos positivos.

Alguns desses setores mantêm seu anterior apoio aos eritreus, enquanto outros assumiram posições neutras, procurando abrir um caminho ao entendimento. Agora mesmo, se desenvolviam em capitais árabes discretas negociações de paz, que o acordo so-

mali-norte-americano pode frustrar. Omar Alim mostra-se satisfeito porque organizações de esquerda partidárias da independência da Eritreia não modificaram sua posição. Entre elas, está o Partido Comunista Italiano, que continua a lhes dar apoio.

Segundo Alim, também não se modificaram as relações com o mundo socialista, particularmente a União Soviética. “É uma distorção dizer que os soviéticos nos ajudavam militarmente e deixaram de fazê-lo depois da revolução etíope. Mantivemos sempre relações amistosas, mas nunca fomos militarmente ajudados pela URSS. Dos países socialistas, só Cuba nos ajudou no passado.”

Vem sendo publicado que há cubanos entre as forças etíopes na Eritreia, perguntamos ao dirigente eritreu.

“Não é verdade. Não há combatentes cubanos na Eritreia e nem mesmo funcionários civis. Nos foros internacionais, apesar de suas estreitas relações com o regime etíope, Cuba mantém

sempre uma atitude de respeito à nossa posição.”

Para Omar Alim, as relações freqüentemente conflitantes entre os dois movimentos, a FLE e a FPLE, melhoram. Foram positivas as negociações com a intenção de estabelecer um comando unificado, e as diferenças ideológicas têm sido discutidas num campo estritamente doutrinário.

O apoio árabe, segundo Alim, tem sido decisivo à luta de independência dos eritreus, mas é de igual importância a compreensão das forças progressistas no mundo, pois eles podem desempenhar um papel importante: vencer os dirigentes da revolução etíope a abandonar a via militar — que jamais será vitoriosa — e a estabelecer negociações justas com a Eritreia, na base do reconhecimento à sua independência, capaz de assegurar um entendimento fraterno e duradouro entre os dois países.

As perspectivas desse entendimento se enfraqueceram com as últimas manobras norte-americanas no Oceano Índico. Além do



problema da saída ao mar, os etíopes levam muito em consideração a vulnerabilidade de suas fronteiras. Em 1977, a partir de uma rebelião de um movimento separatista na região do Ogaden, majoritariamente habitada por etnias de origem somali, a Somália invadiu a Etiópia. Se não fosse a ajuda externa, particularmente dos cubanos e dos iemenitas do sul, com o apoio de armamentos soviéticos, os etíopes poderiam ter enfrentado uma situação militar muito difícil.

Desde então, apesar do cessar-fogo, não cedeu a tensão entre Somália e a Etiópia, com frequentes conflitos fronteiriços. Os Estados Unidos se aproveitaram dessa situação e, em troca de armas à Somália, conseguiu facilidades na base de Bérbera. Os etíopes receberam esse acordo como uma ameaça à sua independência e como um ato que se choca com o Movimento dos Países Não-Alinhados, contrário ao estabelecimento de bases estrangeiras nos países aliados.

É evidente que esse fato altera a correlação estratégica do Índico.

A União Soviética é um dos principais apoios com que conta a revolução etíope. "Mas esse apoio tem que estar assentado em bases concretas e uma delas é a sua capacidade de nos dar respaldo logístico", nos disse um dirigente etíope. Em palavras mais claras: pode significar facilidades portuárias à esquadra da URSS. E a única base anti-submarina com que podem contar os soviéticos na região para enfrentar os norte-americanos, é o porto eritreu de Massáua. Assim, a independência da Eritreia passa a inserir-se num contexto geo-estratégico ainda mais complexo, como resultado da militarização do Índico, promovida pelos Estados Unidos contra o protesto e os desejos dos países da região e do seu órgão máximo de poder, o Movimento Não-Alinhado. □

## Bérbera

O grande banquete oficial comemorativo da independência de Moçambique — 25 de junho de 1975 — terminou já na madrugada de 26. Pouco depois de se levantar o último brinde, estávamos a caminho do aeroporto, a convite do presidente da Somália, Siad Barre, que, regressando a seu país, fazia uma visita protocolar a Madagascar e Tanzânia. Siad Barre era, então, presidente da Organização de Unidade Africana (OUA) e foi nessa posição que representou a África na data magna dos moçambicanos.

Na viagem, disse que haveria tempo para a entrevista, à qual dava prioridade por ser a primeira vez que falava a um jornalista latino-americano.

No hotel Juba, de Mogadíscio, nos esperava poucas horas depois da nossa chegada outra surpreendente viagem: ao porto de Bérbera, com uma dúzia de jornalistas ocidentais, que se empenhavam em "provar" que ali funcionava uma base soviética. O ambiente era tenso, com rebites de novela policial.

De Hargeisha, antiga capital da Somália britânica, a Bérbera, fomos de helicóptero de fabricação soviética, deixando o avião que vinha nos transportando desde Mogadíscio. Dentro do aparelho a temperatura era de 45 graus, mas o tempo político e jornalístico ficou ainda mais quente quando um correspondente norte-americano, parece que da NBC, tirou de uma bolsa uma coleção de fotos que ele dizia ser da base soviética, feitas através de um satélite de espionagem.

Já dentro da base somali, o desentendimento se generalizou. Os oficiais da base nos permitiram entrar até certo limite e sugeriram que, daí para diante, fosse apenas uma comissão de três. O embaixador Mohamed Said Samantar, que chefiava a comissão do governo, sugeriu três nomes para a tal comissão: o do norte-americano das fotos do satélite, de J.C. Pomonti, do "Le Monde" e o meu. O correspondente da Reuters, um inglês de bermudas e cachimbo — o que não era muito original — com uma forte dose de insolência impugnou minha inclusão na lista, alegando que não me conhecia. Disse-lhe que a recíproca era verdadeira, embora pudesse adivinhar em que andava ele...

Afinal, entramos e nada do que vimos autorizava a admitir que aquela fosse uma base de mís-



## Quero-quero's operation"

seis ocupada pelos soviéticos. Com os franceses a menos de 200 quilômetros, em Djibuti, e num momento de grande pressão do governo de Paris sobre a Somália, nada mais natural do que os somalis tivessem ali uma base para sua defesa. O que não havia era sinal de presença soviética.

Pomonti também opinava o mesmo. Mas não só o norte-americano das fotos do satélite como os demais correspondentes anglo-saxões decidiram-se pela existência da base. Um deles foi claro: "Vim convencido disso e nem seria preciso vir aqui para confirmar minha suspeita".

Já em Mogadíscio, no dia seguinte, tive que atender a muitas chamadas telefônicas de jornalistas nacionais e estrangeiros que desejavam conhecer minha opinião. Passei, assim, de entrevistador a entrevistado. No clube de imprensa, disse a dezenas de colegas o que pensava a respeito e contei a história do *quero-quero* (pássaro brasileiro) e sua tática de defesa: põe os ovos num lugar e vai cantar muito adiante, para não revelar a exata posição do ninho.

O que estava acontecendo era isso: os norte-americanos acabavam de desovar uma bruta base em Diego Garcia, a cerca de 1.000 milhas da costa da Somália e foram cantar em Bérbera, para confundir a opinião internacional.

A história do *quero-quero* (tero-tero na versão anglo-espanhola) provocou uma complicação na cabeça de alguns correspondentes, sobretudo do chinês da Sinjuá que me exigia uma série de especificações sobre a ave, que só os ornitólogos estariam em condições de dar.

No dia seguinte, a anedota aparecia com um cabeçalho pomposo na imprensa internacional: "Quero-quero's Operation".

### Como pensava Siad Barre

Afinal, saiu a entrevista com o Presidente Siad Barre, também muito interessado em conhecer melhor o *quero-quero*. Siad Barre tem um peculiar hábito de trabalho: troca a noite pelo dia. Não foi assim nada estranho que nos recebesse às 2 da madrugada, bem disposto como se estivesse às 5 da tarde. A entrevista envolveu muitos problemas e, como não podia deixar de ser, um que ganha hoje nova atualidade: a base de Bérbera. Eis aqui o que nos disse o Presidente da Somália: "O

que está se fazendo é lançar uma propaganda insidiosa que não tem outra meta senão justificar a instalação de bases imperialistas na região. A União Soviética tem ajudado muito a Somália em diferentes campos. Porém, a União Soviética nunca solicitou à Somália bases militares no seu território. E a verdade é que se ela houvesse feito esse pedido, a Somália não o teria aceito, como não o aceitará jamais, quem quer que o peça. O povo da Somália e o seu governo revolucionário estão convencidos de que a presença de bases estrangeiras em um país é um exemplo tangível de colonialismo ou de imperialismo, porque uma base representa um instrumento de dominação. A Somália considera que a presença de bases estrangeiras é um sinônimo de instabilidade na região. E mais ainda quando estão instaladas em países subdesenvolvidos. Além disso, concretamente, quando as bases estão no Oceano Índico, se agita ante nossos olhos o germe de uma terceira guerra mundial".

Seria interessante ouvi-lo hoje sobre o mesmo tema.

Das visitas que fiz à Somália saí bem impressionado com o clima de discussão ideológica e o esforço comum no sentido de se construir uma nova sociedade, diferente da que fora herdada do colonialismo. Havia muita criatividade e o processo estava impregnado de um evidente sentido popular. Um grupo representativo de líderes civis e militares trabalhava com entusiasmo na construção de um sistema que acreditavam desembocaria no socialismo.

O general Siad Barre insiste em afirmar que sua opção socialista não mudou, mas não é fácil explicar, hoje, como um regime que se proclama anticapitalista e antiimperialista entrega uma base ao Pentágono, implantando os "marines" no cerne do seu sistema de segurança militar. Desconheceria ele o que isso representa de risco à soberania e à livre determinação do seu povo?

E os jornalistas ocidentais que encontramos em Bérbera "revoltados" com o acesso dos soviéticos a essa base? Eles se mostravam, então, extremamente zelosos na defesa da soberania da Somália, no caso da "base soviética", que depois se comprovou não existir. Como reagiriam hoje à presença comprovada dos Estados Unidos no uso das instalações de Bérbera?

Neiva Moreira



## Polônia: greve no regime socialista

Quando eram grandes as esperanças das correntes anti-socialistas do ocidente de uma confrontação violenta entre os grevistas poloneses e o governo de Varsóvia, formalizou-se o acordo que pôs fim às greves.

As principais reivindicações operárias foram atendidas. Algumas delas se referiam a acordos anteriormente consagrados na legislação mas não cumpridos. Outras ampliavam a participação dos trabalhadores na condução dos seus sindicatos, a liberdade da organização gremial e definiram critérios mais claros sobre a liberdade de informação. Exigências puramente salariais ou de condições de trabalho figuraram no conjunto das reivindicações atendidas.

O êxito desse amplo e completo entendimento resultou não apenas da serenidade e firmeza com que se conduziram os grevistas, como também da posição conciliatória assumida pelo go-



Walesa e os filhos: a liderança de um movimento de reflexão para o futuro do socialismo

verno. Também contribuiu para isso a influência da Igreja no sentido de um acordo negociado.

Curiosamente, em países em que as greves são reprimidas ou onde não são permitidas ou, en-

tão, nos meios de comunicação, onde as causas dos trabalhadores encontram menor ressonância ou são abertamente combatidas, é que se deu mais destaque à informação sobre as greves. Subitamente os operários poloneses encontraram defensores ou simpatizantes entre políticos e governantes que, em seus países, se incluem entre os mais notórios adversários do progresso social e dos direitos dos trabalhadores.

No fundo, o que se buscava era desmoralizar o sistema socialista adotado na Polônia e puxar a brasa para as já gordas sardinhas do capitalismo.

Havia, por outro lado, a esperança de que as greves levassem ao colapso o governo polonês e que os tanques soviéticos, repetindo os episódios de Budapeste e Praga, entrassem na Polônia.

Como nada disso ocorreu, passou-se a especular a hipótese de que o substituto do sr. Gierek — comprovadamente enfermo do coração, deixou o posto de secretário geral do Partido — Stanislaw Kania, levasse ao poder uma mentalidade repressiva policial.

## Exportações para pagar dívidas

A Argentina encontra-se entre os países que deverão enfrentar grandes pagamentos da sua dívida externa neste resto de ano de 1980, ocupando o quinto lugar entre os maiores devedores, depois da Venezuela, que deve pagar 12.600 milhões de dólares, Brasil (11.280 milhões), México (10.600 milhões), Espanha (7.070 milhões). O país seguinte, Argentina, deverá pagar 6.950 milhões, vindo a seguir a Coreia do Sul, com 6.710 milhões de dólares.

A volumosa dívida externa argentina tem preocupado os círculos financeiros internacionais porque representa 90 por cento do valor das exportações do país, que, neste ano, serão inferiores às de 1979.

O semanário *The Economist* prevê um desequilíbrio de 2 mil milhões de dólares para o fim deste ano, visto que as exportações não serão superiores a 7.500 milhões de dólares, enquanto que as importações elevar-se-ão a 9.600 milhões. Essa última cifra representa uma magnitude superior de quase 3 mil milhões de dólares em relação às importações do ano passado.

A única coisa que poderá melhorar o sombrio panorama, será um aumento dos preços das matérias-primas de origem agropecuária no mercado mundial, o que não parece provável que aconteça.

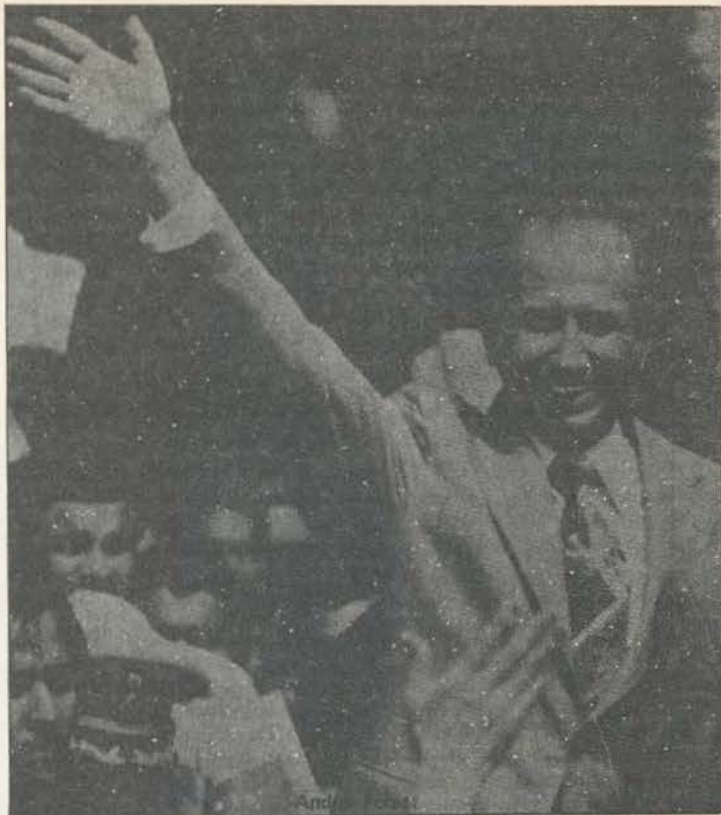


Kania desfez essas esperanças e reafirmou o seu apoio aos acordos. Foi mais longe. Disse que os "sindicatos devem ser parceiros na administração e defensores dos trabalhadores". E assinalou que as greves foram "o resultado do protesto dos trabalhadores contra os erros da administração".

Isso não significa que tudo tenha terminado na Polónia como se ontem nada tivesse ocorrido. Não é assim. Um país socialista foi sacudido por um movimento grevista de grande amplitude. O primeiro-ministro, vários ministros e altos funcionários foram demitidos sob a pressão dos acontecimentos e a economia do país, já com sérios problemas, viu aumentar suas dificuldades.

O mais importante, contudo, é o debate ideológico que se verifica no país e que deve culminar no congresso extraordinário do Partido, já convocado com o objetivo de uma análise da crise. Essa discussão é muito necessária e salutar para o movimento socialista. Teoricamente, um Estado socialista é um Estado de trabalhadores e os meios de produção devem estar nas mãos destes. A greve não devia ser, assim, um instrumento necessário à correção de erros e desvios, embora, em princípios, não seja nem deverá ser proibida.

Mas, quando, no sistema socialista, há necessidade de se recorrer a esse método de luta para a conquista de direitos, então algo anda mal e não só a autocrítica, mas medidas corretivas eficazes são imprescindíveis e urgentes. O fato de que o partido e os operários da Polónia estejam reunidos em torno da defesa do sistema socialista e desejem corrigir os desvios ideológicos que ocorrem na Polónia é positivo. O Congresso extraordinário do Partido será, assim, decisivo para o futuro político da Polónia.



primeiro presidente da Associação Latino Americana para os Direitos Humanos

## Equador:

### **direitos humanos e democracia**

□ Foram realizadas em Quito, em agosto último, duas importantes reuniões latino-americanas. A primeira de um grupo de dirigentes políticos, personalidades religiosas e militantes sindicais preocupados com o problema dos direitos humanos na nossa região. O presidente do Equador, Jaime Roldós e o presidente eleito da Bolívia, Siles Zuazo foram os presidentes de honra desse evento.

O grave e urgente problema de preservar os direitos humanos na América Latina foi analisado sob múltiplos aspectos. Uma das conclusões da reunião foi a de que há muitas iniciativas isoladas de defesa dos direitos humanos mas que era necessária uma coordenação das mesmas, de maneira a lhes dar maior eficácia.

Foi assim que nasceu a Associação Latino-americana para os Direitos Humanos, cujo primeiro Comitê Executivo eleito



pela assembléia de Quito ficou assim constituído: Presidente, Carlos Andrés Perez (Venezuela); Vice-Presidentes, Monsenhor Leonidas Proaño (Equador) e Alfredo Vásquez Carriosa (Colômbia). Membros: Jaime Paz Zamora (Bolívia), Fabiola Letelier (Chile), Oswaldo Guayasamin (Equador), Guillermo Manuel Ungo (El Salvador), Gustavo Carbajal (México), Rubén Berrios (Porto Rico), José Francisco Peña Gómez (República Dominicana), Leonel Brizola (Brasil); Secretário Executivo, Horácio Sevilla (Equador).

Nos estatutos da nova Associação se defende o "apoio à luta pela independência e soberania nacionais, às transformações econômicas, sociais e políticas, para estabelecer e afiançar sistemas democráticos de caráter popular", que assegurem a plena vigência dos direitos humanos.

A ligação entre a democracia e os direitos humanos estabelecida nesse documento ressalta um aspecto fundamental da luta dos nossos povos. A Associação, cujo dirigente máximo, o ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Perez — que promete uma renovada militância nesse campo —, foi recebida com muita simpatia na América Latina.

A outra reunião foi uma das assembléias periódicas da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal), fundada no México no ano passado e que vem realizando um positivo trabalho político em defesa da causa democrática na América Latina. A Conferência tem tido destacado papel no respaldo à consolidação da revolução da Nicarágua e tem dado apoio militante a outras lutas de libertação, como a que se trava em El Salvador, Guatemala e outros países latino-americanos, vítimas de ditaduras repressivas.

O comunicado final da reunião expressa um caloroso apoio à resistência na Bolívia, conclamando os partidos filiados e outros setores democráticos latino-americanos a uma solidariedade militante com a luta liderada pelo presidente Siles Zuazo.

Sobre a posição das forças armadas bolivianas, a Conferência assinala: "A Coppal ressalta a atitude das Forças Armadas de vários países do continente, que defendem a institucionalidade democrática ou que contribuíram a estabelecê-la nos últimos tempos.

Consciente de que nas fileiras do exército boliviano há setores com sentido nacionalista e democrático, a Coppal lhes faz um apelo para que se juntem à luta patriótica e nacionalista que visa restabelecer o governo constitucional legalmente eleito no pleito de 29 de junho passado".

O presidente da Conferência, Gustavo Carbajal, presidente do Partido Revolucionário Institucional do México (PRI) era um dos vários delegados presentes com representação de partidos no poder.

Esse fato, somado ao reconhecimento da legitimidade do governo do Presidente Siles Zuazo, dá mais vigor aos acordos, ali tomados, de apoio à resistência boliviana.

## Direita comanda as ações na Guatemala

O predomínio da direita no governo guatemalteco impede as reformas e acordos nacionais necessários para pacificar o país, denunciou o ex-vice-presidente do país, Francisco Villagran Kramer, que se asilou em Washington, devido às perseguições e assassinatos que estão levando a Guatemala ao caos político.

Villagran Kramer fundou com Manuel Colón Argueta a "ala socialista" de seu partido, mas desde então e principalmente depois de ascender à vice-presidência, viu a sua imagem política se desgastar dia a dia e, também, a morte de diversos companheiros de escola e de profissão, assassinados pelo terrorismo de direita.

Estudantes e professores universitários, perseguidos pela ultradireita, também estão se isolando. A comunidade católica de Izabala denunciou a perseguição a religiosos e o ataque feito a essa comunidade com granadas. A morte de quatro sacerdotes católicos em menos de três meses vem provocando a maior crise entre o Governo e a Igreja desde 1871, quando um governo liberal separou a Igreja do Estado. É também expressivo o número de religiosos que está deixando o país.

O novo vice-presidente do Governo do general Romeo Lucas García, coronel Oscar Men-



donza Azurdia, não é um novato em questões políticas: em 1957 tomou parte no triunvirato que assumiu o poder, depois do misterioso assassinato do coronel Carlos Castillo Armas no próprio palácio presidencial. Castillo Armas foi o líder da invasão em 1954 que derrubou o Governo Constitucional de Jacob Arbenz, numa operação organizada pela CIA e pela United Fruit Company.

## FILIPINAS

### Contra a Lei Marcial

A abolição imediata da Lei Marcial através de eleições nacionais "para salvar o país do desastre" foi exigida por líderes da oposição filipina em declaração pública feita na cidade de Manila. Exigiram também a destituição do presidente Ferdinand Marcos e a substituição do seu regime. O documento condena os Estados Unidos pelo seu apoio à ditadura e acusa o regime de corrupção, terrorismo e de prática sistemática da tortura.



ajudando com o petróleo a América Central e o Caribe

### O Petróleo mexicano

Em seu quarto informe anual, realizado diante de deputados, governadores, líderes políticos e sindicais e representantes do corpo diplomático, o presidente López Portillo dedicou um amplo espaço ao tema petróleo.

O Chefe de Estado mexicano informou que as reservas existentes no país são agora de 60 milhões de barris, suficientes para 60 anos. E assegurou que já são produzidos 2 milhões e 300 mil barris por dia, o que coloca o México em quinto lugar na produção mundial depois da União Soviética, Arábia Saudita, Estados Unidos e Iraque. Essa produção era a meta para 1982. Assim mesmo, o presidente anunciou que, em 1981, serão produzidos 2 milhões e 700 mil barris por dia.

A política nacionalista do México em matéria de petróleo — iniciada em 1917 quando se aprovou a Constituição — teve o seu grande momento quando o presidente Lázaro Cárdenas expropriou as companhias estrangeiras em 1938. O presidente López Portillo elogiou no seu informe o acordo que seu país assinou com a Venezuela — outro importante produtor sul-americano de óleo cru — para abastecer com petróleo a América Central e o Caribe, com amplos créditos e auxílios financiados. Afirmou ainda que este deve ser um exemplo para outros países "não só em matéria de petróleo mas também em todos os campos do desenvolvimento, do respeito mútuo e da justiça social internacional".

Os recursos petrolíferos permitiram um impulso de certos setores que obtiveram menção especial no informe do Presidente. Assim, foi dito que se espera dar ocupação a 2,2 milhões de pessoas entre 1980 e 1982, segundo o novo plano de emprego, reduzindo-se a taxa de desemprego para 9,9 por cento.

Cinco milhões de hectares serão abertos para a agricultura até 1982, dando um novo impulso à reforma agrária, com um aumento de 100 por cento do investimento público no setor.

No "sistema alimentar" iniciado este ano, definiu-se a meta de 9,1 quilogramas ao ano para o consumo de peixe por pessoa. O plano prevê ainda a criação de cooperativas pesqueiras e a expansão da infra-estrutura portuária.

Dos 68 milhões de habitantes do país, um terço estará cursando a escola ou participando de algum tipo de ensino aberto, afirmou o Presidente. Pela primeira vez na história do país, disse ele, todas as crianças terão possibilidades de fazer o curso primário que, pela Constituição, é obrigatório.



## A luta da Swapo

Violentos combates foram travados na região de Outapi, na Namíbia, quando tropas do regime de Pretória enfrentaram as colunas do movimento de libertação, Swapo. Dois helicópteros foram derrubados. Pertenciam a uma esquadrilha de seis aviões que apoiava a infantaria sul-africana. Poucos dias antes, os patriotas namíbios tinham destruído um campo situado a noroeste dessa região, que pertencia a uma companhia da cavalaria sul-africana, onde capturaram seis caminhões e diversos materiais militares.

O aumento das operações armadas da Swapo e a audácia de suas investidas demonstram o maior desenvolvimento do seu

potencial militar. Num comunicado de guerra que faz um balanço dos últimos meses, a Swapo descreve a atual situação político-militar, afirmando que "está próxima a declaração unilateral da independência".

A vitória do Zimbábue deu um grande impulso à luta nessa colônia alemã, situada ao sul de Angola e ocupada militarmente pela África do Sul. No final do mês de julho, foi realizada uma reunião extraordinária do Comitê Central da Swapo. A reunião teve uma importância especial pela conjuntura em que se realizou, numa etapa de ofensiva do movimento de libertação. A decisão mais importante do Comitê Central foi "a expulsão de elementos reacionários conduzidos pelo ex-vice-presidente da Swapo, Mishake Muyongo, que já há algum tempo trabalha contra a or-

ganização, recebendo instruções da África do Sul". "Temos provas de que Muyongo queria separar a Faixa de Caprivi (uma extensa zona do país) do resto do território nacional, opondo-se ao princípio da Swapo de lutar para libertar toda a Pátria e criar um Estado unitário", afirmou Lucas Pohamba, membro do Comitê Central do movimento. Pohamba esteve recentemente em Moçambique para entregar uma mensagem de Sam Nujoma, presidente da Swapo, a Samora Machel.

A África do Sul quer dividir a Namíbia em *bantustões*, no estilo da política que aplica em seu próprio território. A Swapo, no entanto, vem se opondo sistematicamente a essa política. No dia 26 de agosto passado, foram completados 16 anos do desencadeamento da luta armada na Namíbia.

## Tanzânia regulamenta investimentos

Foram editados na Tanzânia, recentemente, dois manuais definindo as características que assumirão os possíveis investimentos no país. A intenção é a de atrair capitais estrangeiros, mas ao mesmo tempo, limitar o seu raio de ação.

Chamadas pelos seus editores de "Manual para investidores na Tanzânia" e "Anuário para a promoção de projetos industriais", as duas publicações delimitam os setores da economia em que pode investir o capital privado, seja em empreendimentos conjuntos com o Estado ou de forma individual.

Definem-se como "investidor", os governos locais ou estrangeiros, companhias, instituições e indivíduos que desejem investir capitais ou implantar técnicas gerenciais. Salienta-se, en-

tretanto, que o fato de não se cortar a possibilidade dos investidores privados operarem no país, de forma nenhuma implica no abandono dos princípios socialistas.

As categorias de indústrias nas quais pode haver investimento cem por cento privado são as do setor têxtil, as de tecnologia de alimentos e indústrias químicas e de sabão.

No caso de indústrias que lidem com minérios, açúcar, papel, florestas, o governo primeiro analisará as propostas e fará as investigações necessárias para estabelecer *joint-ventures*.

Outras indústrias, como a de carvão, a de produção de gás natural e petróleo cru, as salinas e as indústrias vinculadas à defesa, além da administração pública e

do transporte ferroviário e aéreo, devem ser controladas pelo Estado.

O Ministro da Indústria, Cleopa Msuya, falando por ocasião do lançamento dos manuais, assinalou: "Os investimentos públicos continuam sendo o principal agente da industrialização na Tanzânia, mas a empresa privada pode complementar esses esforços com investimentos na produção de bens de consumo, maquinaria e equipamentos, industrialização de algumas matérias-primas e em alguns setores nos quais os bens e serviços públicos são insuficientes.

Este ano, foi lançado na Tanzânia um plano com prazo de vinte anos para acelerar o processo de industrialização e assim estabelecer as bases para a produção nacional de bens básicos.



# O isolamento de García Meza

*O governo, sem nenhum apoio dos setores da vida política, social e econômica do país. As atividades clandestinas da Central Operária Boliviana (COB) e a resistência do presidente eleito Hernán Siles Zuazo.*

*A instabilidade do regime diante da violência indiscriminada e da incapacidade de governar*



Renato Andrade

um projeto político a médio prazo, evidenciaram, desde o primeiro momento, que os golpistas do dia 17 de julho eram muito eficientes quando se tratava de reprimir e assassinar indiscriminadamente; politicamente, no entanto, mergulharam num isolamento suicida. Assim, afirma-se com razão que o êxito tático-militar não poderá dissimular por muito tempo o tremendo erro estratégico das forças de García Meza. Os fascistas de La Paz perderam a confiança e a credibilidade de setores essenciais do país: a Igreja — Católica e Protestante — e os empresários privados. Além disso, cortaram os laços com todos os grupos políticos, além da corrente militar institucional, inimiga em potencia e, por vezes declarada, dos golpistas.

Em sua mórbida fobia anti-esquerdista, os seguidores de Luis Arce e seus aliados paramil-

A vitória militar de García Meza não tem suporte político nem alternativa econômica, o que torna muito precária a estabilidade de seu governo", afirmou a Central Operária Boliviana (COB) no primeiro comunicado às suas bases desde que passou à clandestinidade. Dois meses após o golpe militar que depôs a presidente Lydia Gueiler, só há uma coisa que o regime ditatorial pode ostentar:

a sua vitória militar. Mas, evidentemente, isso não é suficiente para se governar um país. É necessário desenvolver algum projeto econômico, conseguir um respaldo financeiro e, sobretudo, contar com uma base social e algum tipo de estrutura política que dê uma certa estabilidade e perspectivas ao regime.

A brutalidade dos métodos e a inexistência de um critério para



cares cometeram os mais execráveis desatinos. Isso isolou-os definitivamente de setores sociais e de personalidades que poderiam ser neutralizados com uma atitude mais inteligente.

Diante desse quadro, não causou surpresa a atitude da última reunião de bispos católicos realizada em Cochabamba, que condenou energicamente a Junta Militar num extenso documento: "Temos tomado conhecimento da dor e da morte violenta de cidadãos, prisões, torturas físicas e psicológicas, blitz e roubos, destruição de estações de rádio e de outros bens, perseguições e ameaças a pessoas sem culpa, demissões em massa de empregados e operários, negação de salvos-condutos a asilados em representações diplomáticas, confinamentos, desterros e outros abusos. Numerosos sacerdotes e religiosas foram detidos, alguns torturados, quase todos submetidos a tratamentos humilhantes. Três dezenas de casas religiosas foram invadidas, muitas saqueadas. Um grande número de padres e freiras teve que se ocultar devido às ameaças recebidas". O documento da conferência episcopal não faz mais que refletir sinteticamente as posições do povo católico e dos padres que tinham e têm uma atitude militante. As famílias do Arcebispo de La Paz, assim como os pronunciamentos da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos, integrada por pessoas de diversos setores do país, circulam clandestinamente e fortalecem a posição.

#### rise no exército

Os empresários privados — suporte do banzerismo — sentem, ora, que a máfia no poder não oferece nenhuma perspectiva para seus negócios nem tampouco num projeto econômico. Não existem possibilidades financeiras que lhes assegurem uma perspectiva de estabilidade empresa-

rial. Houve e continua havendo casos de empresários e de profissionais vinculados a eles que têm sido detidos por vários dias. Nem os banqueiros, tradicionalmente aliados dos ditadores, acreditam na viabilidade do atual regime.

O setor onde a crise se apresenta mais aguda é no próprio exército. O coronel Vargas Salinas, ex-comandante de Cochabamba, foi destituído, embora tenha resistido à decisão de ser enviado para o exterior, como pretendiam os militares do Palácio Quemado. Hoje, ele se movimenta comodamente pelas ruas de La Paz e é ostensivo o seu contato com amigos da época em que era ministro do Trabalho no governo Banzer. É conhecida a sua violenta reação contra o emissário que lhe mandou García Meza com a finalidade de lhe comunicar a sua destituição do comando de Cochabamba. Vargas Salinas o prendeu como resposta à destituição.

O ex-Comandante de Cochabamba expressa, na realidade, toda uma corrente militar de direita suficientemente lúcida para compreender o erro estratégico do golpe de 17 de julho, que pode custar caro a toda instituição militar num futuro próximo.

#### Resistência

Os partidos políticos (inclusive os de direita que aceitaram como um mal menor a campanha eleitoral) também não têm sido atraídos pela Junta Militar boliviana.

Dentro desse contexto de isolamento interno, tanto no campo social e político como no próprio exército, é que os sindicatos e a atividade clandestina da COB, seguindo uma velha tradição, estão articulando todo um esquema de trabalho que se estende desde os centros mineiros aos sindicatos fabris, alcançando

até as comunidades camponesas. As resoluções da COB que circulam no meio operário, assim como os decretos do governo de Unidade Nacional, firmados por Hernán Siles Zuazo, encontram um ambiente extremamente propício. Esse ambiente expressa a oposição natural das massas populares e também daqueles setores que o regime de García Meza levou à oposição por força do seu radicalismo.

Os asfixiantes vencimentos da dívida externa a curto prazo e os vencimentos normais, que se estimam em mais de 30% das exportações, são outros fatores contra os golpistas. Os banqueiros internacionais acabam de adiar os pagamentos para janeiro de 1981, mas não houve consolidação ou renegociação da dívida como queriam os militares.

Frente à perspectiva de um difícil e quente verão, os assessores militares argentinos têm planejado e estão organizando um corpo especial de repressão, cuja sede será a cidade de Viacha (a 20 km de La Paz, centro de outros regimentos). Nesse local está sendo selecionado pessoal militar de alta qualificação em todas as Armas. A falta de visão de García Meza, Arce Gomez, Eden Castillo e outros, não nos autoriza a pensar que eles possam ser afastados do poder pacificamente, nem mesmo como resultado de mudanças internas nas próprias Forças Armadas, que poderiam contar com o beneplácito de Washington.

Em resumo: se por um lado se pode afirmar que estamos constatando uma certa consolidação militar dos golpistas bolivianos, por outro, a falta de viabilidade política e a existência de uma oposição extensa e generalizada fazem prever a acumulação de contradições e uma instabilidade que favorecerá, a médio prazo, a resistência democrática. □



# O Pacto do Cone Sul

*A participação dos serviços de segurança argentinos no golpe militar. O excesso de confiança da esquerda depois das eleições. Uma entrevista exclusiva com a viúva do general Juan José Torres, presidente da Federação Democrática das Mulheres Bolivianas*

García Meza não é apoiado por ninguém, somente pelas baionetas... Há um repúdio total, inclusive da empresa privada", afirmou a senhora Torres em casa de amigos bolivianos também perseguidos pela atual ditadura. E acrescentou: "Não há nenhum setor social que os apóie, sustentando-se unicamente pela força das armas, e procurando atemorizar e paralisar a resistência popular. Há milhares de presos, milhares de patriotas que permanecem na clandestinidade escondidos. A repressão faz operações diárias, em plena luz do dia, de buscas e controle em todos os bairros, nas vias de acesso à cidade, isto é, o

governo de García Meza se sustenta unicamente apoiado no terror policial e militar".

*A senhora foi acusada pela ditadura de quê exatamente?*

— Até agora desconheço a acusação oficial que determinou a minha expulsão. Mas, extra-oficialmente, sei que a principal acusação é sobre a minha atividade à frente da Federação Democrática das Mulheres Bolivianas (FDMB).

*E o que é essa organização?*

— É uma organização de mulheres que trabalhou durante dois anos para a integração da mulher boliviana na vida social,

política e cultural do país. Em julho do ano passado, fizemos o primeiro congresso nacional da Federação e traçou-se um plano de trabalho cultural que abrangia todo o país. Na aplicação desse plano, realizou-se um seminário sobre o papel alienante dos meios de comunicação e sobre a sua incidência sobre a mulher. Trabalhamos nos bairros pobres, realizamos cursos de alfabetização, ensinávamos sobre os direitos da mulher e da necessidade da sua integração nas organizações sindicais, sociais e populares. Tentou-se conseguir a superação social e cultural da mulher trabalhadora, operária, camponesa, profissional, dona de casa. Procuramos conseguir a sua conscientização como ser social e humano.

**Apoio financeiro de Videla**

*Como a senhora caracteriza o atual governo boliviano?*



Desde os primeiros dias de setembro se encontra no México — expulsa pelo governo de García Meza — a senhora Ema Oblea de Torres, viúva do ex-presidente da Bolívia general Juan José Torres, assassinado na Argentina em 1976. Ema Torres desempenhava, até recentemente em seu país, a função de presidente da Federação Democrática de Mulheres da Bolívia, uma combativa instituição com atuante participação na vida política do país, tendo sido uma das incentivadoras da greve de fome em massa que conseguiu obter a anistia e o regresso dos exilados no ano passado.

Desde que assumiu o seu posto na Federação de Mulheres, Ema Torres trabalhou intensamente junto à mulher boliviana, contribuindo para a sua tomada de consciência. Por todas as difíceis situações que tem vivido e pela sua militância, Ema Torres é uma pessoa autorizada a falar de seu país.



— Na verdade, este não é simplesmente um golpe a mais dos muitos golpes "habituais" que se deram na Bolívia. Este é um golpe fascista, que teve e tem assessoramento de serviços especializados da inteligência militar das forças armadas da Argentina e que também tem o apoio financeiro e comercial do governo do general Videla. Esta intervenção argentina na Bolívia é tão descarada que podemos vê-la claramente nos meios de comunicação — totalmente sob o controle da ditadura — já que, tanto na televisão estatal como nas emissoras de rádio, são inúmeros os programas e filmes de origem argentina. O pessoal responsável pela revista aos que saem do país, expulsos ou exilados, é constituído por agentes policiais argentinos. Na realidade, as características deste golpe militar estão naquilo que se chamou *Pacto do Cone Sul*. Isto não é coisa nova. No ano de 1976, começaram as ações coordenadas entre as polícias e os exércitos dos países do Cone Sul controlados por ditaduras militares. Foi quando, sob essa coordenação supranacional, começaram os assassinatos de patriotas e de dirigentes comprometidos com a libertação dos seus povos, como o general Prats, Orlando Letelier, os uruguaios Zelmar Michelini e Hector Gutiérrez Ruiz e o general Torres. O que acontece hoje na Bolívia é a consolidação desse pacto. Basta recordar que no último mês de novembro, quando se produzia na Bolívia o golpe de Natusch Busch, realizava-se em Bogotá uma reunião dos exércitos de toda a América, onde foi clara a intenção e os propósitos de desenvolverem uma ação coordenada, uma espécie de cruzada repressiva e antidemocrática, dentro dos objetivos daquilo que se denomina como a doutrina de segurança nacional. E essa coordenação teve o seu primeiro fruto reacionário agora no nosso país.

*A senhora crê na possibilidade de um contragolpe?*

— Em linhas gerais, não podemos descartar essa possibilidade. As figuras que estão à frente da ditadura são muito desprestigiadas e sofrem resistência dentro do próprio exército. As características um tanto insólitas desta ditadura permitem a previsão de que a qualquer momento poderão aflorar as disputas internas, que já existem. Mas, para nós, para a oposição democrática da Bolívia, essa não seria a mudança a que aspiramos. A verdadeira mudança será a entrega do governo àqueles que foram democraticamente eleitos, isto é, o governo de unidade nacional que preside Hernán Siles Zuazo. Uma simples troca, será uma troca entre eles...

*Não será previsível um contragolpe de parte do setor chamado "geracional" ou "institucional" das Forças Armadas?*

— O problema é que as Forças Armadas estão presas à "verticalidade de comando". Esses oficiais com idéias progressistas não têm hoje comando de tropa nem podem se expressar livremente. Têm então que admitir esse governo, que submeter-se a ele até que possam recuperar forças, até que em algum momento — se os deixam — possam assumir o controle de comandos importantes.

#### Um excesso de confiança

*Um tema que preocupa toda a América Latina é o que parece ser uma virtual impossibilidade ou incapacidade de defender com êxito as diferentes aberturas democráticas ou governos populares (Bolívia de 71, Chile, Argentina, e novamente a Bolívia). O caso boliviano atual é rodeado do maior dramatismo, pois a preparação do golpe era pública e notória. Quais são as razões que impediram a esquerda e o governo de Lydia Gueiler de tomar as medidas necessárias para garantir o respeito à vontade popular?*

— Creio que houve um excesso de confiança da esquerda, fruto do enorme triunfo popular. O que, definitivamente, resultou numa falsa confiança. Não podemos esquecer que houve três eleições (1978, 1979 e 1980) e em todas elas as massas populares se expressaram, de maneira bem clara, a favor de um governo popular e democrático. Viveu-se então — hoje o vemos mais claramente — uma etapa eleitoralista, triunfalista e não sei se prepararam a resistência e os instrumentos necessários para a defesa desse triunfo popular.

*E o Comitê Nacional de Defesa da Democracia?*

— As forças políticas democráticas e populares criaram o *Conade*. Mas também ali não foi estruturada uma organização que pudesse atuar em todos os campos. Havia um certo temor de que a sua atuação irritasse as Forças Armadas. Os altos comandos militares qualificaram o *Conade* de órgão extremista quando foi criado, dizendo que ele preparava milícias armadas, a luta armada, etc. Pelo medo de cair no que era qualificado como "provocação", os partidos populares não se preocupavam muito em fortalecer esses organismos, que converteram-se em algo sem força.

*Quais são as tarefas prioritárias do momento atual?*

— O importante hoje para a Bolívia é coordenar o apoio ao governo de unidade nacional, presidido por Hernán Siles Zuazo e unificar as forças para a resistência interna. Temos que conseguir uma convergência popular e, de certa forma, esquecer as siglas e unificar a ação das organizações operárias e populares para que imponham o governo de unidade nacional, que representa a vontade majoritária do povo boliviano. □



# A abertura ameaçada

*As intimidações e os atentados à bomba contra a redemocratização do país. A opinião da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) através de seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho*

J. Kappa



O enterro de dona Lyda da Silva: dor e revolta

Agência O GLOBO

Desde que setores democráticos foram conquistando espaços na vida política do país, ameaças e intimidações foram as primeiras manifestações de uma escalada terrorista que culminou com a morte da funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lyda Monteiro da Silva, no mês passado, quando uma carta-bomba explodiu na sua mão. O fato não só comoveu toda a Nação, pela brutalidade e pela morte de um inocente, mas principalmente irritou a todos aqueles que de uma forma ou de outra estão envolvidos na luta pela democracia:

a impunidade chegava a limites insuportáveis.

Anteriormente, as ameaças e intimidações já se tinham materializado em destruição e bombas. Os principais alvos eram jornais da imprensa alternativa. Diversos deles tiveram suas redações completamente destruídas. Criando coragem e cada vez mais audácia, esses grupos antidemocráticos passaram para a agressão pessoal, como aconteceu com o jurista Dalmo Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Igreja, agredido na porta de sua casa por vários homens.

Impunes mais uma vez, o método se popularizou: padres, freiras e populares foram espancados quando da instalação do Governo do sr. Paulo Maluf, Governador de São Paulo, na Freguesia do Ó, por exercerem o livre direito de se manifestarem publicamente contra aquela autoridade.

## Retorno ao Estado de direito

No entanto, em momento algum essas demonstrações de força conseguiram interromper o trabalho desenvolvido em prol do Estado de direito. O próprio



presidente Figueiredo, por diversas vezes, manifestou-se pelo prosseguimento da abertura e pelo seu compromisso com a democracia. Bancas de jornais em diversos Estados brasileiros foram atacadas à bomba e ameaçadas de destruição maior, caso voltassem a vender publicações consideradas de esquerda.

Explodiram o automóvel do deputado opositor Marcelo Cerqueira, atacaram a tiros o escritório de advocacia do Deputado Airton Soares, líder do PT (Partido do Trabalhador) na Câmara, um dia depois dele ter denunciado, com fotos, a existência de uma força paramilitar atuando em São Paulo.

Num mesmo dia, três violentas bombas explodiram no Rio de Janeiro: no jornal "Tribuna Operária", destrói a redação; na Câmara dos vereadores, aleija o assessor do vereador Antônio Carlos de Carvalho; na OAB, mata Lyda Monteiro da Silva. A perícia indica que o explosivo é de um material importado restrito no Brasil. No dia seguinte, por pouco a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também não sofre os danos de uma carta-bomba. Ninguém é identificado.

Em Brasília, atiraram no carro em que viajava o deputado Genival Tourinho (PDT). Quatro homens o assaltaram levando uma pasta com papéis, entre os quais estavam documentos de denúncia contra o terrorismo.

### Compromisso com a democracia

É nesse contexto e nesse clima que buscamos a opinião de uma das instituições visadas pelos grupos antidemocráticos, a ABI. Barbosa Lima Sobrinho, seu presidente, fala do momento atual político brasileiro.

*Como o sr. vê a "abertura" em relação à imprensa?*

— Nós vemos a abertura como uma conquista provável, uma vez que o presidente da República reconheceu que o Brasil precisava retornar ao regime democrático que havia abandonado em 1964. Esse reconhecimento do Presidente veio ao encontro de todas as lutas que a Associação Brasileira de Imprensa vinha travando desde 1964. Logo que se instalou o regime ditatorial, a ABI tomou posição e lutou sem descanso para um retorno à verdadeira democracia. Aliás, o programa da ABI, quando eu assumi, tinha como luta prioritária o retorno ao Estado de direito.

*A liberdade de imprensa no Brasil parece estar um tanto limitada, uma vez que o Estado manipula uma verba publicitária de muitos milhões de cruzeiros, que é fundamental para o desenvolvimento da grande imprensa, dos grandes jornais. Essa veiculação publicitária poderia estar, muitas vezes, vinculada a um controle da informação por parte do Governo, o que seria uma forma de censura. Como o sr. vê esta questão?*

— Quando foi criado o Ministério das Comunicações, eu escrevi um artigo definindo o meu ponto de vista e mostrando que se tratava de verificar a opção que iria ser adotada por esse ministério. Porque, se ele utilizasse as verbas de publicidade sem facciosismo, eu compreendia perfeitamente; mas se era para transformar essas verbas num instrumento de um grupo de pressão para favorecer correntes governamentais, isso, decerto, não poderia ter a aprovação geral e muito menos a boa vontade da imprensa, uma vez que só iria servir à imprensa que estivesse à disposição do governo, ou seja, defendendo os interesses do governo.

### Um esforço

*Mas o sr. acha que essa situação existe de fato ou não?*

— A liberdade de imprensa no Brasil é mais um esforço do que uma realidade. É um esforço que tem seus pontos positivos, mas que tem também alguns aspectos negativos, a começar por essa infirmitude de processos que existem contra manifestações que nem sempre tiveram o intuito de caluniar ou de injuriar a quem quer que seja. Como se dá também com um outro aspecto de uma outra liberdade, que é a inviolabilidade da tribuna parlamentar, que não é respeitada integralmente. E se não é respeitada integralmente a inviolabilidade da tribuna parlamentar, nós não vamos imaginar que também se está respeitando de uma maneira total a tribuna jornalística.

*Como o sr. vê a atual Lei de Imprensa?*

— Nós temos nos insurgido contra a Lei de Imprensa e sobretudo contra a Lei de Segurança. No momento em que foi mandado ao Congresso o projeto da Lei de Segurança, já nessa ocasião nós fizemos um longo estudo da Lei e colocamos nossas objeções a todos os preceitos que nos pareciam abusivos e negadores dessa liberdade de expressão. Eu não posso compreender, por exemplo, a apreensão de jornais. A apreensão de jornais feita pelo Poder Executivo é uma violação da liberdade de imprensa porque, num regime de ampla liberdade, o Governo não pode apreender nenhum jornal sem um pronunciamento do Poder Judiciário. Quando se diz liberdade com responsabilidade o que se quer dizer, exatamente, é que desde que o jornal esteja registrado devidamente no registro das pessoas jurídicas, ele tem direito de circular; e essa circulação só pode ser interrompida com uma intervenção do Poder Judiciário. É nesse sentido que se pode entender a liberdade com responsabilidade, que é uma liberdade que tem também que ser respeitada pelo poder político.



Como o sr. analisaria o papel da imprensa alternativa nesse contexto?

— Essa é uma outra tese que nós defendemos aqui de maneira intransigente. Nós achamos que só há liberdade de imprensa com a existência, a presença e a ação de imprensa alternativa. A opinião se divide em vários setores e se alguns desses setores têm a oportunidade de se manifestar e se organizar através de imprensa de grande circulação, existem outros setores de opinião que também têm o direito de se manifestar.

### Todos devem se manifestar

Na sua opinião, a imprensa alternativa estaria cumprindo bem o seu papel? Como o sr. explicaria os atentados às bancas de jornais e às redações de vários jornais alternativos? Seria fruto da sua competência ou da sua incompetência?

— Acho que a imprensa alternativa está cumprindo o seu papel. Nesse ponto eu nunca esqueço a lição de D. Pedro II. Quando ele escrevia conselhos à Regente, no momento em que ia para a Europa e o governo passava a ser exercida pela sua filha, dizia que ela devia tolerar os excessos da imprensa, que muitas vezes eram desabafos da oposição, mas que não mereciam nenhuma repercussão maior porque, se fossem injustos, cairiam por si mesmos e se fossem justos estariam atendendo ao dever do próprio jornalismo.

Os atentados à bomba são ações de terrorismo que estão se expandindo de tal maneira que, de 1968 até hoje, já se registraram no Brasil mais de 70 atos de terrorismo contra diversas entidades e associações. Esses atos visam o quê? Visam organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que não está fazendo mais do que cumprir com o seu dever. A OAB pertence,



Barbosa Lima Sobrinho: de 1968 até hoje foram registrados mais de 70 atos de terrorismo contra entidades e associações

por lei, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e, portanto, se pertence por lei a esse Conselho, tem a obrigação e o dever de se manifestar toda a vez que tiver pela frente uma violação desses direitos da pessoa humana. Como explicar o fato de uma organização que está estritamente cumprindo o seu dever seja atacada por bombas, não só por essa recente mas por outra que lá explodiu há alguns anos, num tempo em que nós também sofremos aqui na ABL um atentado à bomba. Nós também não fazemos mais do que cumprir o nosso dever, uma vez que fazemos parte do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Temos que estar vigilantes e acudindo a todos esses direitos que por algum motivo sejam violados ou que sofram qualquer ameaça.

O sr. acredita que o governo está completamente inocente nesses episódios?

— O presidente da República fez declarações tão peremptórias que eu não vejo como duvidar delas, mesmo porque não me parece que a pessoa do presidente João Figueiredo seja um homem que oculte pensamentos ou que tenha atitudes hipócritas ou de aparências. Ele me dá a impressão de um homem realmente sincero. Creio que ele deseja apurar e evitar daqui por diante esses atos de violência. No entanto, ante a opinião dele e a realização dessa opinião através dos órgãos de repressão há uma grande distância, pois os órgãos de repressão costumam criar todos os obstáculos à apuração de atentados em que eles ou seus amigos distantes estejam de qualquer modo envolvidos. Essa é uma experiência que se pode ter à margem de todos os processos policiais no Brasil, porque não são raros os processos policiais que se organizam, mais preocupados em castigar a vítima do que ao verdadeiro culpado.





# Multinacionais: o perigo também vem do Oriente

*Um projeto agrícola destinado a internacionalizar 500 mil quilômetros quadrados, quase 7% do território brasileiro. O veto do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e os grandes interesses que estão por trás da iniciativa japonesa*

Hélio Duque <sup>1</sup>

autor é deputado federal da oposição, pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)

terceiro  
mundo



O território brasileiro encontra-se invadido pelas corporações multinacionais em todos os seus setores dinâmicos. Em relação à propriedade da terra, 10% é a área já titulada na posse de empresas multinacionais. Com o agravante de que existem 30 mil declarações de posse da terra ainda não devidamente cadastradas junto ao In-cra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A isso, some-se uma brutal concentração da posse expressada no fato de que 1,7% da população detém 52% do total das terras brasileiras.

No campo, perambulam os exércitos de miseráveis, hoje compostos por um contingente de mais de 10 milhões de desempregados rurais. Esse número aumenta diariamente, a partir do instante em que se impôs ao País uma agricultura de exportação, com a implantação de uma sofisticada técnica produtiva, através do fornecimento de instrumentos poupadores de mão de obra, pelo lado dos insumos químicos e mecânicos. Eles são fornecidos num ciclo de permanente dependência por empresas multinacionais que assim, dentro do modelo da agricultura conservadora que passamos a praticar, assumem um efetivo controle da situação. Faltam os produtos básicos, como arroz, feijão e milho, responsáveis no ano passado por importações da ordem de 320 milhões de dólares. Em 1969, quando a população era de 90 milhões de habitantes, produzimos 2,22 mil toneladas de feijão. Em 1979, quando a população atingia 118 milhões de habitantes, a produção decresceu para 2,17 mil toneladas.

A terra, que já é concentrada e mal utilizada, passa a servir aos desígnios exportadores das multinacionais que começam agora a ocupar espaços na própria frente produtiva, não se contentando mais em ter o domínio do forne-

cimento dos insumos básicos e do fluxo de comercialização.

### Perigo oriental

Vem do Oriente, mais precisamente do Japão, a nova estratégia posta em prática pelo capital estrangeiro. Com a conivência de expressivos setores do próprio governo, a ação dos japoneses — através da Japan International Corporation Agency, organização do próprio governo do Japão da International Development Center of Japan, e da Japan-Brazil Agricultural Development Corporation, formada por empresas e pessoas físicas do Japão — mostra o nível de dependência a que chegou o Brasil.

Além da ocupação de áreas de terras em várias regiões do País, os nipônicos empreendem uma vigorosa ação destinada a internacionalizar o equivalente a quase 7% do território brasileiro, na região do cerrado e no centro-oeste, próximo a Brasília.

No Parlamento, o fato já foi denunciado, mostrando que o Brasil não pode aceitar a internacionalização de uma área de 500 mil quilômetros quadrados, da qual fazem parte as regiões do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e a região de Pirapora, em Minas Gerais, com a ocupação, por grupos japoneses que produziram soja, milho e sorgo destinados ao mercado externo. É o que prevê estudo elaborado pela "Japan International Corporation Agency", já entregue ao governo Figueiredo, de acordo com a vontade da Agência de Cooperação Internacional do Japão e do Centro Internacional do Desenvolvimento do Japão, órgãos contratantes do "Estudo de Desenvolvimento Regional de Três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, República Federativa do Brasil".

É mais um escândalo. Instituições japonesas já contratam a elaboração de estudos para ocupação de vastas áreas do nosso

território, bem como a concepção trilateral. O estudo foi elaborado por onze técnicos japoneses, que são os Srs. Chujiro Ozaki, Yuji Nakajima, Takashi Sato, Hitoshi Yanase, Naohiko Toda, Masamitsu Totiyama, Hiroshi Yamamoto, Noburu Takebe, Kiminari Tachiyama, Fumicatsu Tachibana e Tetsuo Wakui, além do brasileiro Mário Bhering, representante dos Estados analisados pelos nipônicos.

O objetivo central é, como diz o estudo da "Japan Agency", na sua página 2: "Atribuir competitividade internacional à maciça quantidade de produtos agrícolas dela provenientes e embarcá-los para os grandes mercados externos de cereais, através de instalações portuárias localizadas nas proximidades de Vitória, no Espírito Santo". Na página 5, diz: "Há necessidade de encontrarem-se meios que possibilitem a plena utilização das potencialidades agrícolas da região do cerrado, transformando-a em um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, e com o propósito de aumentar ainda mais a importância da posição ocupada pelo Brasil dentro do cenário internacional".

Quanto aos meios de transporte, afirmam na página 6: "metade da rota (cerca de 500 km) a ser percorrida pelos produtos agrícolas até o porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, é coberta pela moderna ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce, que é dotada de uma grande capacidade de transporte".

Além da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no trecho Vitória-Nova Era (MG), os demais roteiros para cobrir o corredor de exportação nipônico seriam cobertos pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA), garantindo transporte rápido, seguro, estável e barato aos produtos a serem exportados.



## Enclave agrícola

Na verdade, o que o Japão deseja é um grande enclave agrícola na região central do País, com um corredor de exportação preferencial de mais de mil quilômetros por onde escoaria a fantástica produção de grãos vinda dos cerrados, com destino aos mercados externos, especialmente o mercado japonês. Foi fixado o ano de 1990 como limite para o projeto alcançar seu desenvolvimento mais acentuado, com a exploração dos produtos agrícolas originários da área ocupada, disciplinadamente definida como área A e B.

O Brasil entraria com tudo e, sem dúvida, será prejudicado se viabilizar tal projeto. A entrega de sua soberania e a mutilação do nosso território, afetando diretamente a própria segurança nacional, eis o que seria uma área sob controle produtivo alocado ao mercado internacional. Acrescente-se que todas as doa-

ções de infra-estrutura caberiam ao País, além de incentivos variados.

Ainda a respeito dos investimentos de infra-estrutura, diz a "Japan Agency", nas págs. 12 e 13: "Em princípio, isto pode ser conseguido através da criação de fazendas de grande porte a serem exploradas com mentalidade empresarial, buscando usufruir de todas as vantagens oferecidas pela escala de suas atividades. É também recomendável criarem-se paralelamente fazendas de pequeno e médio porte, funcionando em sistema de operação coletiva, sob uma orientação técnica e apoio seguros por parte das autoridades". Mais abaixo, nessa mesma página 14, advogam medidas fiscais relativas à aquisição de terras, créditos e outras formas de incentivo.

### Contra a proposta

Logo que a "Japan International Corporation Agency" oficializou o seu estudo, o Instituto de

Planejamento Econômico e Social, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, vetou os termos da proposta, desaconselhando o Brasil a aceitar a ocupação dos cerrados, de acordo com a proposta japonesa. O Instituto afirmou, em sério e fundamentado relatório, que a proposta era temerária e nociva ao nosso País. Num de seus trechos dizia: "No entanto, está prevista no estudo ampla concessão de subsídios ao transporte para tornar competitivo o preço final. Da mesma forma é sugerido que todos os investimentos realizados sejam feitos pelas companhias ferroviárias envolvidas, para não onerar financeiramente as referidas companhias e não elevar os fretes pois, do contrário, os preços dos produtos não seriam atrativos (para os compradores, isto é, os próprios japoneses). Efetivamente, o que se postula são subsídios aos importadores". E continua: "Os ônus decorrentes dessa empreitada são: contrair mais emprésti-

# O outro lado da verdade

cadernos do  
**terceiro mundo**

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

Cr\$ 900,00

Cr\$ 1.200,00 (mais o Guia do terceiro mundo)

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

**editora terceiro mundo ltda.**

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro



mos no exterior (bancos japoneses), ocupar uma extensa área, já muito valorizada, apenas com produtos para exportação e, o que talvez seja o mais importante, além de eliminar outras alternativas de exploração, intensificar o êxodo rural”.

O estudo do Ipea não mereceu do Governo a importância devida, pois existem grupos de tecnocratas desejosos de viabilizar o projeto. Em certo trecho, o Ipea demonstra que a concentração da terra, como desejam os nipônicos, seria fatal, com graves reflexos sociais: “Sob este ponto de vista, o projeto da “Jica” apresenta um pecado original — desocupar, desempregar e expulsar trabalhadores. Por causa disso, ele vai de encontro não só a essas necessidades nacionais mas, até mesmo, a um programa especial do Governo para a região”.

Apela o Ipea para o caso concreto do cerrado brasileiro que pode e deve ser repensado em níveis de ocupação compatíveis com os interesses nacionais, mostrando que a solução que o Brasil deve implementar é de desenvolvimento de projetos, onde a repartição da terra esteja presente, ao lado de um planejamento agrícola que ajude o País a alcançar a auto-suficiência em vários itens da nossa pauta de consumo.

### O Ipea mostra a saída

E mostra a verdadeira saída: “Nos dias de hoje, com a técnica disponível, pode-se produzir no cerrado, obedecendo à aptidão do solo e através de sistemas de produção consorciados, para os quais as empresas associativas são as mais habilitadas, o seguinte leque de culturas: TEMPORÁRIAS — arroz, feijão, soja, trigo, milho, sorgo, mandioca, algodão, mamona, etc.; PERMANENTES — café, babaçu, frutas cítricas e inúmeras espécies frutíferas que poderiam inclusive ser utilizadas para o reflorestamento; SEMI-PERMANENTES — cana-de-açú-

car, etc; REFLORESTAMENTO — eucalipto e outras espécies de ciclônais curtos com raízes profundas”.

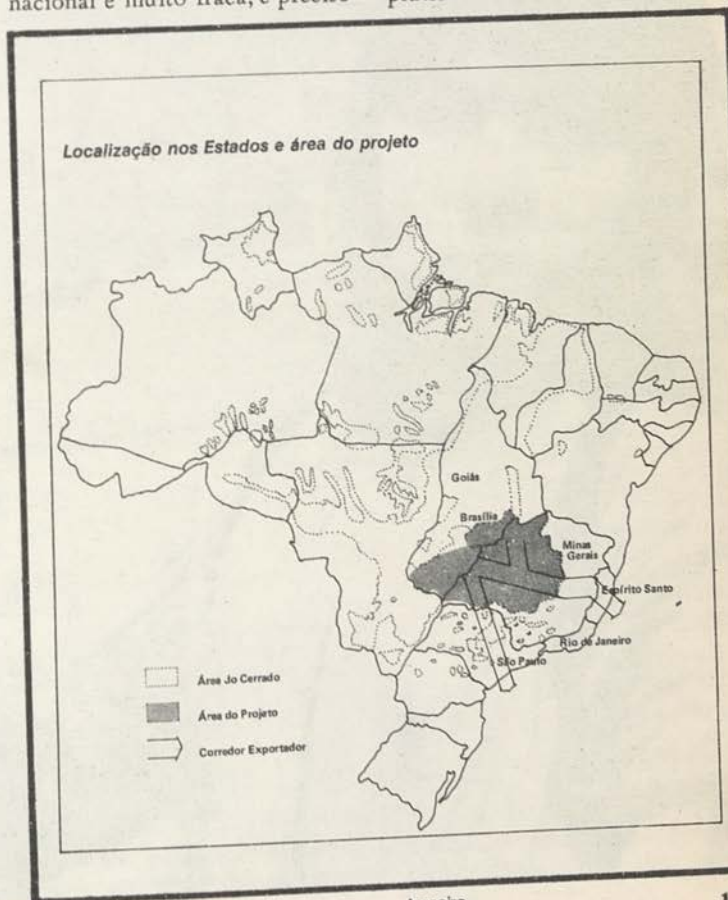
E continua: “Reservar esta área, com imenso potencial, para a produção exclusiva de grãos para o mercado externo também não pode interessar ao País. Isto seria o submetimento às condições monopolistas ou oligopolistas vigentes internacionalmente, na medida em que não temos controle sobre o mesmo”.

As razões técnicas produtivas foram todas rechaçadas pelo próprio Ipea, mas o seu trabalho não está recebendo dos tecnocratas do Planejamento e setores afins o nível de importância fundamental que detém.

Com efeito, como a memória nacional é muito fraca, é preciso

como, por exemplo, a viagem, no final de fevereiro último, ao Japão, dos srs., Akihiro Ikeda, assessor econômico do Planejamento e Paulo Yokota, do Inbra, não estaria no bojo de negociações envolvendo essa área? E é bom não esquecer que o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, é integrante do staff da Sharp, subsidiária da “Sharp Corporation” que tem sede em Osaka. E ainda mais: a recente viagem do ministro dos Transportes, Eliseu Rezende, ao Japão não teria sido para tratar dos aspectos de transporte em relação ao projeto japonês no cerrado?

Mais um capítulo do entreguismo e subserviência ao capital estrangeiro, que o estado autoritário, num desrespeito à Nação, pratica. □

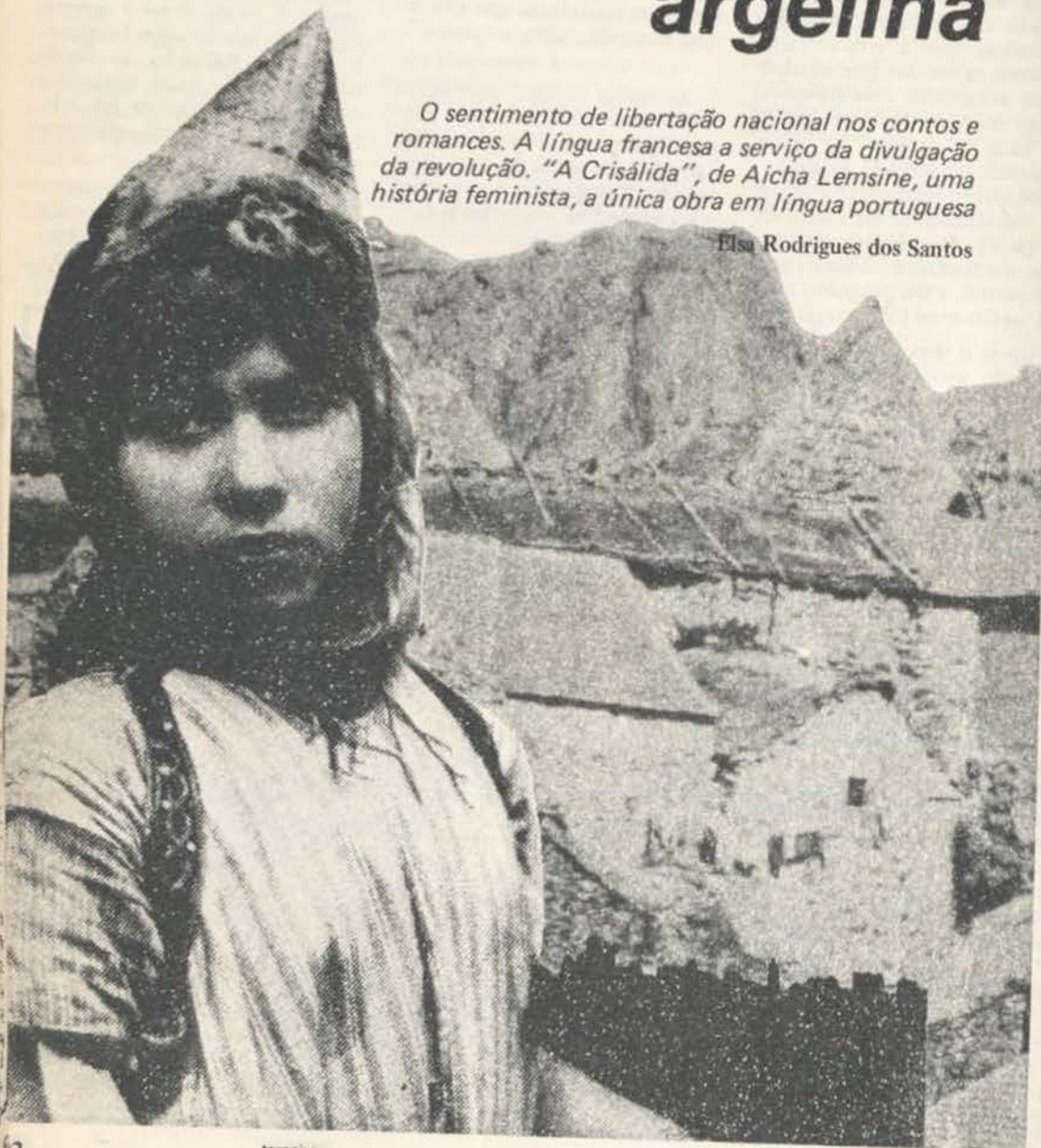




# Aspectos da literatura argelina

*O sentimento de libertação nacional nos contos e romances. A língua francesa a serviço da divulgação da revolução. "A Crisálida", de Aicha Lemsine, uma história feminista, a única obra em língua portuguesa*

Elsa Rodrigues dos Santos





**E**m maio de 1945, a vasta tragédia conhecida por *por Sétif, Guelma, Kerrata* (ou seja, os massacres que as tropas coloniais desencadearam para reprimir manifestações populares que saudavam o fim da Segunda Guerra Mundial e traduziam o renascer dos sentimentos nacionalistas argelinos), foi um marco determinante para o nascimento de uma literatura argelina de combate, uma data-chave para a tomada de consciência de todos aqueles que, impregnados pelo ensino humanista dispensado pelo poder colonial, acreditavam na humanidade do colonialismo.

Essa data foi também decisiva para escritores como Malek Haddad, Mohamed Dib, Assia Djebar, Aicha Lemsine, Salih Kharafi, Abb El Hamid Ben Haddouka e tantos outros que, anos mais tarde, iriam clamar a indignação de todo um povo, para afirmar uma personalidade que lhes fora negada pelo colonizador, durante mais de um século.

### Malek Haddad

Nascido em Constantine, no dia 5 de julho de 1927 e falecido em 2 de junho de 1978, Malek Haddad fazia parte dessa geração de intelectuais que cursaram universidades francesas, no final dos anos quarenta.

Poucos anos mais tarde, os movimentos revolucionários do seu país, afogados em sangue, fazem-no lançar-se numa luta sem tréguas, cujas armas eram os seus romances e poemas.

A revolução tinha necessidade de homens e particularmente de intelectuais nacionalistas, sinceramente empenhados, capazes de contribuírem com as suas próprias armas.

Escrevendo em francês, Malek Haddad, como tantos outros escritores argelinos do seu tempo, tinha, no entanto, a consciência

da contradição histórica resumida na expressão "escritor francófono".

Ao mesmo tempo, ele revelava a coragem que um argelino poderia ter para enfrentar o ocupante, usando do instrumento lingüístico imposto pelo colonizador para fazê-lo dobrar às suas idéias e lhe revelar a inabalável determinação de todos aqueles que se empenhavam em recuperar a sua personalidade, há tanto tempo humilhada. Além disso, Malek Haddad, como os escritores argelinos da época, viu-se privado de escrever na sua própria língua pois estaria condenado a não ser lido no seu próprio país, devido ao grande índice de analfabetismo do seu povo.

A língua francesa foi instrumento que lhe permitiu servir à revolução argelina, divulgando-a ao mundo. Por isso, ele diria: "a língua francesa é o meu exílio". No entanto, Malek Haddad, apesar de escrever em francês, era um escritor argelino pelo seu pensamento, pelo lirismo peculiar, por todo o trágico expresso numa reflexão íntima e profunda.

"Le Malheur en Danger" é a sua primeira coletânea poética, publicada em 1956, que, pela sua força lírica e trágica, revela um poeta autêntico fazendo lembrar o grande Garcia Lorca. Seguem-se os romances "La Dernière Impression", em 1958, "Je t'offrirai une gazelle", em 1959, "L'élève et la leçon", em 1960 e "Le Quai aux fleurs ne répond plus", 1962.

Em todas estas obras, Malek Haddad revela a tomada de consciência de um país, que gerava a luta pela libertação nacional.

Fecha a sua obra com a coletânea poética "Je t'écoute et je t'appelle".

### "Le Quai aux fleurs ne répond plus"

Esta obra, publicada na Editora Juillard em 1961, foi o últi-

mo romance de Malek Haddad. Fala da tomada de consciência dos intelectuais argelinos saídos das escolas francesas: um escritor, Khaled Ben Tobal, deixa a Argélia ocupada para, na França, exercer a sua atividade de político consciente junto aos movimentos de libertação nacional na França. Aí reencontra um velho amigo francês, nascido na Argélia e que se tornara um bem sucedido advogado.

Khaled recorda esta amizade: "Aos 17 anos a amizade quer dizer alguma coisa. É lirismo. Esta amizade nasceu como um pássaro, sem fazer barulho, timidamente. Era gentil e medrosa como um pássaro. Mas os pássaros de 17 anos têm um desejo secreto de se tornarem águias.

— A nossa amizade é histórica disse Khaled a Simon. Conheces o meu poema "Écoutez Varsovie devenant polonaise?"

— Eu também faço poemas — respondeu Simon.

Aos 17 anos há necessidade de títulos. A inocência tem as suas formas de nobreza. Ela existe, afirma-se antes de se tornar. Na verdade, as carroças só são belas quando vão à frente dos bois.

E depressa a Argélia associou estes dois lindos pássaros. Eles não foram águias, mas simples rouxinóis.

Bravos rouxinóis de segunda classe. Até o dia em que um deles decidiu calar-se. É preciso cuidado com os rouxinóis que cantam. É preciso cuidado com os rouxinóis que se calam.

De qualquer modo, um e outro são infelizes.

Mas só um tem má consciência e não merece a noite."

Então, em breve, Khaled verifica que nada resta dos antigos ideais da juventude a Simon agora restituído à sua verdadeira identidade.



Este é o primeiro elemento de ruptura.

Outros virão, mas o mais doloroso foi constatar que a sua própria mulher, Ourida, traiu a ele e a pátria, ligando-se a um oficial francês a quem passava informações. E, no entanto, acabou por pagar com a morte. Então ocorre a descida aos infernos. A ruptura final. Khaled Ben Tobal iria entrar voluntariamente nesse outro Mundo, nesse velho mistério, para acertar as contas.

Contas afinal de quê? De Ourida ter sido fruto de uma alienação e de ter morrido na idade das rosas, como tantos outros argelinos que morreram e viriam a morrer ainda sem ter tido a possibilidade de erguer dentro do seu povo uma sociedade assentada em bases de dignidade e de respeito humano?

Mas "Le Quai aux Fleurs ne répond plus" não é só uma história. É também uma reflexão prática como ilustra o seguinte texto:

*Viver é envelhecer, quer dizer, mudar, Khaled Ben Tobal era apenas fiel à sua infância. Dizia-se que ele era patriota. Era talvez verdadeiro, talvez falso. A política aborrecia-o como, na escola primária, as lições de cálculo. Era argelino porque se sabia argelino. Era argelino porque dois e dois são quatro e, aliás, nada prova a veracidade desta operação.*

*Disseram a Khaled Ben Tobal que nos "maquis", nas prisões, liam-se os seus poemas. Ele não sente nenhuma vaidade, nenhuma alegria com isso. Mas medo! Um medo de pânico. Estará ele à altura dos homens, das suas*

*explosões da sua vocação histórica? Saberá ele ter medo como eles têm medo, saberá desprezar o heroísmo da mesma forma como eles próprios ignoram que são heróis? Nada é ser um homem. Nada, absolutamente nada.*

*Mas, ser humano, eis o difícil, eis o essencial.*

*E a pátria não se aprende como uma lição de cálculo, não se explica, não se conta. E Deus na sua falta aparente de igualdade e de pedagogia, deixa os homens sozinhos, abandona-os ao seu humanismo que nem sempre é humanidade. E Deus permite aos homens empregar grandes palavras.*

*Mas quando eles partirem, os monstros, os monstros subalternos e os monstros onipotentes, os monstros cotidianos, os monstros que não se parecem com monstros e que são todos beneficiários a um grau diferente, sem dúvida, mas todos beneficiários da monstruosidade colonialista, partirão todos, ir-se-ão todos embora, não restará nada deles nas ruas de Constantine, nos maquis, nas prisões — os maquis tornados prados, as prisões vazias — mas quando eles partirem, eles partirão todos, e ficarão homens, essas crianças fabulosas, essas crianças que não viam muito claro, mas que viam muito longe.*

*Ficará o amor e o menino que não mais terá fome, nem frio, nem medo e que apenas deixará de saber recordar-se.*

*A manhã virá. A Argélia que se insulta em todos os gestos cotidianos recordará que a discórdia não nasce nunca de um malentendido mas do desconhecimento e do desrespeito.*

*Um dia, virão tempos tão belos que eles deixarão a própria casa e irão embora: Pois que se vão!*



Khaled Haddad: suas armas eram os romances e poemas



**"A Crisálida"**  
de Aicha Lemsine

"A Crisálida" de Aicha Lemsine é o único romance argelino traduzido em português, por Maria José Marinho, e publicado em Portugal pela Livraria Bertrand, em janeiro de 1978. O original foi traduzido da edição francesa das *Éditions des Femmes*, Paris, de 1976, e constitui um documento desse período de transição em que mulheres e homens, pela força das circunstâncias, se uniram na luta comum pela independência.

Trata-se de um romance feminista extremamente ousado dados os condicionamentos existentes no mundo árabe em relação à mulher, onde ela é ainda considerada como um tesouro, que se guarda, talvez como salvaguarda da família.

A escritora abre o romance com duas passagens do Alcorão, bastante elucidativas para a compreensão de toda a temática que ela vai defender.

"Alguns corrompem o sentido das Escrituras pretendendo nos fazer crer que é isso o verdadeiro. Dizem que é a palavra de Deus, mas não é. Pregam uma mentira ao Altíssimo e sabem-no".

Alcorão: Versículo 72. "A Família de Imram em Medina".

"Quando medires mede completamente.

Equilibra a balança e assim cumprirás as leis da justiça e da honestidade".

Alcorão: Versículo 37. *Viajem Noturna em Meca*".

Estes dois versículos do Alcorão poderão servir de reflexão. O primeiro para um passado que se pretende pôr em causa e o segun-

do para um presente que se pretende pôr em ação.

Aicha Lemsine escolheu como título da obra, "A Crisálida", que significa a ninfa das borboletas.

Então, a escritora compara a mulher argelina antes da independência a uma borboleta que servia apenas para adoçar o lar e a sua vida girava à volta do pai e depois do marido, que dela podia dispor, repudiando-a ou impondo-lhe a presença de outras mulheres, impedindo-lhe o acesso ao mundo exterior, confinando-a ao universo fechado da vida de família em que os nascimentos, os casamentos e as mortes eram as únicas variantes de uma vida pautada por normas ancestrais de comportamento.

Todo este enclausuramento da mulher era justificado por uma interpretação errada da religião. Por isso, a escritora cita o versículo 72 do Alcorão. Contudo, a independência da Argélia e as lutas que a antecederam foram decisivas para o despertar de uma nova geração que reivindica para a mulher os seus mais legítimos direitos.

**Malika, uma mulher argelina heroína de "A Crisálida"**

"Malika pensava na tomada de consciência das mulheres e revia a atitude de Faiza. Sentia que a irmã falara verdade quando atacara as leis estabelecidas pelos homens, brandidas em nome da fé para proteger a mulher. Sabia que esta não tinha o direito de ultrapassar certas regras... por causa do seu sexo, que fazia com que qualquer um as abordasse na rua quando passeavam sozinhas...

Não tinham o direito de pensar, de gritar, de se defender quando a ofendiam... Não passava de uma vagina votada à única

atividade procriadora ou de um brinquedo que acabava por cansar...

Não tinha cérebro. Médica? Engenheira?

Não passava de uma mulher!... E a religião, a cultura, o Estado, o céu e os filhos a condenavam.

...Usava calças? Mostrava as pernas? Fumava?

Aqui d'el-rei! Um animal perturbava os hábitos dos homens... Que invadia os seus locais privativos. Quem era? O quarto sexo assente nas folhas de pagamento do homem, legalizado na cédula da família do homem...

Seria isto vida? Meditava Malika. Afinal, a falta cabia ao homem - marido, irmão, filho, juiz, legislador.

Mas as coisas irjam mudar(...)

(...) De fato, uma esperança de felicidade começou a nascer nesta nova existência.

Especulava-se então, adivinhava-se, supunha-se o futuro e a política da criança que acabava de nascer: a nova Argélia.

Esta criança estava coroada de diademas ideológicos e de vibrantes citações. Nos cafés, multiplicavam-se os mitos livrescos...

E nas ruas, pouco a pouco, a vida quotidiana substituíra as palavras. A cultura nacional fervilhava. E ia renascendo dos limbos do passado.

A revolução enfeitava-se com outras palavras, outros adornos. O Islã reencontrava o seu reino e todo o país o sentia.

**Assia Djebar, romancista e cineasta**

Outra escritora argelina muito conhecida não só na Argélia como nos restantes países árabes e especialmente na França, é Assia Dje-



bar. Romancista que tem presente a necessidade da luta pelos direitos da mulher. Assia Djebar revela-se também uma realizadora de cinema de grande mérito, procurando reencontrar-se com as mulheres do seu país, transpondo para a tela o seu dia-a-dia, as vozes, os gritos, os risos, imagens brancas escondendo o rosto e o olhar.

Assia Djebar, numa entrevista a uma jornalista francesa, dizia que "fazer um filme quando se é mulher, argelina e romancista de expressão francesa é, em primeiro lugar, desafiar, depois resolver um grande número de contradições das quais a mais importante é a língua. É quebrar o círculo infernal no qual se encontram encerrados os escritores argelinos de expressão francesa".

Na verdade, Assia Djebar nunca se sentiu com coragem para se tornar uma escritora de

expressão árabe, por uma questão de competência da língua.

Resolveu assim esse problema pela linguagem cinematográfica.

"Fazer cinema", dizia Assia, "não é substituir a palavra pela imagem, mas é fazer da imagem som. Não se pode conceber uma cultura nos países colonizados senão através da busca das suas raízes. Ora nós somos uma sociedade que foi truncada nas suas raízes, ao nível da memória. Entre 1871 e 1930, há uma lacuna. Durante este período a Argélia esteve muda; restaram apenas as vozes das mulheres".

E daí a idéia da escritora de visualizar essas vozes. Mas como foi possível restituir o som do seu país? Quando se circula numa rua árabe, não se vêem mulheres, mas se houver atenção pode-se ouvir vozes, gritos, risos. Todos os barulhos de uma vida doméstica.

E é este ritmo da vida doméstica que constituirá o ritmo do último filme realizado por Assia Djebar, intitulado "La nouba des femmes du Mont Chénoua".

"Nouba" significa "forma musical andaluza a cinco andamentos tradicionais", como também "história cotidiana das mulheres". O filme utiliza trechos musicais da obra de Bella Bartok, que foram inspirados durante a estadia deste músico na Argélia em 1913.

Falavam do trabalho, dos filhos, dos maridos que tinham morrido.

Depois surgiram outras evocações do passado: a luta pela libertação (1954-62), os "maquis" onde lutavam quando tinham 13 anos de idade. Depois recuaram ainda mais no passado, lembrando histórias que os avós contavam às netas, episódios dos colonizadores, as lutas, a insurreição abortada de 1871.

Do presente, Assia Djebar não pretendeu revelar a vida íntima destas mulheres que circulam no espaço dos homens, mulheres que escondem o olhar atrás do véu, portas que se fecham à passagem de estranhos, o cotidiano que se capta das ruas.

História do presente, mas também história do passado preservada na memória popular. Expressão verdadeira de um povo que inspira esta escritora e cineasta e que caracteriza, em geral, o cinema argelino de qualidade, infelizmente não divulgado no Brasil.

#### "Les enfants du nouveau monde" de Assia Djebar

A ação deste romance situa-se por volta de 1956, durante a guerra da Argélia. Ao lado deste tempo cronológico existe um outro tempo — o psicológico.



Assia Djebar: uma escritora feminista ousada para o mundo árabe



Aqueles que combatem sabem que arriscam a prisão, a tortura, a morte. E em cada um dos lares há um conflito, um drama.

Os casais separam-se.

Os rapazes deixam os estudos para defender a pátria. Algumas mulheres, desafiando as leis do passado, abandonam a casa, para se juntarem à resistência, escalando a montanha noites inteiras para tratar dos feridos.

Criam-se dilemas de difícil e trágica solução.

Por exemplo, a mulher de um polícia aprende a mentir ao marido para salvar os seus irmãos argelinos.

Um jovem mata a irmã porque serviu de indicadora à polícia.

Por outro lado, se há mulheres, que, por vezes, se revoltam contra a guerra que as afastou do homem que amam e se interrogam sobre a legitimidade e o sentido dela, são elas que, perante a prisão e o espectro da tortura e da morte, vão resistir heroicamente, num hino de amor à pátria.

Todas estas personagens são projetadas para um turbilhão de situações, onde os sentimentos mais íntimos e pessoais têm de ceder lugar a um único objetivo — a hora da libertação e do verdadeiro despertar.

São, na verdade, os filhos do novo mundo, aqueles para quem a consciência e a esperança triunfaram do medo.

É com esta convicção que Assia Djebar inicia a sua obra, evocando uma passagem de um poema de Paul Eluard.

*"Et pourtant de douleurs en courage en confiance  
S'amassent des enfants nouveaux  
Qui n'ont plus peur de rien pas*

Nº 27 • setembro • 1980



Assia Djebar: escritora e cineasta dedicada aos problemas da mulher

*même de nos maîtres  
Tant l'avenir leur paraît beau!"*

Depois desta montanha, há uma outra, depois outra, toda uma cadeia que separa a cidade das altas planícies do Sul. Num lugar qualquer, nestes maciços encontra-se a sede da resistência. Onde se organiza o combate para esta parte da Argélia em guerra.

A floresta que a abriga é impenetrável. O exército inimigo sabe-o. Assim, às vezes, como por descargo de consciência, um avião militar que passa, faz um desvio para lançar uma bomba. Depois afasta-se.

Numa das largas clareiras, distinguem-se algumas cabanas de uma aldeia.

Ao cair da noite, um avião de passagem, descarregou uma série de bombas. Pouco depois do maquis, Mahmoud levou consigo alguns homens e puseram-se em marcha. Ali, o responsável da enfermagem, veio também, em caso de feridos.

A manhã surgia, quando saíam da floresta e se aproximavam das cabanas. Um último fogo crepitava, um burro com os

flancos abertos e sanguinolentos agonizava.

— Não há ninguém? Gritou alguém.

Uma camponesa que os deve ter ouvido avança de longe. Lentamente. Atrás, uma menina de cerca de dez anos, segue-a a custo. Os cabelos espalhados pelos ombros. Um pau na mão.

— Ontem tiveram medo? Perguntou Mahmoud à mulher, quando esta lhe contou que ela e a filha eram agora os únicos sobreviventes da aldeia.

— Não, porque haveria de ter medo? E encara-o de frente, confiante.

— E tu tiveste medo? Interroga por sua vez Ali, aproximando-se da criança.

A garota teve um sorriso vago e tímido.

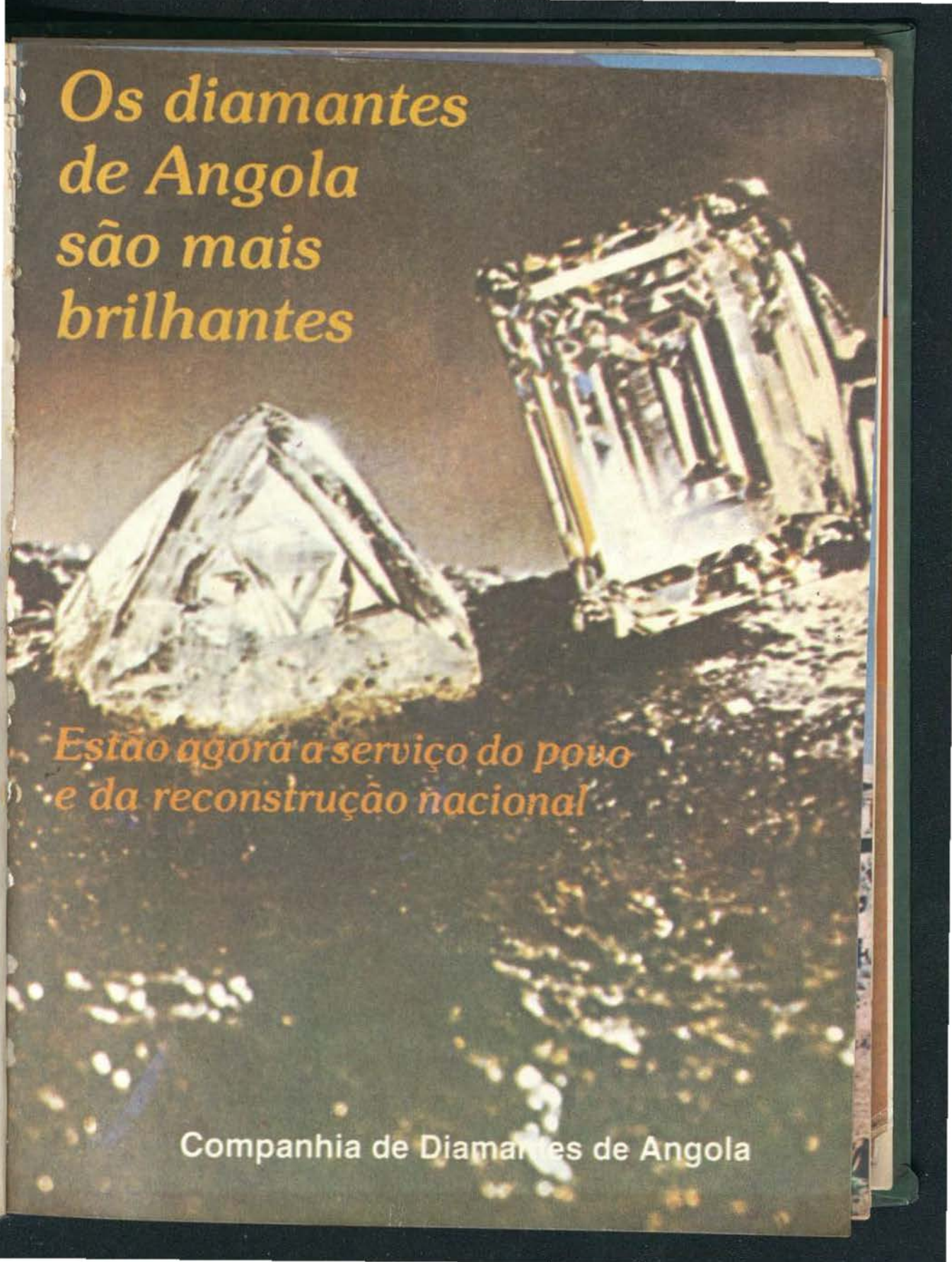
— Tiveste medo? Insistiu Ali. Ela fez que não com a cabeça.

Como ele continuasse a contemplá-la, sorriu uma segunda vez, mais abertamente, e depois desatou a correr, a fugir para o sol, para brincar com as cabras









*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



**5**  
anos

de Independência  
na Reconstrução Nacional  
na edificação do Socialismo

25 JUNHO DE 1980

